ANO III — Nº 28 — Cr$ 10,00

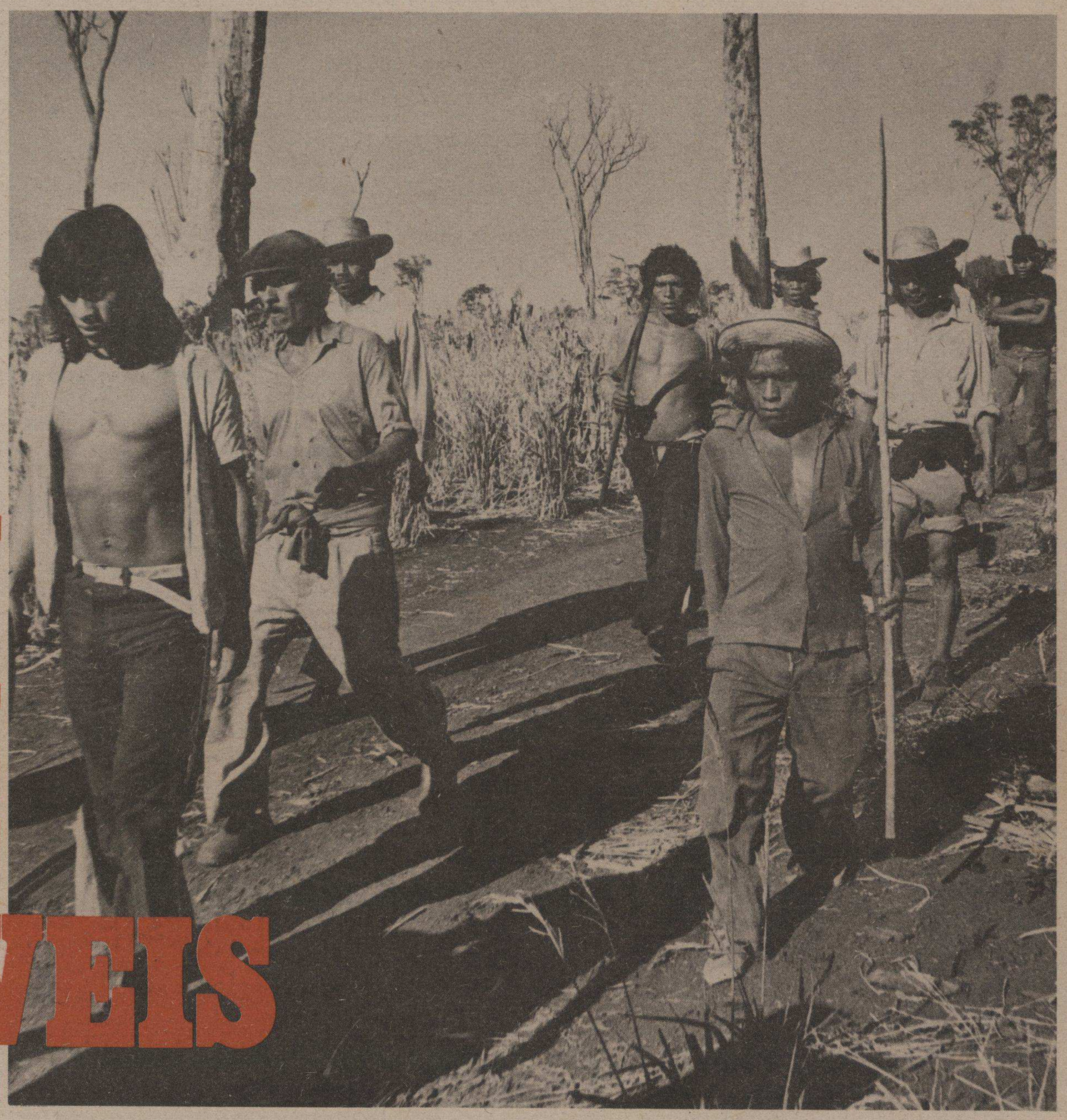
MAIO DE 1978

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Na Reserva de Nonoai, no Sul, ao lado da riqueza e da civilização, índios e lavradores lutam pela terra

UMA GUERRA DE MISERÁVEIS



A FALSA REBELIÃO

Um blefe que derrubou o Governo: o motim dos marinheiros

MALDITO DIÁRIO

As memórias do General Mourão Filho desagradaram muita gente. A polêmica continua

O DRAMA DE QUATRO SÉCULOS DE ESCRAVIDÃO DOS NEGROS NO BRASIL

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (**editores**), Carlos Rafael Guimarães Fº, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Luiz Cláudio Cunha, Marco Antônio Schuster, Mariana Wodke, Najar Tubino, Pedro Maciel, Waldoar Teixeira (**repórteres e redatores**), Luís Recena Grassia, Maria da Graça Seligman, Severino Góes (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy, Lucila Camargo, Patrício Renato (**São Paulo**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Luiz Abreu (**Fotografia**), Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Nilson Figueiredo (**Arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**Departamento Industrial**), Lindomar Mohnsam da Silva, Estela Maris Leal de Carvalho e Sílvia De Ávila Berni (**Revisão**), Carlos Rios (**Produção**), Airton Azambuja, Atil Vineton (**Fotolito**), Paulo Sá, Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio Cesar Romano Martins (**fotocomposição**), Olmiro Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**Montagem**).

Gerência
Eládio Dios V. da Cunha

Comercial
Jorge Polydoro (**diretor**), Ênio Lindenbaum

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino, Térry-mar Ferreira

Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170 / Livro A 1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Osmar Trindade (**Vice-Presidente**), Luiz Cláudio Cunha (**Secretário**), Jorge Olavo de Carvalho Leite, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, José Guaraci Fraga, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Bastos, Edgar Vasques (**Conselheiros de Administração**) Hélio Gama, João Borges de Souza, Agnese Schiffino, Carlos Dorneles, Pedro Maciel, Paulo Burd (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (diretor-superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Iara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Bêssio da Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Teixeira, Maria da Graça Seligman, Marcelo Lopes, Ayrton Centeno, Celso Augusto Schroder, Miltom Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Baru Derkin, Lucila Camargo e Paolo Marconi.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Fazer uma boa imagem de si mesmo, como faz a maioria dos mortais, é coisa humana, compreensível e, às vezes, até positivo. Querer que os outros façam da gente a mesma boa imagem também é humano e compreensível, mas dá resultados quase sempre negativos. No âmbito do coletivo, é geralmente perigoso.

A História Brasileira, com sua galeria de heróis imaculados, tem sido uma vítima constante desse sentimento e agora temos aí, na praça, um caso formado com o livro de memórias do general Olímpio Mourão Filho, um dos líderes militares da Revolução de 64 e o único deles a registrar os fatos de que participou nos anos que antecederam e nos logo seguintes a 64. Depois que o Coojornal publicou trechos do diário do General, que muitos interesses faziam permanecer inéditos desde 71, a repercussão se estendeu por todo o país (leia na página 26 deste edição).

O resumo que publicamos e mais alguns trechos logo depois revelados por outras publicações não somam 5% do total das 650 folhas tamanho ofício datilografadas, que formam o diário.

As reações foram imediatas e, algumas, muito justas. Não publicamos — e pensamos que todos os outros jornais também agiram assim — por achar que o general Mourão é o dono da verdade, que suas opiniões e interpretações que faz de fatos ou pessoas sejam definitivas, indiscutíveis. Nada disso. Fica claro, inclusive, no próprio texto, que o General se atribuía uma importância bem maior da que realmente teve (e isso não significa julgar pequena sua importância) na marcha dos acontecimentos que culminaram com a queda do Governo Goulart em 31 de março.

Encaramos como plenamente normais todas as críticas, os desmentidos, as observações que se possam fazer ao livro e à versão que ele dá dos fatos. Afinal, parte da sua importância está no fato de ser um relato extremamente franco e, por isso mesmo, polêmico, o que obriga as pessoas envolvidas (atingidas, geralmente) a virem a público dar a sua versão no seu esclarecimento. É assim que se faz a História de um País.

É inaceitável, no entanto, que se façam pressões no sentido de impedir a publicação do livro.

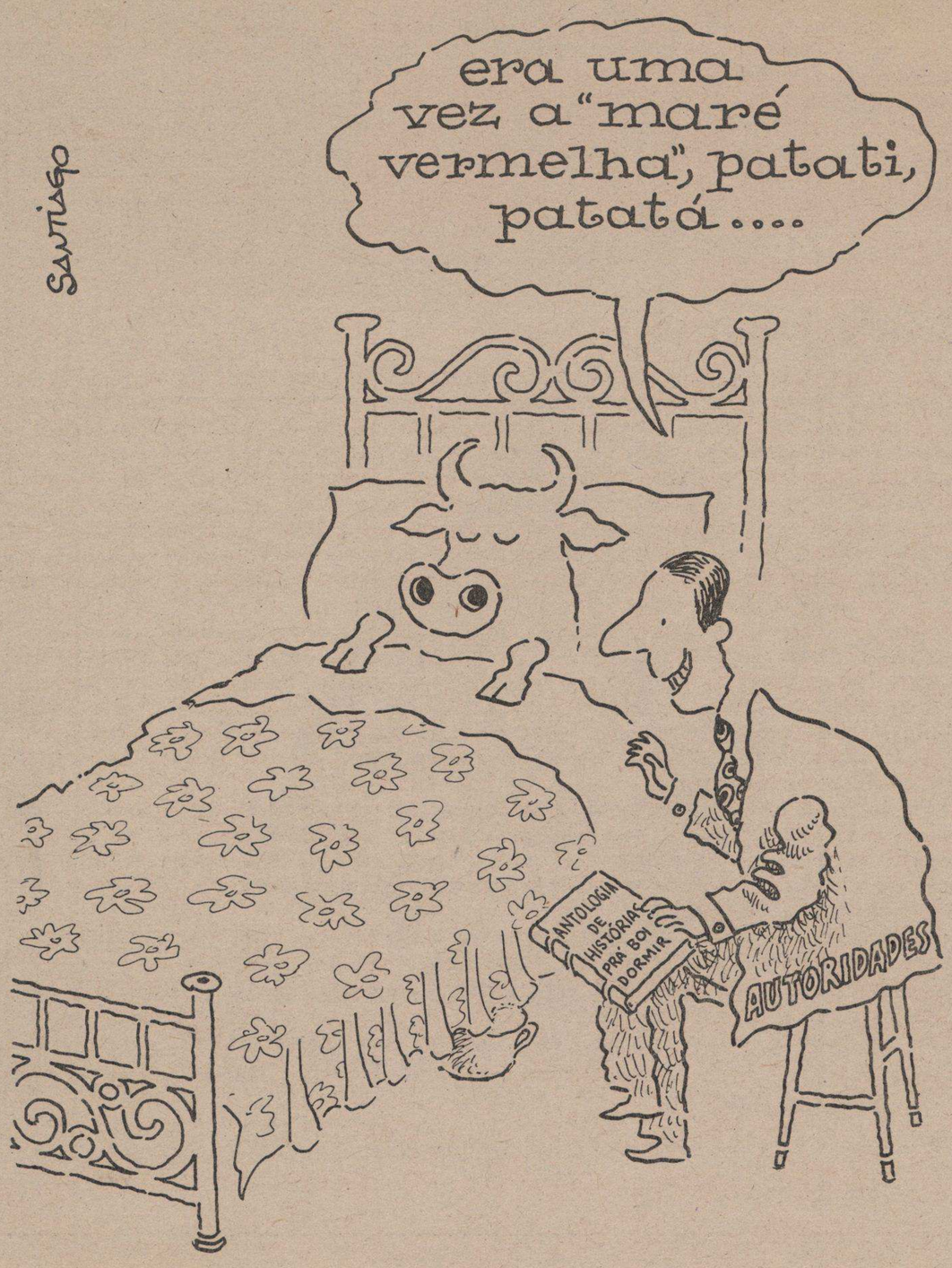
Uma proibição ou impedimento poderá, evidentemente, servir para que algumas pessoas e figuras importantes se preservem de críticas (que, afinal, podem ser rebatidas, desmentidas, etc.) e de algumas pequenas ofensas que o general Mourão lhes atira. Será bom para a imagem que estas pessoas pretendam que se tenha delas, em alguns casos.

Mas, inegavelmente será péssimo para a História do País, que, afinal, precisa da verdade para se conhecer melhor. A verdade, já se disse, não está com Mourão. Ele registrou uma versão dos fatos que contém algumas parcelas dela. Quais e qual a sua dimensão constituem investigação que cabe aos estudiosos, aos pesquisadores e ao próprio processo histórico, em cuja observação podemos aprender que a verdade pode nascer de equívocos pessoais, distorções, exageros, do choque de opiniões, de tudo. Menos da mentira.

Os Editores

Tiragem desta edição: 33 mil exemplares

SANTIAGO



Cuidado, tchê!

Entrou em veiculação, na segunda quinzena de abril, uma campanha publicitária do banco baiano, Banco Econômico S.A., no principal canal de televisão do Rio Grande e nos jornais da Caldas Júnior.

A campanha, programada pela G.F.M./Propeg Cia. de Propaganda e Expansão de Negócios, apresenta um vídeo-teipe de 30 segundos, colorido, nos horários nobres, mostrando um gaúcho (?) de lenço no pescoço e cuia na mão, filmado em primeiro plano e apresentado em quadros parados, enquanto o locutor em *off* lê um texto com horrível sotaque, dando idéia de um gaúcho de campanha falando de problemas financeiros que poderão ser facilmente resolvidos pelo banco. No texto a pronúncia das vogais é fortemente puxada, com um sotaque que está muito mais para cômico do que para sério, com expressões do tipo: "...da genteeeee...", "...Paaasso Fuuuuundo...", "...Ijuíiií..." e "a geeentee resooolvee".

O comercial — que duvidamos tenha bons resultados para o cliente, pois não apresenta nada de novo, de positivo frente aos concorrentes — de repente muda de quadros parados que mais parecem *slides*, para movimentar o gaúcho que começa a falar com a expressão "Baaah!" e encerrar com um fraquíssimo "tiêêêêê", seguido de uma curta e ridícula risada do tipo "rê-rê-rê-rêêêêê".

Certas agências de publicidade de fora, quando vêm ao Sul vender seu peixe, deveriam, no mínimo, respeitar a sensibilidade alheia.

V. Oliveira Rios, Porto Alegre, RS

Eva, de volta

A carta de Hermínio Weber, publicada na edição de abril, comentando a que remeti ao *Coojornal* sobre Leonel Brizola e o populismo, demonstra que há gente que sabe ler e entender. Claro está que minha oposição não é à volta da pessoa de Leonel Brizola, mas, sim, daquilo que ele encarna — o populismo.

Notem um fato interessante nos movimentos populistas da América Latina: seus chefes, invariavelmente, sempre foram homens ricos, como estancieiros, industriais, etc. Nunca houve, nas lideranças destes movimentos, trabalhadores e homens do povo. O povo só comparecia como massa de manobra. O mais importante, entretanto, é que o populismo jamais buscou uma solução radical dos problemas do povo: sua preocupação sempre foi a de fazer pequenas reformas ou concessões secundárias, exatamente para acalmar o povo e dissuadi-lo da tentação de mudar as coisas de alto a baixo.

Hermínio Weber detectou muito bem o racismo mal disfarçado das cartas dos leitores populistas que me atacaram. O que eles fizeram, a pretexto de defender o seu líder, foi pôr à mostra seu latente racismo. São assim as coisas. Toda vez que um negro se libera da alienação e adquire consciência crítica desperta reações agressivas deste tipo. Minha carta expressava preocupações políticas que sinto como brasileira e logo trouxeram à baila minha cor. Por quê?

Eva de Oliveira, Porto Alegre, RS

CARTAS

Mazelas do pampa

Primeiro os elogios, que são mais fáceis: a qualidade técnica do jornal está boa. O tratamento dado às reportagens ou artigos está em bom nível e, sobretudo, desvinculado daquela preocupação intelectualizante que tem tornado antipáticas ao povão certas publicações da "imprensa nanica".

No entanto, sem a pretensão de ser jornalisticamente provinciano, acho que o *Coojornal* está se tornando um jornal muito "nacional" e esquecendo um pouco as mazelas do pampa. Não se trata de regionalizar o jornal, pois o que ocorre aqui tem profunda vinculação com o restante da sociedade nacional.

Em relação à economia, por exemplo, o Rio Grande é um estado que está minguando. Isto porque lhe fixaram a nível nacional — como o Brasil no plano internacional — a função de produtor de matérias-primas. Em decorrência disto, nossa economia teve que adaptar-se a uma série de exigências, para entrar no esquema da chamada economia de mercado.

A minha região, por exemplo, que tem na agropecuária seu setor mais dinâmico, tanto que a população rural supera (ainda) a urbana, possuía uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade e uma produção diversificada: milho, feijão, mandioca, etc., e, mais tarde, trigo e soja. Com a exigência da especialização, passou-se a plantar somente trigo e soja. Como parte da especialização sobrevieram a modernização tecnológica e o capital financeiro.

Pra encurtar a história, aí é que começou o rolo. A maioria dos pequenos proprietários foi simplesmente alijada da agricultura, pois estes não puderam suportar o "novo ritmo" da produção.

O meio rural despovoou-se rapidamente. Foi o chamado êxodo rural, que alguns julgam o principal problema e que eu julgo tratar-se apenas de uma conseqüência (trágica) de problemas mais graves. As cidades "cresceram": geralmente elas tinham sua "favelinha tradicional", agora têm inúmeras vilas, formando guaiacas de miséria nos centros urbanos. Daí vem a Cotrijuí, por exemplo, e resolve tirar duas mil famílias daqui e exportar pra Amazônia "para resolver o problema da escassez de terra na região". Enfim, os problemas que ocorrem no meio rural gaúcho dariam matérias para muitos números do jornal.

Também em outros níveis da sociedade gaúcha ocorrem problemas. Por exemplo: para denunciar repressões e violências por parte de órgãos públicos não é necessário buscarmos fatos em outros estados. No Rio Grande do Sul tais comportamentos são comuns: o caso de Tenente Portela (os quatro que morreram num camburão) é apenas um dentre o festival.

Assim como estes que citei, existem muitos casos na terra dos farrapos que mereceriam a atenção do *Coojornal*. Basta botar o olho neles. Estou permanentemente disposto a colaborar.

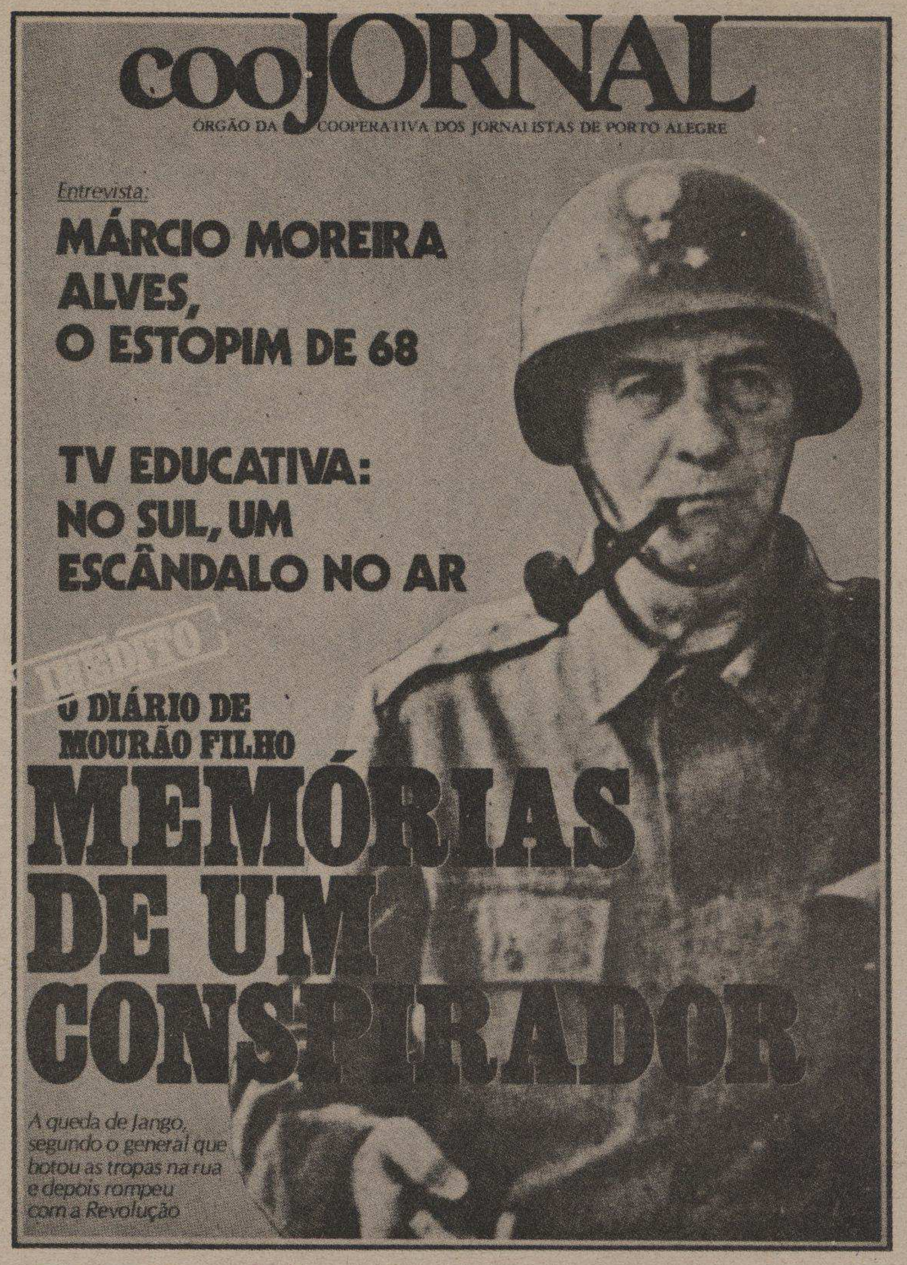
Zigomar Vieira, Ijuí, RS

De cartunistas

Que bom ver (no *Coojornal 27*) o desenho, ainda mais em charge, do Batsow. Queremos mais! Queremos mais! Sei que o Santiago, o Ronaldo e o Edgar Vasques engrossam o coro.

Edson, São Paulo, SP

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.



Mourão Filho (I)

Vocês certamente devem ter visto a repercussão, muitas vezes negativa, à publicação das memórias do general Olímpio Mourão Filho no *Coojornal*. Pena que o jornal também não publicou mais opiniões do mesmo militar sobre regimes de exceção. A título de colaboração, registro parte de um discurso que Mourão Filho fez em 31 de março de 1966, quando era Ministro do Superior Tribunal Militar (o trecho que se segue tirei da *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro):

"Todos compreendem, sem muito esforço, que em regime de exceção vive-se de favor, ninguém tem direitos, o medo domina o povo, a farda transforma-se em libré, a toga perde a força de séculos de absoluto respeito às decisões dos juízes e os representantes do povo, se ainda os há como disfarce, não mais podem ter voz ativa, clamar, reclamar, deblaterar e exigir pelos direitos de seus representados.

"Morrem o Legislativo e o Judiciário e a todos domina o Executivo, na hipertrofia mórbida do Poder.

"O capricho pessoal substitui a norma jurídica.

"Morre o Direito!

"Agoniza a Nação que morre com a liberdade!

"E a ocasião oportuna de redemocratizar o País é esta da sucessão governamental, se puder o povo ver-se investido novamente em sua soberania, isto é, se puder escolher seu Presidente em eleições diretas.

"Não partimos de Juiz de Fora, em 31 de março, para anular, mutilar ou sacrificar a Constituição de 1946, mas para defendê-la de ameaças que nos preocupavam. E não se poderia, por isso, compreender que pegássemos em armas para defender a Constituição e que, definida a vitória, usássemos nosso Poder para mutilar e até mesmo para conspurcar aquele texto, cuja autoridade nos levará a nos rebelar para defendê-lo e assegurá-lo."

Foi o que disse o general. Que se medite sobre isto, também.

Francisco Mata Dourado, São Paulo, Sp

Mourão Filho (II)

O perfil moral que o diário de Mourão Filho ilumina em cores dramáticas, não é o de um general golpista, como pareceria à primeira vista, e sim o de um psicopata. Não creio que encontrem, nas Forças Armadas, muitos oficiais-superiores que admitam autenticidade, representatividade militar nos critérios de julgamento e de ação de Mourão Filho, como General do Exército. Não será difícil ouvir alguns deles, de tendência liberal.

Obviamente, nada há de anormal no fato de um homem intelectualmente modesto, pedante mesmo, sem maiores escrúpulos, pretender empalmar o poder para "salvar" o Brasil. O salvacionismo não é novidade. Porém, no caso, é possível acompanhar o agravamento da psicopatia, à medida que o prazo fatal da compulsória — 9 de maio de 1964 — aproxima-se rapidamente.

A personalidade contraditória e mutável, que o domina, ora o leva a desejar o hábito de sacerdote, com dispensa papal (14-07-1955), ora o obriga a insultar João XXIII (29-12-55), sem motivo ponderável. Aliás, sua extraordinária "cultura" aparece, pitorescamente, por duas vezes. Na crítica à encíclica *Pacem in Terris*, que ele apelida Guerra in Terris (*Bellum in Terra*), e naquele trecho (21-10-62) em que nos ensina que *finestra* (sic) é janela em espanhol. *Fenestra* em latim, *fenêtre* em francês, varia seu radical no idioma castelhano, onde janela é *ventana*...

Duvidando de que Deus lhe permita salvar sozinho o Brasil (30-06-62), não hesita em articular uma luta fratricida, que ele mesmo prevê "intensa e sangrenta" (28-03-63), de modo a poder permitir-lhe integrar a junta militar que dirigirá os caminhos do Golpe de Estado em urdidura. Afloram-lhe à mente outras soluções, mais rápidas, inclusive a de matar João Goulart (06-09-63).

A propósito, um conhecido general chileno assim pensava com relação a Salvador Allende. Teve porém a oportunidade de cumprir o seu "dever".

Seria inútil continuar ressaltando as contradições que povoam o seu espírito, mas não os seus escrúpulos. O dinheiro que recebe de Júlio de Mesquita Filho (29-06-63), cujas origens não explica, seria provavelmente americano. A propósito, veja-se a entrevista do embaixador Lincoln Gordon, reproduzida pelo *Jornal do Brasil*, edição de 07-03-77. Em 1964, a "ajuda financeira" de emergência subia a 50 milhões de dólares, segundo Gordon. Aliás, Mourão Filho também admitia a corrupção entre seus subordinados, como decorrência de uma época anormal, de conspiração (29-06-62), que o obriga a fechar os olhos e calar.

A. Santos, Rio de Janeiro, RJ

Um protesto

Foi com estranheza que recebi a convocação para me apresentar à Delegacia de Polícia Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre o jornal *Mutirão*, que, segundo o ofício, funcionava irregularmente.

A estranheza prende-se em primeiro lugar, ao fato de meu nome estar vinculado ao referido inquérito, quando não pertenço ao quadro do jornal *Mutirão*, embora isto não signifique que não o ache importante, pois, como é do conhecimento público, o jornal vem dando uma grande contribuição à comunidade cearense, como mais um veículo que se coloca a serviço de informações verdadeiras e do levantamento dos problemas que afetam a nossa população. Em segundo lugar, pelo fato de ter sido convocada através da repartição a que sirvo, na função de psicóloga, quando o meu endereço residencial poderia ser facilmente identificado, como foi o endereço do trabalho. Como é do conhecimento, este fato pode acarretar prejuízos ao meu serviço profissional que encaro com grande seriedade e responsabilidade.

Por considerar-me atingida em meus direitos de cidadã, deixo aqui expresso o meu protesto, no sentido de que medidas semelhantes não venham a se repetir.

Maria do Socorro Saldanha, Fortaleza, CE

Já irrita

Vivemos dias não muito felizes hoje, e talvez o conteúdo desta carta assemelhe-se à banalidade, mas a coisa tornou-se tão irritantemente insistente e segue num crescendo que se tornou insuportável.

Refiro-me ao uso abusivo das cores azul e vermelho, geralmente acompanhadas de estrelinhas, em São Paulo. É nas vestimentas, em calçados, utensílios domésticos, gêneros alimentícios — enfim, em tudo. É preciso dar um basta urgente a tal situação. Há aí uma negação da própria nacionalidade que chega até a nos enojar.

O nosso idioma também está sendo atingido seriamente, pois até as crianças andam a balbuciar lindas gracinhas na língua do Jimmy "Sorriso Amigo" Carter, antes mesmo de aprender a nativa. É nas lanchonetes, nas discotecas, em tudo, a tomar ares tão oficiais que eu chamaria isto de "Operação Vermelho-Azul".

Que País é este?

É, senhor Francelino, não se sabe mais o que responder, pois, a julgar pelo que se ouve e vê diariamente, o Brasil é que não é.

Myriam, São Paulo, Capital.

OVNIs no ar

É pena que existam leitores que chegam a escrever cartas como a publicada no *Coojornal* (nº 27) com o título "É assim, é?", que não aceita discutir sobre discos voadores.

Imperialista mesmo é o missivista da tal carta, pois fazendo o jogo da censura, inclusive incentivada por estes países imperialistas, que não desejam perder sua hegemonia neste planeta.

As informações sobre os discos voadores são censuradas em vários locais deste planeta, inclusive até por pessoas que, pensando estar fazendo um bem para o povo, também desestimulam a pesquisa sobre eles. Este pessoal tem medo do novo e do pouco conhecido. Querem sempre ficar no passado, no ortodoxo, tradicional, etc.

A acusação de pseudo-intelectuais aos estudiosos dos OVNIs é sempre a mesma: 1) Ovnilogia é desvionismo; 2) Os ovnilogos são malucos, burros e irracionais. O que estes pseudo-intelectuais não sabem, como este leitor de Brasília, é que a maioria dos livros sobre discos voadores está escrita em línguas estrangeiras. Como eles não sabem outros idiomas e têm uma mentalidade estreita, ultrapassada e condicionada pela censura ou autocensura, além da grande desinformação, tomam tais atitudes pueris e que atualmente me despertam até compaixão.

Luiz Rebouças Torres, São Paulo, SP

CARTAS

Nova ordem

Já constrangido por 14 anos, o País volta a ouvir palavras pelo menos decepcionantes. Quando suas reservas de autorespeito só ainda resistem em função da proximidade de uma ordem mais pensada, não é lícito enganá-lo. Caso contrário, soma-se a impostura a um esgotamento da legitimidade pelo arbítrio.

Se as coisas são colocadas em termos de um aceite incondicional das regras da abertura por ameaças do pior, realmente não se começa bem.

É básico que o não gostar de ameaças deve ser um direito recíproco.

E finalmente não há mais justificativas para prosseguir experiências que chegaram a um impasse. O crescimento que podia ser obtido apenas pela disciplina ou ordenamento da casa encontrou seu limite. Impõe-se agora uma etapa de revalorização do pensamento.

Era mesmo natural que distorções continuadas, desde prolongar a agonia das megalópolis com soluções braçais e não conceituais, como os metrôs, até o atraso em seguir os exemplos de outros países, que já em 73 se organizavam para fazer frente ao aumento do preço do petróleo, provocassem os abalos de credibilidade hoje verificados.

Tomadas de decisões que exijam sensibilidade não podem depender da visão dirigida dos especialistas.

Deve ficar claro, então, que se os setores responsáveis e maduros da sociedade não pressionam por saídas honrosas, inclusive por reconhecerem uma realidade, isto não significa que possa ser viável ter-se o fio da espada eternamente sobre as cabeças.

Assim, os representantes do Poder precisam saber que não têm procuração da Nação. Também é óbvio que reconhecer uma realidade não é o mesmo que considerá-la justa. Ter condições materiais para intervenções periódicas na vida do País não é bastante e suficiente para avalizá-las. Ainda mais quando tendo apenas uma doutrina e não uma ideologia, gera-se a insegurança tanto em fatores de produção como o capital e o trabalho.

É do domínio público que não se deve esperar o declínio para mudanças.

Alexandre C. Pires de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

Que eleições?

Imagino o que estarão sentindo os piauienses com a escolha do Francelino Pereira para Governador da Capitania de Minas Gerais, ele que veio a Belo Horizonte para estudar Direito e acabou se fazendo. Em situação normal, a História o prova, jamais um não-mineiro chegaria ao Palácio da Liberdade... O Piauí está de parabéns!

Faz-se hoje política de Brasília para o Brasil; do Torto e do Riacho Fundo para os chapadões de Goiás e os riachos das Gerais. Os partidos mofam na sua insignificância de "encomiadores" do Poder Central ou críticos inexpressivos, que só são ouvidos na hora da cassação.

Nós, o dito povo, estamos calados, amordaçados, subjugados como sempre. Nunca se teve eleição no Brasil porque nunca se criou idéias, nunca se inculcou no povo idéias sobre o que seja eleição, voto, representação, democracia, parlamento, liberdade.

De pouco vale o voto livre se não se dá ao eleitor brasileiro condições de discernimento, formação política. Vota-se em quem jamais vimos, sobre quem nada sabemos no campo das idéias, sobre quem jamais escreveu um livro, um discurso, jamais teve uma idéia. Até quando nos enganarão com eleições diretas e indiretas? Antes de "eleições livres" precisamos de homens libertos das amarras da ignorância, precisamos de políticos que saibam o que seja doutrina política, democracia, Pátria.

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

CONCURSO

UM CARTAZ PARA A ANISTIA

OS MAIORES PRÊMIOS JAMAIS PAGOS NO BRASIL!

UMA TELA DE DJANIRA PARA O VENCEDOR

Para os demais vencedores, obras originais de

Aldemir Martins
Álvaro Apocalipse
Ana Letícia
Carlos Scliar
Carlos Vergara
Fernando Coelho
Gastão Manoel Henrique
Glauco Rodrigues
João Câmara
Juarez Paraiso
Poty
Renina Katz
Roberto Magalhães
Rubens Gerchman

REGULAMENTO

DO CONCURSO:

- Os jornais PASQUIM, MOVIMENTO, JORNAL DA ABI, REPÓRTER, DE FATO, COOJORNAL, EM TEMPO, BAGAÇO promovem um concurso destinado a premiar o cartaz que melhor represente, pela sua criatividade e força expressiva um efetivo apelo pela causa da ANISTIA no Brasil.

DOS CONCORRENTES E DAS CATEGORIAS:

- O concurso está aberto para quatro categorias de concorrentes, a saber:

CATEGORIA E - Estudantes em geral, até o segundo grau.

CATEGORIA U - Universitários

CATEGORIA P - Profissionais: artistas gráficos, artistas plásticos, publicitários, *designers*, etc.

CATEGORIA A - Aberta: todos os brasileiros não incluídos nas categorias acima.

DA INSCRIÇÃO E ENTREGA DO TRABALHO:

- A inscrição ao concurso se fará automaticamente com a entrega do trabalho.
- Os trabalhos deverão ser entregues ou remetidos às redações dos jornais patrocinadores do concurso, cujos endereços publicamos abaixo.
- A data final para a entrega dos originais será o dia 31 de Maio, quarta-feira. Esta mesma data será respeitada na localidade de origem da remessa do trabalho, caso ele seja enviado pelo correio ou por outra forma de despacho legalmente comprovável.
- O concorrente deverá escrever no verso do seu cartaz seu pseudônimo e a letra referente à categoria a que concorre (E, U, P ou A). Deverá, em seguida, colar com segurança no mesmo verso um envelope devidamente fechado, contendo, do lado de fora, seu pseudônimo e dentro, seu nome e endereço corretos.
- Cada concorrente poderá apresentar quantos trabalhos quiser, com diferentes pseudônimos.

DA CONFECÇÃO DO CARTAZ:

- O cartaz poderá ser realizado a cores ou em preto e branco. Poderão ser usadas as técnicas que o concorrente preferir, devendo-se observar, apenas, que os cartazes serão destinados à reprodução gráfica.
- O cartaz, além da palavra ANISTIA poderá ou não conter dizeres, frases ou *slogans*. O cocorrente — se assim achar conveniente — poderá dispensar qualquer texto ou palavra no seu cartaz.
- O cartaz deverá ter exatamente as seguintes medidas: 45 cm de largura por 63 cm de altura.
- Os originais deverão ser colados em cartão não dobrável para facilitar sua apreciação no julgamento e para efeito de exibição.

OBS. – Recomenda-se que não sejam enviados originais enrolados ou dobrados.

DO JULGAMENTO:

- Os cartazes serão julgados em data e local a serem anunciados, num prazo *máximo* de quarenta dias após a data do encerramento das inscrições, por um júri especializado a ser constituido pelas direções dos jornais que organizam o concurso.
- O júri selecionará os melhores cartazes para uma eventual exposição em local e data a serem anunciados.
- O júri escolherá dentre estes cartazes selecionados para a exposição, os quinze melhores, assim distribuidos: seis para a categoria de Profissionais e três para cada uma das demais categorias.
- O vencedor absoluto do concurso será escolhido entre esses quinze trabalhos selecionados.
- Não se recorrerá da decisão do júri.

DA PREMIAÇÃO:

- Ao vencedor do concurso será concedido como prêmio a tela "Prensa de Farinha", da autoria de Djanira. Essa tela, de valor inestimável, tem 1.160×0,720 mm, está selecionada e reproduzida no Catálogo da Exposição Retrospectiva da artista, realizada de Outubro a Dezembro de 1976 no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro e pertence ao seu acervo particular. Foi escolhida, em 1975, como Peça do Mês do Museu Nacional de Belas Artes.
- Não haverá escala de premiação além do primeiro lugar. Os outros vencedores do concurso receberão, cada um, como prêmio, uma obra autêntica de quatorze dos maiores artistas brasileiros vivos, quais sejam: Aldemir Martins, Alvaro Apocalipse, Ana Letícia, Carlos Scliar, Carlos Vergara, Fernando Coelho, Gastão Manoel Henrique, Glauco Rodrigues, João Camara, Juarez Paraiso, Poty, Renina Katz, Roberto Magalhães, Rubens Gerchman
- As obras referidas serão sorteadas entre os vencedores do concurso, na presença dos interessados, no dia da entrega dos prêmios.
- Os prêmios serão entregues numa solenidade aberta em local e data a serem anunciados.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- Ao participarem do concurso, os concorrentes cedem automaticamente todos os Direitos Autorais de seus trabalhos para o MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA e para o COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA, a fim de que estas duas organizações possam realizar a impressão e comercialização dos referidos trabalhos — em posters, albuns ou livros — com finalidades de levantar fundos para sua manutenção e para o trabalho nacional que vêm desenvolvendo em prol da ANISTIA.
- Os originais não classificados não serão remetidos de volta aos seus autores mas estarão, pelo prazo de dois meses, à disposição dos mesmos em local a ser informado oportunamente pela comissão organizadora do concurso.
- A inscrição ao concurso pressupõe a total concordância com este regulamento.

ONDE ENTREGAR OU REMETER SEU CARTAZ:

PASQUIM
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana — Rio de Janeiro
MOVIMENTO
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625 — Pinheiros — São Paulo
EM TEMPO
Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo
REPÓRTER
Rua Miguel Couto, 134 — S. 1104 — Centro — Rio de Janeiro
BEIJO/FLAGRANTE
Rua Conselheiro Josino, 29 — S. 205 — Rio de Janeiro
MUTIRÃO
Rua Barão do Rio Branco, 1006 — 7º andar — Fortaleza — Ceará
VERSUS
Rua Capote Valente, 376 — Pinheiros — 05409 — São Paulo
BRASIL-MULHER
Av. Rui Barbosa, 762 — Rio de Janeiro
JORNAL DA ABI
Rua Araujo Porto Alegre, 71 — 7º andar — Rio de Janeiro
DE FATO
Avenida do Contorno, 2399 — Floresta — Belo Horizonte
BAGAÇO
Av. Rui Barbosa, 762 — Rio de Janeiro
COOJORNAL
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre
POSIÇÃO
Av. Governador Bley, Edifício Glória — 3º andar — Vitória

fotos de luiz abreu

A guerra dos pobres no meio da riqueza

São 15 mil hectares de terras férteis no centro de uma região de agricultores pobres, com pouca ou nenhuma terra. As terras eram dos índios, até que os brancos mais influentes facilitaram a ocupação progressiva da Reserva pelos colonos brancos. Desde então, Nonoai e Planalto, dois municípios gaúchos, vivem em permanente estado de litígio entre índios e agricultores. Situação curiosa, num estado civilizado, onde os próprios índios já assimilaram quase todos os costumes dos brancos. No começo deste mês de maio, os índios, cansados de ouvir promessas, resolveram expulsar os colonos de suas terras. Acamparam no mato, como em estado de guerra, começaram incendiando as escolas dos brancos e depois intimando-os a abandonar a Reserva. O repórter Najar Tubino acompanhou, entre índios e colonos, os primeiros quatro dias desta revolta que — como as promessas — parecia sem solução para breve

— **Antes eu plantava de parceria. Tinha um pedacinho aqui e outro mais adiante. Assim não dava para viver, porque se vem uma seca a gente passa fome.** (Luiz Brambila, casado, três filhos, proprietário de cinco hectares na Reserva Indígena de Nonoai).

— **Faz cinco meses que nós começamos a movimentar. Primeiro embargamos a soja. Estudamos bem. Depois convocamos a comunidade e decidimos tirar os colonos. A terra é do índio, nós já esperamos demais e ninguém resolveu o problema.** (Um dos líderes dos índios kaingangues de Nonoai).

Estão aí os dois lados da moeda.

Os índios kaingangues são proprietários de 15 mil hectares de terras divididos entre os municípios de Nonoai e Planalto, zona do Alto Uruguai, localizada na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, a 416 quilômetros de Porto Alegre. É uma área predominantemente de colonos minifundiários ou sem terras. A reserva indígena — e mais uma reserva florestal do Estado de 14 mil hectares também tirados dos índios — formam uma oásis dentro de uma região onde a falta de terra é fator de surgimento de favelas em torno das pequenas cidades ou de fuga de agricultores para o oeste de Santa Catarina e até para o Mato Grosso.

O motivo da revolta é simples. Ao longo dos últimos 20 anos, 1.300 famílias de colonos entraram nas terras dos índios, fixaram raízes, montaram escolas e começaram a participar da economia de Nonoai e Planalto. Hoje, 70% da produção de milho comercializada na Cooperativa Sarandi, de Nonoai, é produzida por aqueles que os índios chamam de *intrusos* — os colonos que vivem em suas terras. A Cooperativa Sarandi inclui, além de Nonoai, mais cinco municípios, tem um total de 6.345 associados e a maioria esmagadora é de minifundiários.

O mesmo ocorre na cooperativa de Frederico Westphalen, que engloba Planalto e mais nove municípios. Em Frederico Westphalen, a média do tamanho das propriedades dos 2.664 associados da cooperativa é de 11,4 hectares e 84,7% desses colonos são minifundiários. E mais: nesses 10 municípios não existe nenhum latifúndio, como acontece, por exemplo, na chamada região da Fronteira do Rio Grande do Sul. Então, uma área superpovoada de gente pobre, famílias numerosas e sem perspectiva de acesso à terra.

— **O maior problema que temos não são os atritos com os índios dentro da área. São as favelas de Planalto que estão crescendo a cada dia, porque nós não temos terra para toda essa gente.** (Argemiro Ferreira da Silva, primeiro prefeito de Planalto, no período de 1964/69).

E Everaldo Cruz, o ex-vereador do MDB (cassado no início de 77) completa:

— **Em Planalto, existem cerca de mil alunos no I Grau e uns 800 no II Grau, todos filhos de minifundiários. O que é que nós vamos fazer com esse pessoal? Em Planalto não temos indústrias, não há terras e os pais não têm condições de manter os estudos dos filhos.**

E a melhor terra da região pertencia aos índios. Lá, os colonos não precisam de adubos — que em termos de lavoura pesa no mínimo 30% do custo total da produção — têm terra fértil e perspectiva de prosperidade. Junte-se a isso a politicagem de meia dúzia de vereadores, mais alguns deputados (federais e estaduais) dos dois partidos e teremos explicação para os fatos que antecederam a revolta dos índios no começo deste mês de maio.

— **O negócio começou em 1975, quando a Funai prometeu que ia tirar os intrusos da área, deu inclusive um prazo. Em dezembro de 75, os índios foram a Brasília e conseguiram uma promessa por escrito do general Ismarth Oliveira, presidente da Funai só que não tinha um prazo deter-** ▶

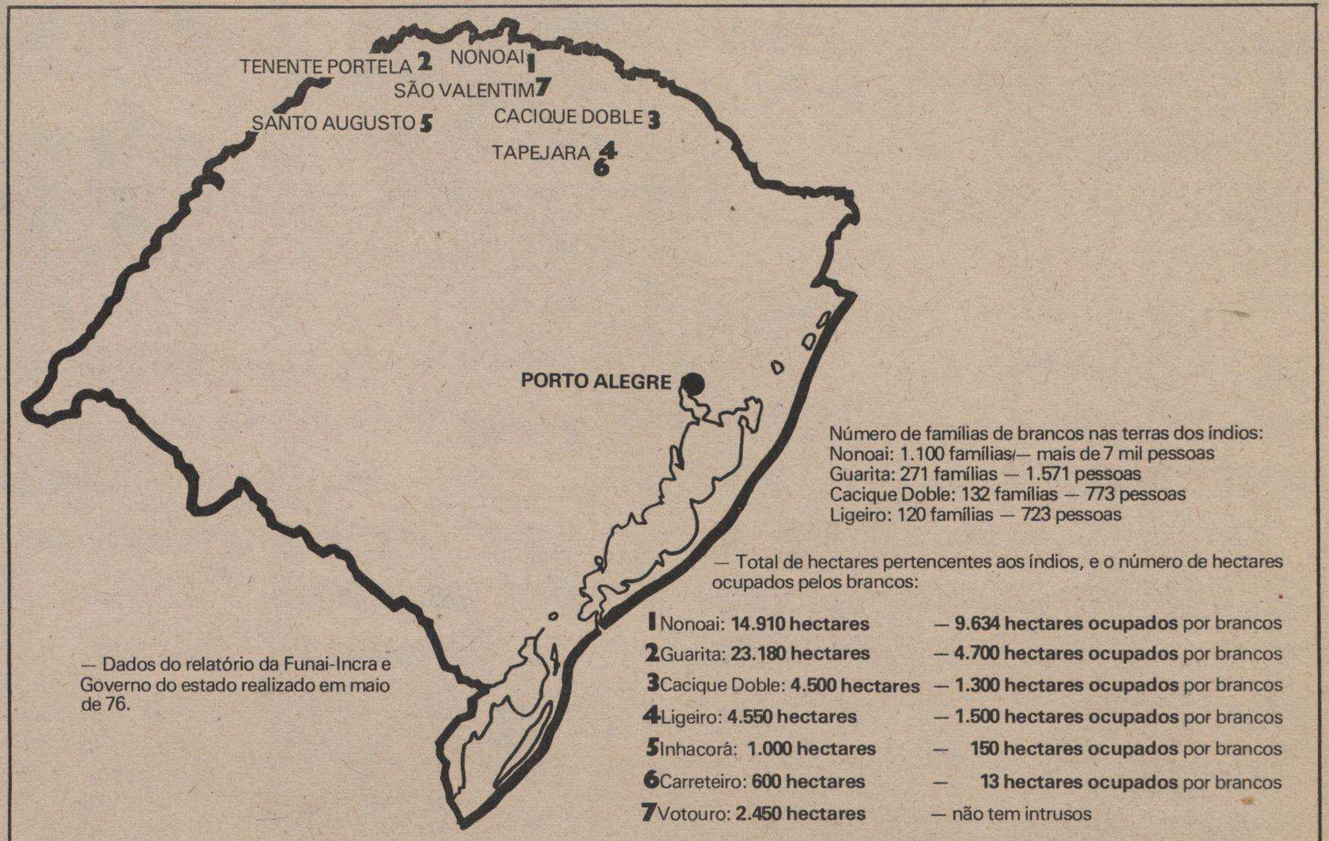
Os índios saem em grupo para intimar os colonos a bandonar a Reserva

fotos de luiz abreu

Invasão de uma casa de agricultor

Um dos três porcos "requisitados"

Dorvalino, a mulher e oito dos 13 filhos



Número de famílias de brancos nas terras dos índios:
Nonoai: 1.100 famílias — mais de 7 mil pessoas
Guarita: 271 famílias — 1.571 pessoas
Cacique Doble: 132 famílias — 773 pessoas
Ligeiro: 120 famílias — 723 pessoas

— Total de hectares pertencentes aos índios, e o número de hectares ocupados pelos brancos:

1 Nonoai: **14.910 hectares**	— **9.634 hectares ocupados** por brancos
2 Guarita: **23.180 hectares**	— **4.700 hectares ocupados** por brancos
3 Cacique Doble: **4.500 hectares**	— **1.300 hectares ocupados** por brancos
4 Ligeiro: **4.550 hectares**	— **1.500 hectares ocupados** por brancos
5 Inhacorá: **1.000 hectares**	— **150 hectares ocupados** por brancos
6 Carreteiro: **600 hectares**	— **13 hectares ocupados** por brancos
7 Votouro: **2.450 hectares**	— não tem intrusos

— Dados do relatório da Funai-Incra e Governo do estado realizado em maio de 76.

minado para a saída dos colonos. No ano passado os índios embargaram a soja produzida na reserva e exigiram a compra de dois tratores e de uma kombi. A Funai deu um trator. Em agosto, quando a Funai começou a plantar, eles (os índios) disseram que o órgão não iria plantar mais e inclusive ameaçaram botar fogo nas máquinas. Mas aí o cacique voltou atrás e o movimento parou. Há questão de dois meses, eles elegeram um novo cacique — Xangrê ou Nelson — e as coisas mudaram. (Depoimento de um dos membros do secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário — Cimi).

A paciência dos kaingangues se esgotou. Na madrugada do dia 4 de maio — primeira quinta-feira do mês — eles incendiaram sete escolas municipais e começaram a tentar resolver por eles mesmos aquilo que as autoridades há mais de 20 anos vêm protelando:

— Às 14 horas do dia 04/05/78 compareceu nesta D.P. o Sr. Lídio Della Betta, chefe do posto indígena de Nonoai/RS. Compareceu para comunicar que na área indígena de Nonoai/RS, na madrugada de hoje, foram queimadas três escolas mantidas pela Prefeitura de Nonoai e mais quatro escolas mantidas pela Prefeitura de Planalto, todas construídas no interior da área indígena para alunos filhos de intrusos da área. OBS.: Comunicamos à Delegacia Regional. (Ocorrência policial registrada na Delegacia de Polícia de Nonoai).

Os boatos começaram a circular pela região: "Os índios querem expulsar os colonos". No outro dia os policiais foram investigar o caso e no caminho encontraram a estrada interditada, com tocos de madeira atravessados e enormes pedras.

— Quando a professora chegou de manhã de Kombi, já tava **todo o mundo aqui. Ela viu e começou a chorar. Eu estudava no segundo ano, já sabia ler um pouquinho. Tinha bastante gente estudando, todo o mundo aqui das redondezas. Eram três turmas e deveria ter uns 30 alunos em cada uma. Agora a gente não tem mais aonde estudar.** (José Luiz, 14 anos, da Escola Alexandre Norberto Scherer, em Pinhalzinho, município de Planalto).

Na sexta-feira, os kaingangues estão iniciando outra etapa: uma série de visitas aos colonos do Posto das Bananeiras, onde tinham instalado o acampamento dos revoltosos. Estão todos armados de facas, facões, revólveres, pedaços de ferro e porretes de madeira fabricados no mato. Entre eles existe uma espécie de hierarquia militar, dividida em sargento, capitão, coronel e cacique.

— Já passou o tempo de dizer que o índio não sabe se expresssar, que a gente é criancinha. Os índios tão **se orientando por si mesmo. Agora nós, índios, kaingangues, temos que sair nos postos para interessar os caciques que ainda não estão entendendo. Criar união para ter força para trabalhar.** (Depoimento do cacique Xangrê, divulgado por um boletim do Cimi).

Os colonos falam em resistir às investidas dos índios. No interior da área, perto do posto da Funai, entre inúmeras estradas e picadas que cortam a área, alguns colonos armados conversam. O chefe do posto, Lídio Della Betta, um homem gordo de meia-idade, muito nervoso com os acontecimentos, relatava pelo rádio, no sábado de manhã, a seus superiores. E depois anunciava aos repórteres:

— Para vocês trabalharem na área, terão que pedir permissão da presidência da Funai — do general Ismarth, por escrito ou pelo rádio. A situação está muito tensa. Eu já avisei o delegado em Curitiba — na segunda-feira, ele deverá estar aqui — e o Exército. Por favor, tratem de ir a Chapecó e falem com Brasília. (Chapecó, em Santa Catarina, a 85 quilômetros, é a cidade mais próxima onde existe telefone por DDD).

Do lado de fora do posto, um outro funcionário da Funai, com sotaque de mineiro, ameçava apreender a máquina de um fotógrafo que registrava a chegada de um pelotão de policiais militares deslocados da cidade de Erexim. Sua missão: tentar acalmar e desarmar os índios.

— A culpada disso é a Funai que deixou entrarem 700 colonos que ganharam contratos de arrendamento e a terra medida. Há colono ali que tem plantação, tem filhos nascidos dentro da área e não vai querer abandonar a terra. Eu estou apreensivo por causa disso. E acho que isto não vai acabar bem. (Do ex-vereador Everaldo Cruz).

Num levantamento feito pela Funai, Incra e Governo do estado, constatou-se que de um total de 1.169 — dados de maio de 1976, quando acabou o levantamento — famílias de colonos, havia 249 que estavam na reserva há mais de 10 anos; 199 , haviam entrado num período de seis a 10 anos; e 721 famílias haviam entrado há menos de 10 anos. Como se pode ver, o levantamento foi falho, impreciso, mas constatou que nos dois últimos anos anteriores a 76 tinham chegado 394 famílias para ocupar as terras dos índios. A Funai foi criada em 1969 — substituindo o extinto Serviço de Proteção ao Índio — o Estatuto do Índio data de 1973 e o seu artigo 18 é muito claro: a Funai não pode arrendar terra de índios, em nenhuma hipótese.

— Já faz uns três anos que nós paramos de pagar arrendamento. Quando chegamos aqui, a gente dava 20% da produção. Depois começamos a pagas em prestações. Às vezes precisávamos vender alguns animais para pagar. Eles (da Funai) cobravam duas vezes por ano. (Dorvalino Leandro da Silva, casado, pai de 13 filhos, um minifundiário de 4,84 hectares de terra dentro da Reserva).

No sábado de manhã — dia 6 — os índios invadem as primeiras casas de colonos, nos arredores do Posto das Bananeiras. Numa das casas eles "requisitam" um porco, que é morto a pauladas na frente da mulher do colono e dos filhos pequenos (os homens adultos fugiam para evitar o enfrentamento com os índios). As crianças choram, a mulher desesperada implora para que eles não façam aquilo na frente dela. Depois de algumas pauladas, os índios levam o porco ao acampamento. Cortam em pedaços e fazem a distribuição para os outros postos — um em Portão e outro em Pinhalzinho, onde há uma pequena vila de kaingangues. Na estrada de terra que liga Nonoai a Planalto e que passa por dentro da Reserva, os índios são vistos em grupos. As visitas são feitas por cerca de 40 índios, todos armados, e a requisição dos alimentos é justificada assim:

— Nós estamos fazendo este trabalho e não podemos cuidar de nossas roças agora. Então a gente tem que requisitar a comida dos intrusos, comida que eles tiram das nossas terras.

No início da noite de sábado, alguns colonos começam a abandonar a terra dos índios. As primeiras três famílias saíram completamente perdidas, sem conseguirem entender direito o que estava acontecendo. "O que é isso vizinho?" — perguntava a mulher de João Moisés da Costa aos repórteres que haviam burlado a vigilância da Funai e estavam na Reserva.

João Moisés (em cima do caminhão) abandonando a terra

URGENTE! AGORA O NEGÓCIO É DEPOSITAR TODO MÊS.

SGB

Antes, se você tivesse 100 cruzeiros no primeiro mês, 200 no segundo e 300 no terceiro, os rendimentos só eram calculados sobre 100. Isto é, o menor saldo do trimestre.

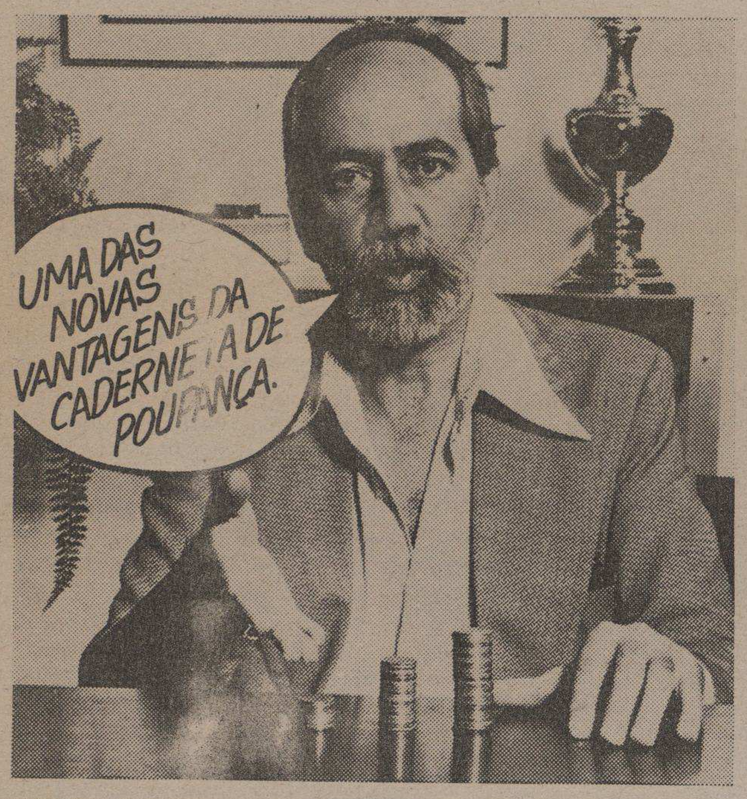
Agora, se você quiser, pode ser melhor: se você tiver 100 cruzeiros no primeiro mês, 200 no segundo e 300 no terceiro, pode ganhar sobre a média. Isto é, os juros ou dividendos e a correção monetária são calculados sobre 200 cruzeiros. É só você deixar o dinheiro lá, e depositar todo mês para ganhar cada vez mais.

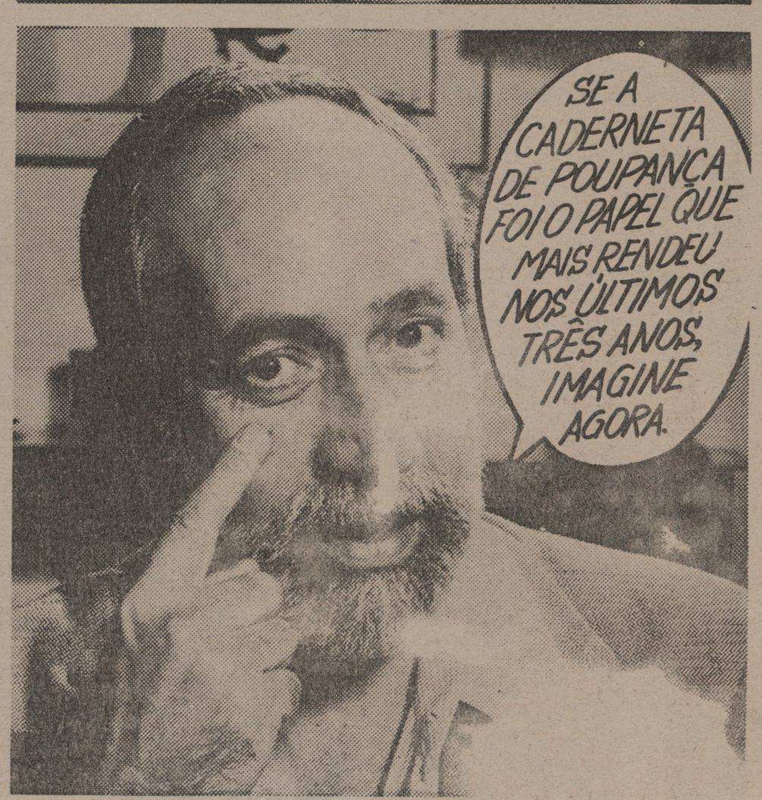
Se a Caderneta de Poupança foi o papel que mais rendeu nos últimos três anos, imagine agora com as novas vantagens.

SISTEMA BRASILEIRO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO — BNH

Caderneta de Poupança

Cada vez melhor

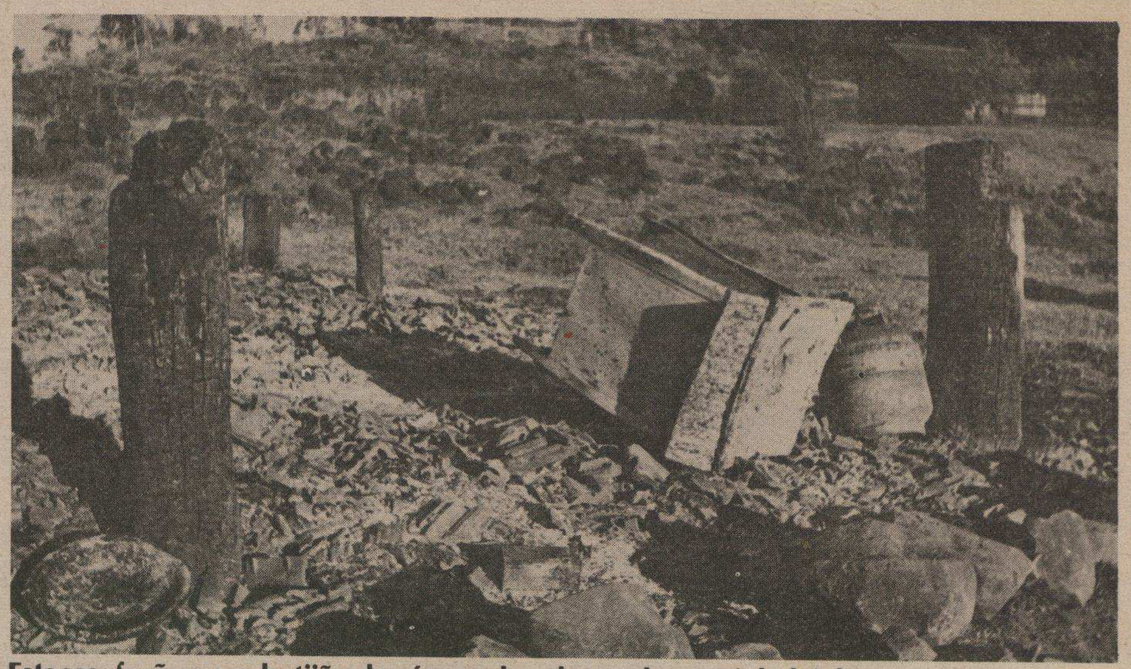




Aumente seu aumento todo mês, depositando em Caderneta de Poupança.

fotos de luiz abreu

A mulher do colono chora com os filhos



Estacas, fogão e um botijão de gás: a sobra da escola em Pinhalzinho

Cercado pelos índios, o agricultor recebe a intimação para sair

Em uniforme de combate à guerrilha, a Polícia Militar chega ao local

— **Eu disse para eles se instalarem porque já tinha muita gente aqui e tinha terra para plantar. Eu acho que o Governo deveria dividir essa terra e dar um pedaço aos índios.** (Do sogro de João Moisés, encarregado de fazer a mudança durante a noite).

O desespero bate nos colonos. De repente aquela falsa harmonia existente entre eles e os kaingangues desapareceu. Muitos agricultores querem aproveitar a escuridão da noite para abandonar a Reserva. João Moisés é um dos três que saiu, e o único que conseguiu um velho caminhão FNM para levar tudo o que pôde — móveis, alguns implementos agrícolas, vacas leiteiras, bois do arado. Está preocupado:

— **Será que posso voltar amanhã para colher o milho? O que eu faço vizinho? Ainda tem um restinho de soja que nós não colhemos. Será o que o Governo não resolve esta situação?**

O caminhão estragou os faróis na hora da saída. E João Moisés tentava carregar dois bois no escuro. A mulher, moça nova ainda, andava de um lado para outro na estrada, sempre repetindo: "Mas o que é isso vizinho?". No domingo cedo as coisas pi[illegible] para o lado dos intrusos. Desde antes das oito, os índios iniciaram as suas visitas. Andaram cerca de 10 quilômetros e intimaram as famílias de 15 agricultores a abandonarem a Reserva antes de terça-feira. Mais dois porcos foram requisitados e houve churrasco no acampamento kaingangue. A cidade de Nonoai — cinco ou seis mil habitantes — está vazia, a Delegacia de Polícia fechada e só no posto de Brigada Militar se nota algum movimento.

— **Eu vim de Constantina, já faz uns 10 anos. Naquela época falavam muito nessas terras. Falavam que tinha muita gente plantando. Viemos numa turma grande. Meu pai comprou o direito de arrendamento de um outro colono, o seu Amadeu, por 1.400 cruzeiros. Logo depois a polícia esteve aqui procurando esse seu Amadeu, mas nós continuamos na área.** (Luiz Brambila, casado, pai de um filho).

No domingo de tarde um grupo de brigadianos encontra um grupo de índios perto do Posto das Bananeiras. De fuzis e metralhadoras, fazem o que classificam de "ação de polícia", ou seja, um desarmamento geral. Um dos líderes dos índios contaria depois:

— **Quando ele (o militar) encostou o cano da metralhadora em mim e tocou no meu revólver, eu disse pra ele que saía fogo. Podia ter tomado a metralhadora dele. É que até agora nós não quisemos fazer judiaria. Mas se tiver que fazer, eu sei como é que se faz.**

A situação está se tornando mais tensa. Os policiais não esperavam arrecadar tantas armas. Lídio Della Betta está agora mais nervoso e pela terceira vez se encontra com os repórteres: "Eu pediria a vocês que saíssem imediatamente da área. Já avisei que só com autorização do general Ismarth, vocês poderão trabalhar aqui". Seu colega de trabalho, o de jeito mineiro, complementa: "Se encontrarmos vocês novamente, apreenderemos todo o material fotográfico". (Na Reserva há repórteres e fotógrafos apenas das revistas *Veja*, *Isto É*, *Repórter Três* e do *Coojornal*).

Os índios querem explicação para a "ação de polícia" dos brigadianos. Reclamam que eles estão desarmados e os colonos não. Na estrada passa o caminhão levando a sétima família que abandona a Reserva. O plano dos índios: em um mês, retirar as 1.300 famílias que vivem na área. Algo aparentemente impossível, pois em termos relativos são seis agricultores para cada índio.

— **Isto é muito difícil de se resolver. O Governo Federal não tem condições, não tem verba para reassentar toda essa gente em outro lugar. Não existe terra para isso. Em 1975, quando fizemos o levantamento, constatamos que apenas duas famílias estavam interessadas em serem transferidas para Mato Grosso. Mas exatamente as duas que não satisfaziam as condições. Um era refugiado da polícia e o outro era um velho de 70 anos que tinha casado com uma guria de 19.** (Lídio Della Betta, da Funai).

Na segunda-feira, a situação mudou um pouco. Chegaram 120 policiais militares enviados de Passo Fundo. Os índios continuavam a cobrar os prazos dados aos colonos, mas agora vigiados mais de perto pelos brigadianos. Na terça-feira de manhã cedo ocorreu o primeiro incidente que todos estavam esperando desde o primeiro dia: Um agricultor reagiu contra um índio e o esfaqueou. Outros índios caíram sobre o colono armados com porretes de madeira e baterem até quase a morte.

O final da história não é lá muito difícil de se prever. E em parte já estava programado desde o levantamento feito em 76. Dos sete toldos indígenas do Rio Grande do Sul, que compreendem uma área de 51.190 hectares, um terço — 17.297 hectares — estava ocupado por colonos que antes não tinham terra para plantar. Pelo menos a grande maioria deles, pois se sabe que existem algumas exceções que ninguém sabe explicar. É o caso, por exemplo, de um tal de Arthur Dall'Astra, que dizem possuir dois mil hectares sendo explorados dentro da Reserva de Nonoai, adquiridos ou arrendados não se sabe como nem em quais circunstâncias.

Pobres e ignorantes como os índios, a maioria dos colonos que invadiram as terras daqueles não praticaram propriamente uma invasão. Foram levados mais por interesse político que por interesse de resolver uma questão social, conduzidos por políticos da região que pressionavam funcionários da Funai e principalmente do organismo que antecedeu esta nas questões dos índios brasileiros. Na Polícia Federal existe um inquérito sobre a questão das terras dos índios no Rio Grande do Sul, que há quatro anos ainda estava em andamento.

Na região de Nonoai e Planalto, as pessoas mais responsáveis têm anotados os nomes de políticos que sabem envolvidos na transferência de agricultores para as terras dos indígenas. Há documentos envolvendo os deputados Cícero do Amaral Vianna e Fernando Gonçalves, da Arena e Ivo Sprandel, Antônio Brezolin e Odacy Klein, do MDB, cujos nomes, juntos com o do futuro governador do estado, José Augusto Amaral de Souza, já foram mencionados na Imprensa de Porto Alegre.

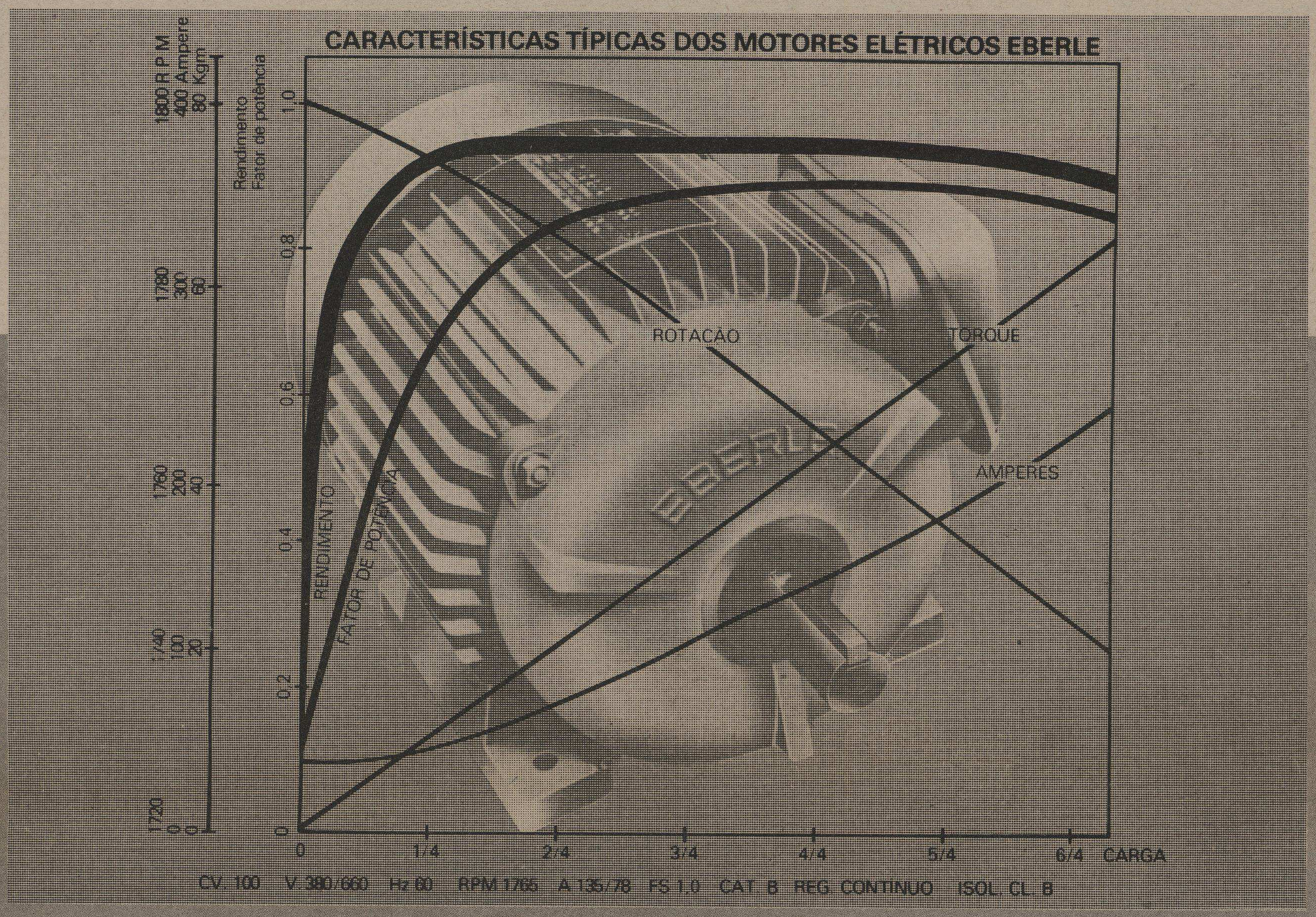
Desde 1974, a pressão dos índios para reaver suas terras tem voltado periodicamente. A solução tem sido adiada. Porém, de tanto o assunto ser discutido, agora todos já sabem — índios e agricultores — que há, além de um problema social, um fato político. E os índios — que não votam — já fazem as contas: na Reserva, existem mil eleitores, 10% do número de eleitores inscritos no município de Planalto. E já sabem que, como em 76, quando o então vice-governador Amaral de Souza esteve na Reserva, discursando em favor do candidato a prefeito Genuir Salvão, este ano será de política e muitas promessas.

Retirar simplesmente 1.300 famílias de Nonoai e Planalto sem ter para onde levar não é possível. Para isso, seria necessário desapropriar e fazer reforma agrária em algum lugar do estado ou do Brasil. Então, soa sem resposta a pergunta de Dom José, bispo de Chapecó:

— **Por que o Incra não desapropria uma área para este pessoal, já que para fins sociais, isto é possível?**

Tênis kichute e uniforme de atleta: o guerreiro kaingangue

Razões e conseqüências da qualidade Eberle.



Os motores elétricos Eberle são construídos sob o princípio da perfeição.

Para atingir a posição de melhor motor nacional, a Eberle precisou desenvolver importantes aspectos construtivos, até alcançar significativos índices de produção:

— Construção rigorosa dentro das normas e especificações da ABNT e IEC, inclusive com dimensões de acordo com os padrões exigidos no Mercado Comum Europeu.

— Torque de partida elevado, excedendo os limites mínimos normalizados.

— Escorregamento: inferior a 5%.

— Produto " rendimento x fator de potência" elevado.

— Blindagem: o único motor nacional com a classificação IP55 (Totalmente blindado contra líquidos e poeiras).

— Precisão: balanceamento dos componentes girantes entre 10 e 20 μ.

— Sobreaquecimento: Δt inferior a 80° para a classe de isolação B.

— Baixo nível de ruído assegurado pelo controle de qualidade utilizando equipamento BRÜEL e KJAER.

Como conseqüência destes índices, os motores Eberle apresentam um desempenho superior.

Têm maior vida útil, menores custos de manutenção e consomem muito menos energia elétrica. Isto significa lucro.

Sem quebras ou interrupções.

A prova da veracidade destes dados são os dois anos de garantia sobre todos os motores Eberle.

A Eberle construiu e testou.

Você utiliza e comprova.

O CORAÇÃO DOS MELHORES EQUIPAMENTOS

EBERLE

2 anos de garantia

METALÚRGICA ABRAMO EBERLE S.A.

Conheça mais sobre os motores Eberle dirigindo-se para:
Fábrica 3 - BR-116 - Km 126
End. Teleg. EBERLE-Fone: 21-1211
Telex n.° 0542 155 MAEB - BR
Bairro São Ciro
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
ou para a Agência Eberle da sua cidade.

A máquina de linhas derrota o Coronel

Tiros e mortes não costumam aumentar as tiragens dos jornais alagoanos. Rotina não vende jornal. Só nos últimos 10 meses, cinco prefeitos interioranos foram assassinados. Talvez por isso, a história daquele estado não registre tiros mais barulhentos e mais destruidores do que os três desfechados no peito do coronel Delmiro Gouveia, na boa noite de 10 de outubro de 1917.

O coronel só durou mais 10 minutos. Suas plantações de algodão — que seguravam em Alagoas milhares de retirantes enxotados pelas secas — sua usina na cachoeira de Paulo Afonso e sua fábrica de linhas *Estrella,* com dois mil empregos, ainda resistiram até 1930. Em abril, as máquinas foram quebradas a marreta e jogadas na cachoeira, pela *Machine Cotton,* multinacional inglesa, que voltou a ficar sozinha no mercado latino-americano com as suas linhas *Corrente,* de costura e bordado.

Geraldo Sarno — que de 1964 a 1976 fez 19 documentários de curta e média metragem e uma longa metragem, o *Pica-Pau Amarelo* (1974) — terminou, neste ano, a montagem de um bom filme sobre a ação da *Machine Cotton* contra a fábrica do coronel Delmiro, que, se não é o melhor, é pelo menos o mais conhecido exemplo de como trabalham as multinacionais na defesa de seus interesses.

O *Coronel Delmiro Gouveia* é uma reportagem bem feita, com entrevista com gente que conheceu o coronel e muita pesquisa em arquivos pernambucanos e alagoanos. Custou Cr$ 1 milhão e 500 mil à Sarus Filmes e à Embrafilme, deverá participar do Festival de Cannes e será lançado no Brasil, em circuito nacional, só no segundo semestre, porque o primeiro está lotado de bons lançamentos.

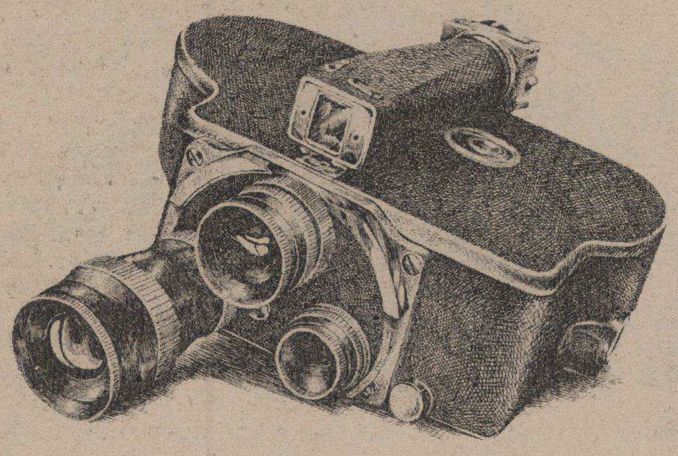
O filme começa com um entrevistador (invisível) fazendo perguntas (inaudíveis) a um velho ex-operário de Delmiro, que vai puxando pela memória e dizendo: "Antes dele era muito ruim. Depois ficou bom. Fome ninguém passou enquanto ele viveu. Ele era bravo, sim senhor. Matar, ele nunca mandou, não senhor. Nunca matou ninguém, não senhor". Termina com cenas de marretas quebrando máquinas, teares, e de operários atirando os cacos na cachoeira, enquanto a voz do mesmo entrevistado, o velho Zé Pó, diz que trabalhar com as máquinas é melhor do que com as mãos. Que "a gente acaba ficando amigo delas", embora elas não pensem e possam ferir o operário. Que elas gostam de ser bem tratadas.

Diz que o coronel chegou, mandou montar a fábrica e os operários montaram. Foi assassinado, chegaram os ingleses, mandaram quebrar e os operários quebraram. E voltaram a viver mal, na roça, trabalhando com as mãos, fugindo das secas. "Ninguém perguntou para nós se era bom quebrar as máquinas e fechar a fábrica. Ninguém quis ouvir nossa opinião. E eu acho que as fábricas só não serão destruídas no dia em que pertencerem realmente, inteiramente aos trabalhadores". Delmiro morreu sem vender a fábrica aos ingleses, dizendo que ela não era apenas sua. Era dos operários, que ele chamava de "a terceira força".

Entre a primeira e a última cena, Geraldo Sarno conta a história do coronel, com todas as perseguições políticas que sofreu por parte de governadores, de vice-presidentes e presidentes da República. Conta a história de Delmiro, desde o último minuto do século passado, até o seu próprio último minuto. E consegue manter em suspense a platéia. Apesar de todo o mundo saber que o mocinho morre no fim.

José Roberto Alencar

Escala, MPM, Promox, Quadrilha, Texto & Arte, Standard, Marca, Publivar, PS Propaganda, Studio, Lauffer & Dalke, Ampla, Símbolo, Martins & Andrade e Mercur.



Atenção para o nosso comercial:

Filmes para televisão de 15, 20 e 30 segundos. Documentários, áudio visuais e fotos para anúncios.
Para obter qualidade na hora certa, em seus próximos comerciais, fale com a gente.
Mesmo que por falta de espaço o nome de sua agência não conste acima.

textor
PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS E AUDIO VISUAL
Rua Artigas, 178 - Sala 312, fone: 31-4530, P. Alegre

A morte de José (Hugo Carvana) revela conflitos na construção civil

Cinema brasileiro descobre o operário

Quem defende a tese de que o cinema brasileiro deve usar luxo e riqueza para chamar as atenções, quebrou a cara com *A Queda,* estreado dia 1º de maio no Rio. Este último filme de Rui Guerra, no Brasil — antes de ir embora para Moçambique, sua terra natal — de certo modo retoma a jogada do Cinema Novo, do qual Guerra foi um dos expoentes, em técnica, produção e temática. Câmara leve de 16mm na mão — ampliado para 35mm — devassando os canteiros de obra do metrô carioca e convivendo com os operários, um filme barato, concluído em apenas 22 dias e que ainda ganhou o Urso de Prata no Festival de Berlim.

Conta a história de um operário de construção civil, Mário (Nelson Xavier, que também ajudou na direção), que pretende, a todo o custo, forçar a empreiteira a pagar uma justa indenização à viúva de José (Hugo Carvana), morto ao cair de uma viga, por não ter cinto de segurança. A empresa quer tapear com uma gratificação qualquer, para se livrar da agravante de que a vítima não era registrada.

Coisas assim não acontecem só no cinema. Muito pelo contrário. É a primeira vez, em muitos anos, que o operário vai à tela de modo não mistificado nem reacionário. Os realizadores partiram de um dado tão reicindente quanto alarmante: o elevado índice de acidentes na construção civil, que emprega, só no Rio, cerca de 250 mil operários, a maioria nordestinos que emigram sem profissão definida. Os boletins da Delegacia Regional do Trabalho freqüentemente autuam empresas que não observam os requisitos mínimos de segurança. Mas as multas são baixas e tudo continua na mesma.

O filme comporta imagens retrospectivas de *Os Fuzis,* em preto e branco, realizado também por Rui Guerra em 1963. Esse apelo serve não apenas para identificar o relacionamento de Mário com José, mas principalmente é a demonstração de que *A Queda* é continuidade daquela fita, reforçando a idéia central de que desde então (1963) até hoje os conflitos continuam insolúveis. Em *Os Fuzis* um grupo de soldados, Mário e José entre eles, protege um carregamento de alimentos contra a população faminta de uma localidade no sertão da Bahia. De repressores, os soldados passam a oprimidos no correr dos anos.

Outro ponto comum nos dois filmes refere-se ao personagem principal. O Gaúcho (Átila Iorio) tenta, sozinho, revoltado, enfrentar os soldados e morre, baleado exatamente por José. Em *A Queda,* Mário tenta reagir também individualmente contra o poder da empresa. Chega ao desespero e aponta um revólver para o empresário, obrigando-o a escrever que pagará toda a indenização à viúva Lindalva (Maria Sílvia).

Relacionando os dois filmes, o segundo traz um julgamento moral (o matador, José, de um defensor dos oprimidos, Gaúcho, acaba vítima da opressão), mas *A Queda* é uma unidade em si, perfeitamente compreensível dentro da estrutura adotada. A câmara passeia pelas obras, observando operários verdadeiros, paralelamente ao desenrolar da história de Mário. Alojamentos, filas, refeitório, lavatório, o trabalho entre a lama e a sujeira, alguns depoimentos — todo esse aspecto documentário pretende enfatizar a veracidade do que acontece.

O conflito entre Mário e o poder econômico não se resolve. As contradições se avolumam — a empresa altera o laudo médico para "atropelamento", suborna o advogado da viúva, a Imprensa se cala — diante da insistência de Mário para que seja cumprida a justiça. A tensão entre ele o sogro Salatiel (Lima Duarte), subempreiteiro da obra, vai crescendo e Mário termina rompendo de vez com o mundo pequeno-burguês que desfrutava na casa dele.

Em sociedades como a nossa, a dignidade, solidariedade e honestidade são valores espezinhados e que podem jogar um homem à sarjeta, se levá-los a sério. É isto que *A Queda* nos diz. Para se viver em paz, há que se "pensar moderno", como aconselha Salatiel, "deixar esse negócio de amizade, coração, tem que pensar no dia de hoje". Prova disso é que a ascensão do sogro corresponde à marginalização de Mário, demitido do emprego, espancado pela segurança da obra. Mas no final sua perplexidade — "se eu morresse amanhã não acontecia nada, tudo continuava igual" — se soma à esperança do dia que nasce, após a pungente experiência. Ele diz que a morte do amigo não adiantou nada. Serviu, pelo menos, para mostrar-lhe o quanto mais intrincado é o esquema de exploração de mão-de-obra barata e que para mudar isso a ação individual é inútil, porque o Poder não admite desafio, questionamento, principalmente vindo de baixo. Esta reflexão é jogada ao espectador.

Mas Rui Guerra e Nelson Xavier tiveram a cautela — o filme foi liberado na íntegra pela censura — de nem insinuar a reação coletiva dos trabalhadores fictícios frente ao acidente: apatia, revolta, o que fosse. E tampouco insinuaram as constantes revoltas que resultam, na realidade, em depredações contra a má alimentação e as péssimas condições de vida dos canteiros de obras. Tal ressalva, porém, não desmerece o filme, que abre, sem dúvidas, novas possibilidades na promissora cinematografia nacional.

Tércio Santos

Cooperativismo, um meio de moderação do lucro

O cooperativismo é praticado no Brasil há quase um século, mas a bibliografia sobre este sistema é quase nula. Agora, o gaúcho Walmor Franke, um dos poucos autores que se dedicam à literatura cooperativista e um dos responsáveis pela Lei 5.764, que regula o cooperativismo no Brasil, está lançando seu novo livro, **Contribuição ao Cooperativismo.**

A obra é uma coletânea de três temas: a evolução da legislação cooperativista no Brasil e em outros países; o conceito de justo preço nas cooperativas de produtores; e a atualização monetária do capital das sociedades cooperativas.

O segundo tema é o que desperta mais atenção, talvez porque o "justo preço" pode ser considerado como o passo decisivo para a integração das cooperativas de produção com as de consumo, o que viria fortalecer todo o sistema cooperativista brasileiro.

Nesta entrevista a Acari Amorim, Walmor Franke analisa as principais questões abordadas em seu último livro e os rumos do cooperativismo.

COOJORNAL — Como o senhor posiciona o cooperativismo brasileiro em função de uma economia baseada no sistema capitalista?

FRANKE — As entidades cooperativistas atuam em qualquer regime. No capitalista compete com a sociedade capitalista e entre si. O cooperativismo brasileiro não se apresenta integralmente. Temos, por exemplo, as cooperativas de trigo com suas respectivas áreas de ação, assim como as de soja. Mas ambas competem tanto no mercado interno como no externo, ou seja, dentro das regras de uma sociedade capitalista.

COOJORNAL — Os países capitalistas possuem um cooperativismo desenvolvido e forte. Isso não deveria ser a tônica dos países socialistas, já que os princípios cooperativistas identificam-se mais com o socialismo?

FRANKE — Nos países capitalistas, em particular, o cooperativismo atua mais como um meio de moderação do ânimo lucrativista. As cooperativas vão equilibrando as atividades das sociedades capitalistas. Mas não se pode dizer que as cooperativas, nos regimes socialistas, funcionem dentro dos princípios clássicos. Elas obedecem a conceitos básicos como o da livre adesão. Porém são pouco flexíveis para os que abandonam o grupo. Dificilmente um associado que deixa uma cooperativa encontra colocação para seus produtos. Isso porque toda a vida econômica é controlada pelo Estado. Nos regimes socialistas, o agricultor participa das atividades da cooperativa recebendo uma quantia da sua produção para o próprio sustento. O resto a cooperativa entrega para as entidades abastecedoras do Governo. Portanto, não há possibilidade para uma liberdade absoluta.

COOJORNAL — E quais seriam as diferenças do cooperativismo praticado numa república cooperativista, como é o caso da República Cooperativa da Guiana, em relação ao cooperativismo brasileiro?

FRANKE — Esse País, com certeza, segue antigas práticas cooperativistas. Acredito que se aproxima do tipo socialista ou da idéia de Gide, estudioso francês do cooperativismo. Segundo ele, o cooperativismo iniciaria com as cooperativas de consumo, que seriam anexadas aos departamentos de produção. Na verdade, esse processo é muito difícil de ser aplicado e, se vigora na República Cooperativista da Guiana, posso afirmar que é muito bom.

COOJORNAL — Hoje, fala-se muito num socialismo cooperativista. Seria a base para um novo regime?

FRANKE — O fundamento dessa idéia é o antigo pensamento de Gide. Ele imaginou que tudo se realizaria por etapas. O filósofo francês afirmava que apenas a cooperativa de consumo era a verdadeira. As demais não possuíam a mesma riqueza de conteúdo nas suas interligações. Isso porque nas cooperativas agrícolas, por exemplo, o associado entrega a sua produção e tenta obter o melhor preço. Nas de consumo acontece o contrário: compra-se no mercado externo e procura-se entregar ao associado pelo menor preço. A partir daí, conforme Gide, a cooperativa entraria nas diferentes áreas de produção, como alimento, material, etc. Assim, essa cooperativa de consumo inicial, aos poucos, acabaria tomando conta da vida econômica e social, chegando ao cooperativismo socialista pregado pelo estudioso francês.

COOJORNAL — A atual legislação cooperativa brasileira, depois de sete anos de existência, não está necessitando de novas adaptações?

FRANKE — Os técnicos é que devem dizer isso. Acho que deveria ser feito um estudo em todo o país, para saber até que ponto a atual legislação é adequada. Quanto a alterações, isso cabe apenas à Organização das Cooperativas Brasileiras ou ao próprio Incra.

COOJORNAL — O senhor acredita que o próximo Governo estará interessado em estimular o cooperativismo?

FRANKE — Acredito que sim, pois o cooperativismo brasileiro já mostrou efetivamente que pode contribuir de maneira sensível para o nosso desenvolvimento. Não vejo razão para que o Governo brasileiro, de hoje ou de amanhã, não dispense uma atenção maior às cooperativas.

Lição: enfrentar multinacionais

Poucas pessoas têm feito tantas conferências pelo país todo, sempre a convite, como o industrial Kurt Rudolf Mirow. Desde que seu livro *A Ditadura dos Cartéis* foi proibido pelo Ministério da Justiça antes mesmo de ser publicado, Mirow passou a ser um centro de atenções, principalmente no meio universitário, onde lota auditórios, como aconteceu no mês passado, dia 18, em Florianópolis.

Considerado inocente pelo Superior Tribunal Militar, Mirow, dias antes, escapava de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional e, ao mesmo tempo, conseguia livrar seu livro dos depósitos do Ministério da Justiça, onde repousavam os quatro mil exemplares da primeira edição, apreendidos em 24 de fevereiro de 1977, ainda na Editora Civilização Brasileira, sob acusação de comprometer a Segurança Nacional.

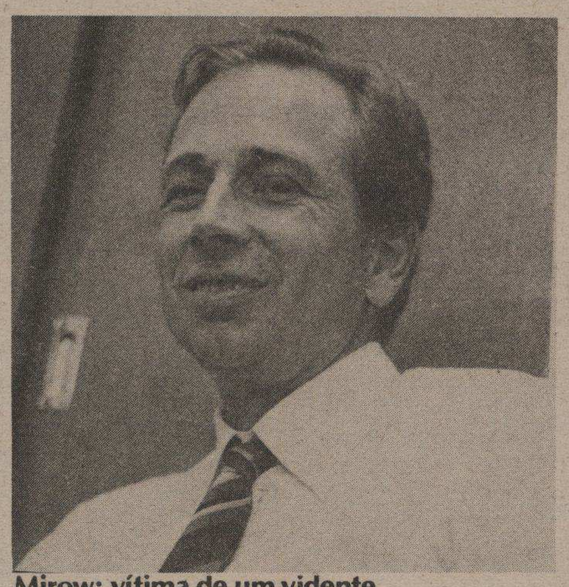
Com a primeira edição praticamente colocada no mercado, o industrial calcula que exista uma circulação clandestina de 15 mil exemplares em cópia xerox. A certeza do sucesso com a segunda edição — a Civilização Brasileira somente num dia recebeu oito mil pedidos — levou-o a decidir editar também a introdução de 100 páginas, que faz parte da edição alemã (*Die Diktatur der Kartelle*) com o título *Condenados ao Subdesenvolvimento,* onde explica a organização político-econômica do Brasil e dos países da América Latina aos europeus.

O APOIO DE POUCOS

Nazista ativo para uns — esteve na Alemanha de 39 a 47 e, por isso, tem um acentuado sotaque germânico — Mirow, hoje com 42 anos, já foi tido também como louco desvairado quando, em 72, levantou a voz contra os cartéis internacionais da indústria eletroeletrônica — "isto era considerado heresia". E perdeu o apoio de seus colegas industriais: "Fui expulso da Associação Brasileira da Indústria de Base, por falta de ética, pelo Cláudio Bardella e pelo Carlos Ramos Villares. Como as coisas mudam, não é?"

Sozinho, Mirow recebeu, até a apreensão do livro, o apoio exclusivo da Imprensa alternativa. "Estou ligado a ela desde o tempo do *Opinião*. O Gasparian é assim como eu, talvez um social-democrata, ao estilo europeu". E até hoje, "por uma questão de coerência", tem participado de reuniões no semanário *Movimento*.

Hoje, no entanto, Mirow diz que só não tem apoio do *Estado de S. Paulo*. "A editoria de economia estava a soldo das multinacionais. E, depois, piorou quando abri a boca contra o Júlio Mesquita". Mas



Mirow: vítima de um vidente

suas posições valeram-lhe a simpatia de setores que estão, hoje, na oposição. Ele contou: "Tenho recebido muitos telefonemas de coronéis e generais que foram líderes em 64, desapontados com os rumos que a revolução tomou".

— Um universitário, em Porto Alegre, chegou de Chevette para dizer: nós, o povo. Ora, ele não pode assumir esta posição. Ninguém pode assumir o lugar de outra classe social e também não pode esperar que eu vá me pronunciar contra o capitalismo. Não sou marxista. Sou um industrial que hoje lamenta que a indústria nacional não possa subornar como as multinacionais para vender os seus produtos. A qualquer proposta, as multinacionais oferecem sempre 5% a mais, depositados na Suíça.

E OS AMIGOS VOLTAM

Kurt Mirow consegue formular suas acusações mais graves sem perder seu constante sorriso. Descendente de imigrantes alemães — seu bisavô ajudou a fundar a cidade de Blumenau — ele dirige a Codima Máquinas S. A., fundada por familiares em 1863, juntamente com outras firmas tradicionais, como a *Hoepck,* em Santa Catarina, e a Bromberg, no Rio Grande.

Atingido pela presença predatória das multi no ramo eletroeletrônico, onde as empresas nacionais baixaram sua participação, no mercado interno, de 48% em 66 para os 3% atuais, Mirow reduziu seu quadro de funcionários de 700 para 300 pessoas.

"Já enfrentei numa sexta-feira", conta, "sob o calor do Rio de Janeiro, 700 funcionários para dizer que não iria haver pagamento porque uma multinacional subornara o contador de uma empresa que teria que nos pagar. Só fui receber da Embratel 18 meses depois, sem juros e correção monetária". Esta foi uma das causas que o levou a escrever *A Ditadura*. "Tinha duas escolhas: falir calado ou falir berrando".

Agora os amigos já estão voltando. Mas, quando resolveu escrever o livro para denunciar o massacre à indústria nacional e o suborno desenfreado entre dirigentes de empresas estatais, as pressões surgiram de todos os lados. E as pessoas se afastaram dele.

Uma empresa de relações públicas, a Consultores Industriais Associados, do Rio de Janeiro, que tem como sócio o ex-ministro da Fazenda Roberto Campos, foi a encarregada de fazer as mais contundentes e diretas.

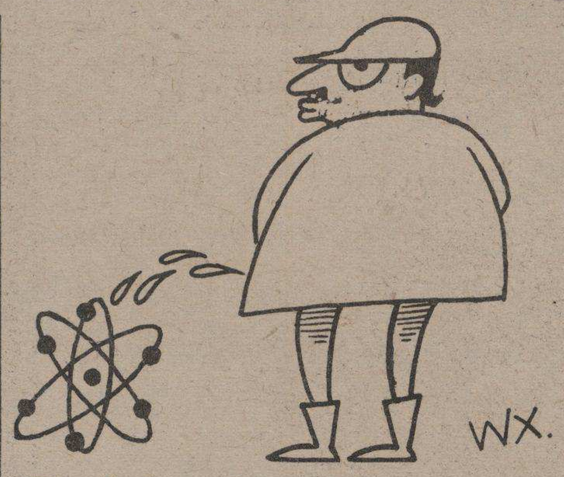
A primeira: desistir do manuscrito sob pena de ocorrerem "coisas desagradáveis" como, por exemplo, o estouro de bombas nos escritórios e apartamento de Mirow. A segunda: um funcionário da empresa de RP, que havia roubado uma cópia do livro, dizendo-se ex-colaborador do ministro Golbery do Couto e Silva, avisou: qualquer referência à *Dow Chemical* significará o enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

No dia cinco de dezembro de 1976, houve um atentado a bomba contra a Editora Civilização Brasileira, atribuído, na época, ao terror de extrema-direita. Depois, logo após a apreensão do livro, a *Siemens,* da Alemanha, com os mesmos argumentos utilizados no Brasil, escreveu uma carta tentando dissuadi-lo da edição alemã. "Qualquer semelhança é mera coincidência", comenta Mirow.

O mais estranho, no entanto, de acordo com o industrial, foi o fato do livro ser proibido quando era apenas um manuscrito incompleto, com capítulos que seriam inclusive suprimidos. "Fui vítima de um Ministro vidente", ironiza. Quando proibiu o livro, em setembro de 76, o ministro Armando Falcão teve, segundo Mirow, que consultar "escalões superiores", para receber instruções.

Em todas as conferências que tem feito, Kurt Mirow reafirma as denúncias do livro e sugere os caminhos que o Brasil tem a tomar: a) conformar-se com o estado de Nação dependente, tipo Índia, subdesenvolvida; b) distribuir pílulas em profusão, a fim de reduzir a população a um nível que permita a todos viver uma bucólica vida tropical; e c) partir para um decidido esforço de desenvolvimento próprio, utilizando inteligência e trabalho próprio para construir uma indústria independente, competitiva.

Raul Sartori



WX.

O pipi entra na tecnologia

"É proibido fazer pipi no chão."

Longe de pretender disciplinar e dar noções de higiene a crianças de jardins de infância, essa rígida e seca determinação — baixada no final do ano passado — tinha uma finalidade bem mais importante: garantir itens de segurança no funcionamento da usina nuclear Angra I, que, pelo último cronograma, estará operando comercialmente no último trimestre de 1979.

Até que a ordem chegasse ao conhecimento de todos os operários da usina, eles faziam pipi como sempre fizeram, ou seja, em qualquer lugar da obra. Agiam assim seguindo velho hábito da construção civil, onde a ausência de mulheres — e quase sempre de banheiros — deixa o trabalhador à vontade para o ato de urinar, praticado sem maiores precauções ou recato.

Por seu lado, os responsáveis pela obra — engenheiros e mestres — não faziam restrições a tal liberdade. Todos ignoravam que a urina, penetrando pelas pequenas tubulações e outras reentrâncias de nossa primeira usina nuclear, estava afetando a qualidade dos tubos metálicos que conduzirão, em breve, importantes fiações — até mesmo aquelas que ligarão o reator nuclear aos painéis de controle.

A descoberta de que a urina alterava o tempo de resistência dos metais à oxidação foi feita por técnicos da *Westinghouse,* obrigados a repetir mensalmente os testes de qualidade do material. A principal empreiteira de Angra não poderia supor, é claro, que o problema da urina se transformasse em mais um, entre tantos que cercam a construção de uma usina nuclear. Daí inexistir esse item no seu vastíssimo manual de procedimentos sobre segurança das centrais de energia atômica.

De qualquer modo, a lição foi aprendida e talvez o próximo manual já venha enriquecido com alguma coisa sobre o assunto, como, por exemplo, fotos dos WCs improvisados que hoje ocupam os últimos pavimentos do prédio do turbo-reator.

Dessa forma, o Brasil contribui com pelo menos um dado tecnológico para a construção de usinas termonucleares: o de que o pipi é realmente perigoso, sobretudo em países onde, por falta de melhores condições de trabalho, os operários não têm onde urinar.

Tarcísio Baltar

A Marquesa que queria um Big-Ben à espanhola

Um mês depois ainda dava o que falar, em Madri, a detenção da filha do ex-caudilho Francisco Franco no aeroporto de Barajas, na capital espanhola. Carmen Franco, a marquesa Villaverde, que gozava de amplas vantagens no tempo do Generalíssimo, tratava de levar para a Suíça, no dia 7 de abril, nada menos do que 31 medalhas comemorativas de ouro e brilhantes e mais sete insígnias de clubes desportivos presenteadas a seu pai e avaliadas em mais de Cr$ 4 milhões.

Dona Marquesa tentou explicar que pretendia fazer um relógio na Suíça com aquelas peças, já que este sempre fora um sonho de sua mamãe, Carmen Polo. Não colou, pois, como disse o jornalista Sixto Camara, da revista *La Calle,* com dois quilos de ouro e brilhantes a senhora marquesa deveria querer algo assim como um Big-Ben de Londres...

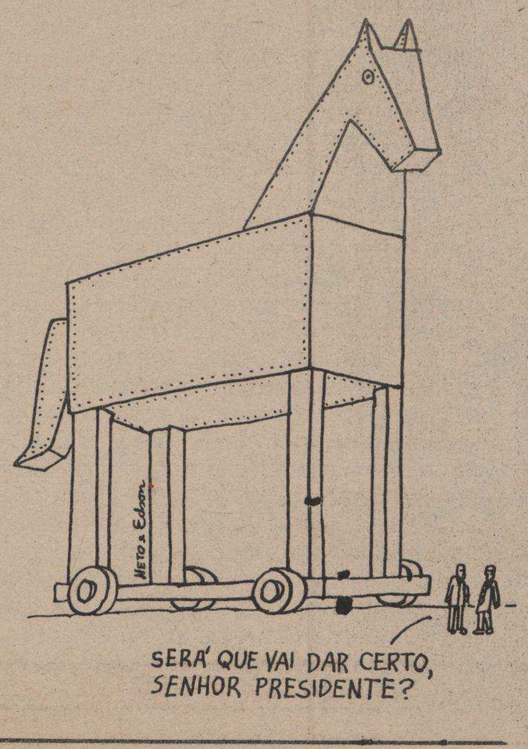
A grande polêmica em torno deste assunto tem explicações anteriores nas pressões que se fazem para que seja feito um invetário total dos bens da família Franco que estão em *El Pardo,* palácio onde viviam, e no *Pazo de Meirás,* o palácio de veraneio que há pouco sofreu um incêndio.

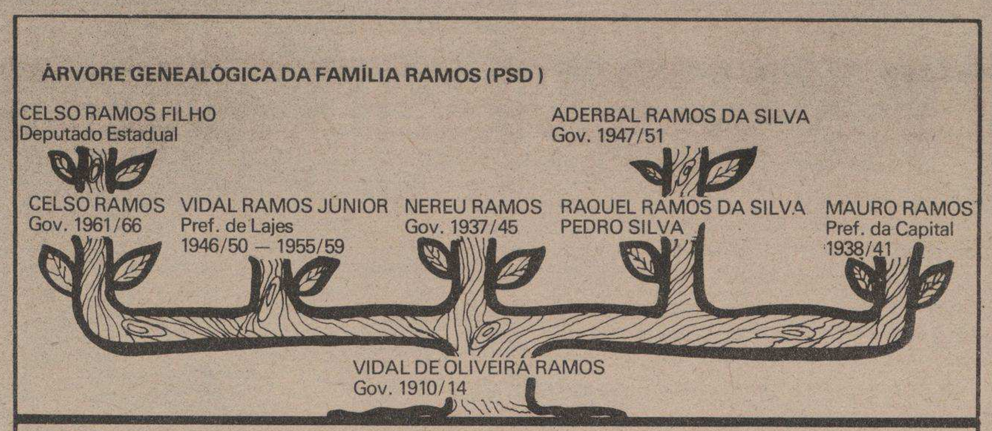
A dúvida da imprensa espanhola — há dois anos e meio da morte do caudilho — é chegar a uma conclusão sobre estes bens, que, para muitos, devem passar para o patrimônio nacional. As medalhas, por exemplo, foram doadas ao ditador por prefeituras municipais que, em algumas ocasiões, obrigavam a população a fazer os donativos.

Foi simplesmente um inofensivo detector de metais que ocasionou a detenção da Marquesa. Abordada como se fosse uma simples turista por um cabo da Guarda Civil, teve que abrir e mostrar o conteúdo da bolsa. Na explicação que deu, disse apenas que não sabia e que nem lhe havia ocorrido pudesse estar cometendo alguma infração. "A verdade é que não conheço bem as leis", acrescentou a Marquesa.

Numa espécie de julgamento histórico, o número 23 da revista *Qué,* datado de 24 de abril, disse em seu editorial: "Evidentemente, tampouco sabiam que cometiam atos de delito, tantos milhares de espanhóis que foram executados por ignorar que era delito pertencer a sindicatos ou partidos políticos. Também desconheciam a lei franquista porque havia sido ditada *a posteriori* e se aplicava com efeitos retroativos".

Ivan Carneiro Gomes





Oligarcas barriga-verde

Já houve quem tentasse manter as oligarquias Ramos e Konder distantes do Poder em Santa Catarina. Tentou. Chamava-se Colombo Sales, o mesmo que em 1975 foi sucedido no Governo do Estado justamente por Antônio Carlos Konder Reis. E o próximo governador será Jorge Konder Bornhausen. Não há novidade. Desde o início do século há um Ramos ou um Konder no Palácio Rosado — e muitos deles em Secretarias do Estado, Empresas de economia mista, Fundações, Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado, etc, etc.

Acumulando os primeiros títulos de uma herança política aparentemente inesgotável, em 1902 o patriarca Vidal de Oliveira Ramos chega à vice-governança de Santa Catarina. Rompia-se, definitivamente, um século de jejum político na família de discretos açorianos, aportados em Laguna e depois transferidos para Lages nos primeiros anos do século XIX. Em 1910 Vidal volta ao Palácio, agora como Governador do Estado, estreando o cargo que depois seria ocupado também por dois filhos e um neto seus.

Já os Konder não esperaram tanto tempo pela aclimatação no Novo Mundo. Da primeira geração nascida no Brasil já resultou um Governador, Adolfo (de 1926 a 1930), filho do professor Marcos Konder, vindo da aldeia alemã de Schwieich — próxima à fronteira com Luxemburgo — para Itajaí.

E começa a sucessão oligárquica no Poder, uma história de 37 anos de ocupação do Governo entre os Konder e os Ramos.

Nereu Ramos, filho de Vidal, subiu ao Palácio Rosado como interventor, por nomeação de Getúlio Vargas, e para a prefeitura de Florianópolis levou seu irmão Mauro. Exemplo máximo da polivalência na família, Nereu chegou ao Governo Estadual em 1937 com a ditadura e com ela saiu em 1945, eleito senador. Seria ainda o Vice -Presidente de Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República interino duas vezes e Ministro da Justiça de Juscelino Kubitschek.

O Governo do Estado, diante de tanta força, naturalmente permaneceria na família. Antes de subir para o Rio de Janeiro e para a notoriedade nacional, Nereu Ramos passou a faixa de Governador em 1947 ao sobrinho Aderbal Ramos da Silva, filho de sua irmã Raquel, aliás, a única a não ocupar cargos executivos entre os cinco filhos de Vidal.

Paralelamente ao Governo do sobrinho Aderbal, em 1946 era eleito, pelo PSD, Vidal Ramos Júnior para o primeiro mandato como prefeito de Lages, que repetiria entre 1955 e 1959. E seu quinto irmão, Celso, chegaria ao Governo do Estado em 1961, esgotando o estoque dos Ramos de segunda geração política.

Pelo lado dos udenistas Konder, Marieta (uma das irmãs de Adolfo) havia casado com Irineu Bornhausen, que aconteceu ter sido eleito Governador para o período 1951-1956. Irineu aliás, é pai de Jorge, o futuro Governador, e primo de Osvaldo Reis, pai de Antônio Carlos Konder Reis, o atual.

Uma única vez o Poder das oligarquias Ramos e Konder foi sacudido. Em 1971 foi nomeado Governador, Colombo Sales, com a bandeira de que "a verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais". Arrancou das paredes do palácio os quadros a óleo que imortalizavam o Poder das duas famílias e jogou-os no porão, demitiu todos os parentes e afins dos oligarcas.

Mas, para seu desgosto, em 1975 foi substituído por Antônio Carlos Konder Reis, senador desde 1962, ex-deputado estadual, ex-Secretário da Fazenda, ex-chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho. E Konder tratou de ratear o Poder não só entre seus parentes udenistas, mas também contemplou os pessedistas Ramos. A lista foi generosa: um irmão, um cunhado, seis primos e seis Konder parentes em terceiro grau. A Jorge Konder Bornhausen, primo, futuro Governador, coube nada menos que a presidência dos organismos financeiros estatais centralizados. E aos Ramos sobraram cinco cargos, entre eles a presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado, Secretaria da Justiça e chefia da Casa Civil.

A alternância entre os Konder e os Ramos no Poder ou sua convivência na ilha — todavia, não é de todo pacífica. Uns udenistas e outros pessedistas, eles sempre se opuseram. Em 1930 Nereu Ramos varreu os Konder Bornhausen dos palácios. Em 1950, os Ramos ficaram reduzidos à oposição, com Irineu Bornhausen no Governo. Em 1965, Celso Ramos, no Poder, apoiou Ivo Silveira, derrotando o então senador Antônio Carlos Konder Reis em sua pretensão de chegar ao Palácio Rosado pelo voto direto.

Unidos eles só estiveram durante o degredo das fotografias de seus patriarcas para os porões do palácio, promovido por Colombo Sales. Mas há quem aponte o fim das oligarquias catarinenses, não pela derrota política, mas por falta de postulantes. As novas gerações de Ramos e Konder Bornhausen preferem a iniciativa privada à pública.

Antônio Carlos Konder Reis é solteiro empedernido e pretende voltar a lecionar na faculdade de Direito de Itajaí quando encerrar seu Governo. O futuro Governador, Jorge Konder Bornhausen tem um filho de 21 anos, Ricardo, desinteressado de política. Seu irmão, Paulo, deputado de 1954 a 58, optou pela iniciativa privada e tem apenas filhos menores. Pelos Ramos, Celso Ramos Filho abandonou a política e Paulo da Costa Ramos vive na França.

Miséria lado a lado com a grande empresa rural

Cometem grave erro aqueles técnicos e economistas que defendem a implantação da grande empresa para desenvolver a agropecuária brasileira. O regime da grande propriedade, do tipo da *plantation* que os ingleses tentaram no Brasil, não subsistiu em nenhum País do mundo, a não ser em regime de colonização, suprimidas as liberdades individuais e sem preocupação com os aspectos sociais da ocupação da terra.

A idéia da criação destas grandes empresas, que estaria nas cogitações do futuro presidente da República, João Baptista de Figueiredo, é produto de erro básico que tem orientado as autoridades no trato das questões do campo: a política agrícola é vista apenas como um segmento, e não o mais importante, da política econômica global do País, quando se deveria optar por uma política rural, levando em consideração, além do lado econômico, os aspectos políticos e sociais da ocupação da terra. Isto evitaria que ao lado de culturas privilegiadas, como a soja, o trigo e o café, por exemplo, ainda existam bolsões de miséria representados pelos agricultores que produzem só para subsistência e para o mercado interno.

Esta tese é do professor Gentil Martins Dias, da cadeira de Sociologia Rural, da Universidade de Brasília. Doutorado com o trabalho "Depois do latifúndio, continuidade e mudança na sociedade rural nordestina", Martins Dias acha que a adoção do modelo da grande empresa agrária é "um retrocesso econômico inacreditável, pois os economistas oficiais que advogam esta tese estão transferindo para a agropecuária os mesmos conceitos de escala que aplicam no desenvolvimento do setor industrial".

O professor entende que a atividade agropecuária é imponderável demais para que se apliquem a ela os mesmos conceitos dos mercados industriais, plenamente definidos e conhecidos.

Além disso, afirma Martins Dias, a escala em agricultura é perfeitamente alcançável dentro do regime da pequena propriedade. E a tendência para módulos de terra menores começou a esboçar-se na Europa e nos Estados Unidos — e o Brasil apresentou o mesmo comportamento.

Assim, em 1920 existiam no país cerca de 600 mil propriedades rurais, número que subiu para cinco milhões em 1970. E o tamanho das propriedades diminuiu de 270 hectares para 59 hectares em 1970, indicando, segundo Martins Dias, que mais pessoas tiveram acesso a terras, se bem que com lotes menores.

Mas nem por isso, diz, houve queda de produtividade ou aumento de tensões sociais. Aliás, ele identifica a existência de tensões exatamente naquelas áreas onde estão localizadas as grandes empresas agropecuárias, como no Amazonas, Mato Grosso e Goiás, onde posseiros estabelecidos há anos foram expulsos, muitas vezes, brutalmente como aconteceu em Conceição do Araguaia, em Goiás.

Esta visão economicista do problema rural brasileiro só tende a agravar-se, de acordo com Martins Dias, na medida em que os planejadores oficiais trabalham com conceitos puramente econômicos e elaboram planos sem levar em conta as particularidades político-sociais da área rural. A par disso, os técnicos do Governo não têm conhecimento do meio rural e, por fim, transladam automaticamente para o campo as experiências da industrialização dos centros urbanos.

Afirmando que as multinacionais não estão muito interessadas neste tipo de atividade, a não ser que o Governo brasileiro financie generosamente o seu ingresso, Martins Dias acha que os inúmeros escritórios de projetos agropecuários surgidos no País nos últimos cinco anos devem estar influenciando o Governo.

Com isso, afirma, estes escritórios têm um vasto campo de trabalho pela frente, dedicando-se à tarefa de vender projetos para as empresas. E estes planejadores não levam em consideração a destruição das reservas naturais e o desequilíbrio ecológico daí decorrente. E Martins Dias ainda alerta que a implantação deste tipo de propriedade rural implica, forçosamente, pela sua própria natureza, no afastamento dos posseiros e dos pequenos proprietários, "gerando tensões sociais de difícil solução no futuro".

Flávio Rogério Troyano

A primeira semente do cooperativismo brasileiro foi plantada no sul. Somos um de seus frutos.

Em 1847, Jean Maurice Faivre iniciou no interior do Paraná um sistema de trabalho em cooperativas que viria desenvolver-se no Brasil durante o século XX.

Do pioneirismo de Faivre aos tempos atuais, muitas lutas têm sido travadas, muitos desafios superados para que frutifique uma idéia.

A Cotrijuí vem marcando sua presença num processo de trabalho cotidiano que busca aproximar-se cada vez mais do ideal de justiça social que caracteriza o cooperativismo.

E os frutos que temos colhido, desde o início de nossas atividades, justificam o entusiasmo e o empenho que colocamos nas tarefas de cada dia.

COTRIJUI

cooperativa
regional tritícola
serrana ltda.

O presidente na Festa do Capacete, em Porto Alegre

Festas para todos. E política também, tudo no 1º de maio

As comemorações da semana do trabalho no Rio Grande do Sul tiveram recheios para todos os gostos. O mais caro e sofisticado foi, sem dúvida, o preparado para recepcionar o presidente Geisel, no dia 1º, numa grande festa no ginásio de esportes do Internacional.

Recebeu o nome pomposo de *Festa do Capacete* e era uma promoção do sindicato patronal da construção civil, numa tentativa de sensibilizar o Presidente para uma eventual reabertura dos financiamentos pelo Banco Nacional de Habitação. O secretário do Trabalho do Estado, Carlos Chiarelli, aproveitou a deixa e procurou dar um sentido mais amplo à festividade, apresentando-a como "uma demonstração de reconhecimento às medidas de prevenção de acidentes de trabalho".

Só faltava o essencial, isto é, os trabalhadores a quem o 1º de maio é dedicado. Para atrai-los, todas as vantagens foram acenadas: transporte gratuito da casa ao local da festa e vice-versa; lanche gratuito para todos (foram feitos 15.500 baurus e 16 mil potes de iogurte!); e prêmios, muitos prêmios, 232 no total: cinco televisores a cores, 10 preto e branco, 29 bicicletas, 27 rádios, 50 batedeiras, 50 liquidificadores, 50 ferros elétricos e 11 bolas.

Mas os operários, estes insensíveis, quase falham: o ginásio estava preparado para receber 15 mil deles, mas foram menos de oito mil pessoas, sendo mil crianças das escolas públicas de São Leopoldo (terra do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto), que com capacetes verde, azul e amarelo formaram um coral para cantar os hinos Nacional e do Trabalhador.

Isto foi de manhã. Ao meio-dia teve outra festa, também com o presidente Geisel — um churrasco de confraternização no Parque de Esteio (a 20 quilômetros de Porto Alegre). O churrasco foi preparado para duas mil pessoas, mas pouco mais da metade dos lugares foram ocupados. Muitos dirigentes sindicais deixaram, pois, de atender o convite.

Para os promotores da Semana Sindical, o recheio mais amargo foi a *Semana Paralela* promovida por um grupo de sindicatos e associações — sindicatos dos bancários, metalúrgicos, gráficos, jornalistas, energia, petróleo, vestuário, propagandistas, vendedores de produtos farmacêuticos e bebidas; federações dos bancários e da indústria da alimentação; Associação Gaúcha dos Advogados Especializados em Direito do Trabalho, Associação Gaúcha dos Sociólogos, Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairros.

Durante a Semana Paralela estas entidades promoveram palestras e debates diários e, no 1º de maio, divulgaram uma mensagem dirigida aos assalariados de todas as categorias profissionais "para que se unam em torno de seus sindicatos e lutem pela conquista de melhores condições de vida e de trabalho".

Lembraram que o 1º de maio "é um dia de luta, em homenagem aos companheiros tombados, porque, mesmo mais de 100 anos depois, não há nenhum motivo para regozijo, a não ser para aqueles que fazem dos órgãos de classe instrumentos de promoção pessoal". E ao final a mensagem defende, entre outras coisas, a liberdade sindical, salários compatíveis com uma vida digna, estabilidade, direito de greve, negociação direta entre empregados e empregadores.

À noite foi a vez do Diretório Regional do MDB promover uma concentração, desta vez em Viamão, a 24 quilômetros de Porto Alegre. Mais de 1.500 pessoas, entre elas o senador Paulo Brossard e o deputado Pedro Simon, se reuniram no Cinema Radar e aprovaram a Carta de Unidade e Ação dos Trabalhadores, documento que o MDB encampou e vai usar como cartilha durante a campanha eleitoral.

Além de recomendar a união dos trabalhadores, a Carta denuncia o modelo econômico oficial "que tem como suporte a exploração que avilta o trabalho e gera diminutos salários" e o estabelecimento de "um amordaçamento sindical, sem o direito à greve e às liberdades numa política injusta, anti-social e antipopular".

A.R.

Os publicitários na realidade

Um congresso nacional de estudantes? Uma concentração do MDB ou de Magalhães Pinto? Não. Apenas um congresso de propaganda. Quem diria, há nove anos, quando se realizou o segundo congresso, que em 1978, no terceiro (São Paulo, 17 a 20 de abril), se estaria falando sem constrangimento sob temas como censura, propaganda governamental, volta ao estado de direito, concentração da renda...

Segundo seus promotores (Associação Brasileira de Agências de Propaganda, Associação Paulista de Propaganda e Associação Brasileira de Anunciantes), tudo se realizou como estava previsto no anúncio: "Agite antes de usar". Ou, como sugeriu Oriovaldo Vargas Loffler, presidente da ABAP e do congresso, na abertura: "A substituição imediata do antigo mito de 'profissionais da prosperidade', que tanto marcou a propaganda brasileira como profissão alienada do meio onde atuava, pela postura de 'profissionais da realidade".

Um ideal certamente audacioso e difícil de ser conquistado, como reconheceu Júlio César Ribeiro, diretor de Planejamento da MPM/Casagrande, ao enfatizar, em tom de autocrítica, que "deixamos de nos fantasiar de cavaleiros da prosperidade para sermos meros jagunços dos grupos econômicos".

Quem deu a maior contribuição para esse novo posicionamento foram, sem dúvida, os profissionais da propaganda já há mais tempo organizados em grupos de mídia, clubes de criação e associações estaduais de propaganda. Os grupos de mídia, reunidos em comissão especial, fizeram praticamente um congresso paralelo, com temática própria, em que a palavra de ordem foi "desconcentrar a renda" (a renda pessoal da população, a renda das regiões, das agências de propaganda, dos veículos de Comunicação e dos fornecedores). Foi também nesta comissão que surgiram as críticas mais veementes contra a censura nos veículos de Comunicação. O pessoal de criação foi outro grupo influente nesta linha de pensamento. Dele partiu a moção, aclamada de pé pelo plenário, reivindicando o retorno ao estado de direito.

Até mesmo os empresários da propaganda afinaram neste tom, pelo menos em um dos painéis do congresso (propaganda e economia). Júlio César Ribeiro chamou a atenção para o fato de a propaganda "estar se transformando em instrumento de desagregação social" e lamentou que "num País que possui um pequeno número de gente rica, um grande número de pobres e uma enorme quantidade de miseráveis, a publicidade fale como se todos fossem ricos".

Celso Japiassu, diretor da Denison Propaganda, alertou para a tendência de alienação da propaganda, decorrente do seu relacionamento com a elite da sociedade, ao se dirigir a apenas 40 milhões dos 110 milhões de brasileiros. "Ela despreza mais da metade da população e cria uma formulação técnica no mínimo duvidosa", acrescentou.

No entanto, houve também uma tentativa (pouco exitosa) de acabar com este fervor político dos publicitários. "Fujam das associações, fiquem com suas pranchetas, aprendam apenas a utilizar seu talento", recomendou ao plenário lotado do congresso o *show-man* Alex Periscinotto, presidente da Alcântara Machado Publicidade. "Os movimentos e reivindicações gerados em clubes de criação ou reuniões políticas não acrescentam nada ao publicitário em sua tarefa de criar peças de propaganda", observou ele numa palestra recheada de piadas e filmes publicitários (todos eles estrangeiros), que ocupou mais de duas horas.

O terceiro congresso nacional pode não ter chegado a conclusões muito brilhantes para o consumo interno da propaganda, além, naturalmente, da adoção do código de auto-regulamentação, mas ele conseguiu certamente o mais importante: colocar de uma forma mais clara a opção política para os publicitários. Eles poderão continuar alienados. E de certo uma grande parcela continuará seguindo os conselhos de Periscinotto. Mesmo porque essa mudança não se faz do dia para a noite. Mas, será uma alienação bem menos justificada.

Em tempo: por que se falou tanto em desconcentração neste congresso, que concentrou a direção dos trabalhos nos cartolas do Rio e São Paulo?

Affonso Ritter

A reportagem chegou

Como ser neutro se não é possível escolher todos os assuntos, cuidando deles por todos os lados? Como ser neutro se Imprensa é olhos, ouvidos e boca da sociedade democrática? Como ser neutro se repórter é gente? Obrigação de repórter é ser verdadeiro. Tão verdadeiro quanto possa, apesar das paixões que nasçam nele e dele, diante do acontecimento.

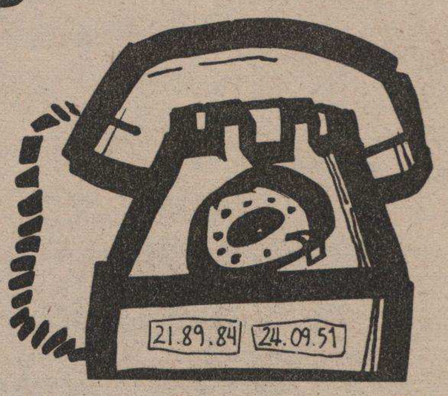
São afirmações do diretor de redação Paulo Patarra na apresentação de *Repórter Três*, revista mensal de reportagens da Editora Três (*Status, Planeta, Lui*, fascículos) que surgiu nas bancas de todo país a partir de dois de maio. É um projeto que reúne 38 profissionais, muitos deles com experiências anteriores em revistas como *Realidade* e *Veja*.

Com uma tiragem de 200 mil exemplares e 164 páginas, *Repórter* traz, entre suas reportagens, o terror na Europa (*Euroterror*), guerrilheiros (*A guerrilha da Nicarágua!*), seleção de futebol (*Ordinário, chute!*) e esquadrão da morte (*O Julgamento de Sérgio Fleury*).

atendimento de problemas da infância

SAERME
Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

Em Porto Alegre assine por telefone



Se você quiser assinar o Coojornal, em Porto Alegre, basta discar 21.89.84 ou 24.09.51 que o nosso Departamento de Assinaturas irá procurá-lo em sua casa ou local de trabalho. Se preferir, procure um dos postos de venda na cidade:

1 — Banca de Revista — Estação Ferroviária
2 — Loja 2 — Centro Comercial Independência
3 — Livraria Coletânia — Altos do Mercado Público
4 — Caco Som — José do Patrocínio, 100
5 — Multifoto — Av. Protásio Alves, 528.

A Caixa Federal, longe de um "banco social"

— O senhor não considera que financiar um Shopping Center *de 40 andares, com garagens para três mil automóveis, no coração do Rio de Janeiro, um placar para o Maracanã e participar de operações com o Forte de Copacabana e com o campo do Botafogo, fogem às atribuições estatutárias da Caixa Econômica Federal?*

Esta pergunta foi feita pelo senador Gilvan Rocha (MDB-SE) ao presidente da Caixa Econômica Federal, Ariovisto Marcos Almeida Rego, que na manhã de 12 de abril prestou depoimento de quatro horas à Comissão de Economia do Senado, que o convocara para explicar as razões das dificuldades financeiras enfrentadas por aquela instituição. Ariovisto Rego, um antigo funcionário, levado para a Caixa por seu pai, também economiário, em 1922, nem pestanejou. Respondeu negativamente à pergunta do senador sergipano.

A resposta, porém, não surpreendeu, pois do contrário Ariovisto estaria reconhecendo publicamente a prática de irregularidades por administrações anteriores. Mas, o capítulo 2º do artigo 5º do Estatuto da CEF, lido por Gilvan Rocha, não deixa margem à dúvida. . Especifica claramente que o objetivo fundamental da Caixa, no setor habitacional, é "facilitar e promover a aquisição de casa própria,, especialmente pelas classes de menor renda".

No entanto — Estatuto à parte — há cerca de cinco meses que a CEF não aceita novos pedidos de financiamentos de casa própria. No começo de maio anunciou a reabertura das operações de sua carteira habitacional,mas na verdade só financiará moradias a quem já tem terreno próprio. A carteira hipotecária, que financia imóveis usados, continuava fechada e sem perspectivas de reabertura.

Esse prolongado recesso do setor habitacional da Caixa Federal, somado a outros fatos igualmente graves, motivou suspeitas e acusações.

Os jornais não apenas denunciaram os desvios de verbas que contrariam os estatutos do órgão, como classificaram tais operações de manobras políticas, em que relacionavam inclusive o fato do ex-presidente, Humberto Barreto, ter mandado imprimir seu nome e cargo em letras garrafais nada modestas no verso dos bilhetes da Loteria Federal.

A atual diretoria da Caixa Federal insiste em atribuir as dificuldades financeiras à "substancial redução na captação de recursos pelas cadernetas de poupança, nos dois primeiros meses deste ano, que provocou uma queda de Cr$ 6 bilhões na arrecadação prevista. Essa justificativa é constestada pelo senador Roberto Saturnino (MDB-RJ). Ele não nega que tenha havido desestímulo à poupança (conseqüência da remuneração inferior à taxa inflacionária), mas não acredita que a diretoria da Caixa não faça um acompanhamento criterioso sobre o comportamento do mercado.

"Sabíamos que estava havendo declínio na captação de recursos através de cadernetas de poupança já em 1977. Mas, ele se deu de forma mais intensa do que esperávamos", argumentou Ariovisto Rego. Portanto, havia uma tendência oficialmente reconhecida e fácil de ser detectada, que foi, na melhor das hipóteses, minimizada.

Também dá margem a interpretações dúbias a previsão de recursos da Caixa para o setor de habitação em 1978. Com a nova revisão do Orçamento, a CEF disporá de Cr$ 13 bilhões para aplicar nessa área, contra os Cr$ 25 bilhões de 1977. Como se explica que uma redução de Cr$ 6 bilhões na captação de recursos de poupança provoque um corte de quase 50%, em termos nominais, nos recursos destinados à habitação?

A questão mais grave em todo esse rumoroso caso — além das inevitáveis especulações em torno do nome de Humberto Barreto e do descrédito público em que foi jogada em sua gestão uma instituição que faz 117 anos de existência — é o desvio dos já minguados recursos do setor habitacional para operações de natureza comercial e industrial.

Uma previsão do Banco nacional de habitação (BNH) indica que o déficit habitacional brasileiro, apenas no setor urbano, cresce em 600 mil moradias por ano. Os recursos são escassos e os financiamentos, em sua maioria, são destinados à classe média. Se a Caixa Federal, como maior arrecadadora de recursos de cadernetas — que sustentam o Sistema Financeiro Habitacional — desvia tais recursos para outras atividades, vale perguntar: como o Governo espera resolver este grave problema social que é a falta de moradia para a população?

O MDB poderá solicitar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas da crise da Caixa Federal. Mas alguns oposicionistas, como o senador Roberto Saturnino, desde já são taxativos ao afirmar que "os fatos disponíveis são suficientes para que se conclua que foram cometidos erros gravíssimos na gestão do sr. Humberto Barreto".

Os fatos são numerosos e bastam para abalizar uma opinião sobre as causas da atual situação crítica da Caixa Econômica Federal. Podem ser resumidos na seguinte relação:

1) — A CEF fechou suas duas carteiras de habitação em 12 de dezembro e só reabriu, muito timidamente, para moradias a quem dispõe de terreno.

2) — Nos dias próximos ao Carnaval, não foi liberado sequer um centavo, durante dez dias, para os empréstimos e financiamentos já contratados com os seus beneficiários.

3) — Um empréstimo no valor de Cr$ 790 milhões, sujeito a correções ao longo do contrato, foi concedido ao *Shopping Center-UEB*.

4) — Foi aprovado um financiamento de Cr$ 13 milhões para a construção do placar eletrônico do Estádio do Maracanã.

5) — A Caixa fez promessa de compra do campo do Botafogo, com uma cláusula de *arrependimento* válida por 120 dias, adiantando Cr$ 40 milhões.

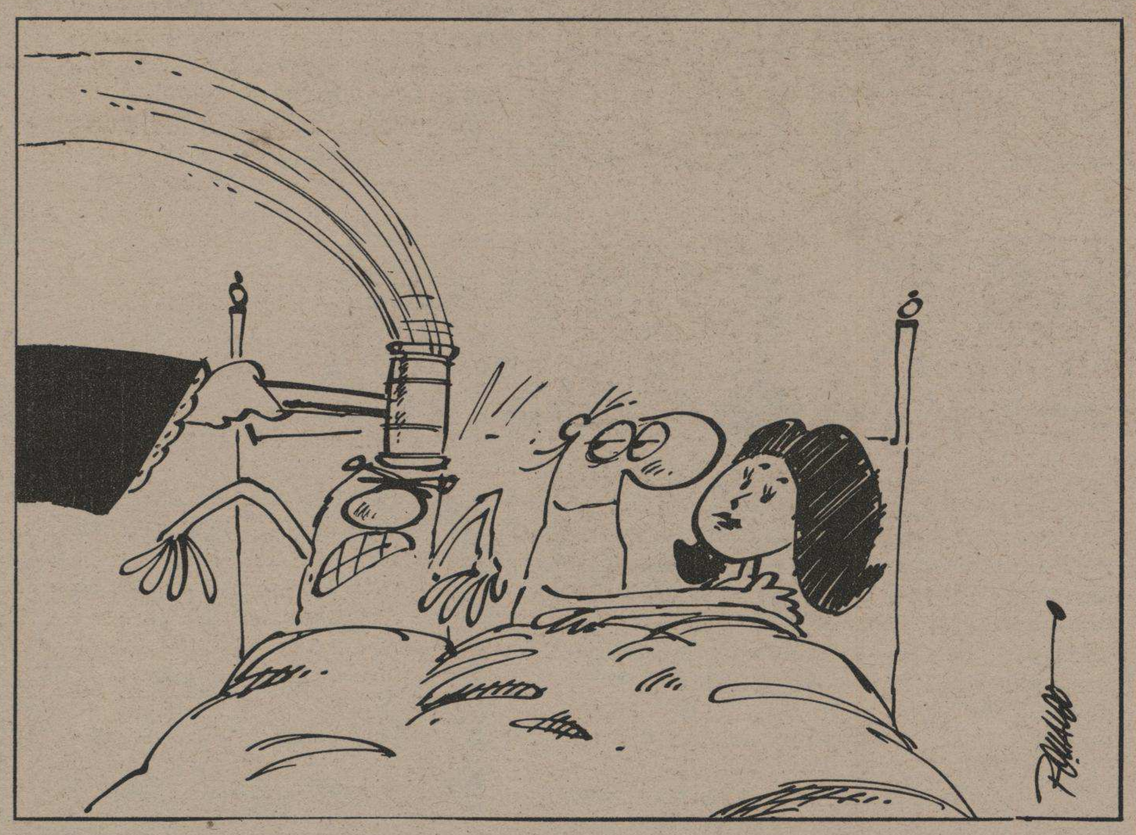
6) — Comprou terrenos localizados nas adjacências do Forte de Copacabana, pelo Valor de Cr$ 700,76 milhões.

7) — Concedeu empréstimo de Cr$ 400 milhões ao DNER.

8) — Emprestou Cr$ 600 milhões à Siderbrás.

9) — Finalmente, teve seu Orçamento para 1978 não aprovado pelo Ministro da Fazenda, que discordou dos níveis de aplicação propostos pela diretoria.

Ribamar Oliveira



No planeta do sexo

"O réu não deve pagar o tributo de ser macho", concluiu o procurador da Justiça, Alfredo Nascimento Barbosa, no parecer que inocenta um jovem de 20 anos, acusado de ladrão pelo marido que o tinha surpreendido na cama com sua mulher.

O jovem é, na verdade, um audacioso: embora o marido estivesse em casa e na cama não hesitou em deitar-se nu entre ambos para manter relações com a mulher, sua amante já há algum tempo. O marido acordou, surpreendeu os dois e tentou matar o jovem com um revólver. Mas este foi mais rápido, tirou revólver e saiu correndo porta a fora, inteiramente nu.

Para vingar-se, o marido acusou-o de ladrão e conseguiu que ele fosse condenado em primeira instância. Mas o rapaz ganhou na apelação, graças ao incrível parecer do procurador Barbosa, de Porto Alegre, sobre este fato ocorrido numa cidade do interior gaúcho:

"A história é sempre a mesma, na corte do Rei Artur, na corte dos Luízes de França, ontem, hoje e amanhã. L'amour toujour l'amour. *Onde a traição é permanente à lei natural, a moral é moral até que os séculos a apaguem.*

Começa a história no paraíso, onde só só existia um homem e uma mulher, mas o triângulo haveria de formar-se através do réptil.

A cobra tentou, a mulher seduziu e o homem pecou. Desde então ninguém mais deixou de tentar, de ser tentado, de seduzir e ser seduzido.

O pecado fez-se diabo e o diabo fez-se homem. Não existem mais anjos na terra, porque ninguém possui asas.

Bem-aventurados os pacíficos porque deles será o reino dos céus!

Mas quem deseja ser pacífico neste planeta do sexo?

In casu, *uma nova taceta do comum e usual triângulo amoroso.*

Não houve invasão de domicílio, primeiro porque o cachorro, habituado ao visitante, não deu sinal nenhum; segundo porque o réu não é ladrão e não conheço nenhum que tira a roupa toda dentro da casa em que entra par furtar e fugir depóis, quase nu, deixando camisa, calça e o resto, na casa que sabia estar habitada.

Há prova testemunhal ocular que a esposa de Adroaldo se beijava com o réu.

Há comentários generalizados das relações sexuais entre o pretenso ladrão e dona Nair. Ela, a Helena insatisfeita, e o réu, o troiano inveterado. Nem Atlas, nem Aquiles, nem Ulisses seguram este descendente de Páris.

Na cama do dono da casa e na presença deste, Paulo (...), brasileiro pelo nome e por todos os sentidos, bate o recorde de coragem de qualquer conquistador de capa e espada já descritos pela História, pois enfrenta tiros de revólver e ainda toma o revólver do senhor, sem possuir um canivete.

Paulo tem 25 anos, Nair 20 e o marido 27.

Nas circunstâncias em que se deu o fato parece que dona Nair tem afinidade psíquica com Lucrécia Bórgia: atrair os amantes para o perigo e para a morte.

Não houve invasão de domícilio, nem tentativa de furto, houve apenas amor, a alavanca mais poderosa da atividade humana, sendo responsável por toda a humanidade.

Paulo entrou na casa com o consentimento da amante.

Omitiu o promotor a prova na denúncia e esquivou-se o MM. Juiz na sentença.

Paulo, menor de idade, não deve pagar o tributo de ser macho."

E a barragem não pode ser esvaziada...

A partir do dia 27 de abril, as rádios e os jornais do estado passaram a transmitir um anúncio oficial, em que a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) pedia à população ribeirinha do Jacuí que não permanecesse junto às margens. A razão da prudência só seria divulgada em nota oficial da diretoria, confirmando um vazamento contínuo — desde o dia 21 — na galeria de desvio da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaúba, no Rio Jacuí. A possibilidade de uma ruptura e a inundação de três cidades (cerca de 130 mil habitantes) não estava afastada, embora não constasse na primeira das notas oficiais divulgadas. A vazão da água chegou a passar de um metro cúbico por segundo, quando o normal seria de quase quatro vezes menos.

Essa é a maior obra já feita no estado pela CEEE e deveria entrar em funcionamento em setembro, com a metade de sua capacidade total que é de 500 mil kW. O conserto deverá ser feito em dois meses e custará Cr$ 6 milhões, que não estavam previstos no custo da obra que é de 135 milhões de dólares. Primeiro será construído um bloco de concreto junto e na frente do portão de entrada da galeria de desvio do rio, formando um tampão e isolando a área, para então fechar os vazamentos. Só com o isolamento da área poderão ser descobertas as causas dos vazamentos.

Com Itaúba voltou a discussão do fato das barragens não poderem ser esvaziadas. O único mecanismo capaz de esvaziar uma barragem são as comportas ou descargas de fundo que há alguns anos não são mais utilizadas devido "às modernas técnicas de construção de barragens". O presidente da CEEE, engenheiro Sílvio Freitas, acrescenta também que os equipamentos têm um custo muito alto e "a CEEE não poderia investir tanto nisso". Para Itaúba o custo seria de um milhão de dólares.

Ainda segundo Sílvio Freitas, a não utilização de comportas de fundo é normal. "Peremptoriamente", diz ele, "não poderia afirmar, mas não creio que em casos semelhantes tenham partido para essas comportas". Um exemplo seria a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, a maior da Região Sul. Técnicos da Eletrosul confirmam que não existe o equipamento, mas consideram "uma heresia técnica" comparar uma barragem com outra.

Todas as informações sobre Itaúba estão centralizadas no presidente da CEEE, para que não hajam "mal-entendidos". Em todo caso, pequenos deslizes sempre existem. Enquanto Sílvio Freitas garante que as comportas de fundo tornariam o conserto mais fácil, o seu diretor-técnico, engenheiro João Machado Passos, afirma que no atual estágio da obra as comportas não estariam nem instaladas.

Já o engenheiro Arcy Cattani da Rosa, professor e fundador do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), reconhece que hoje há maior segurança na construção de barragens. "Mesmo assim", esclarece, "como em grandes projetos costumam haver os já famosos erros técnicos ou falta de previsão, eu, individualmente, prefiro utilizar ainda as comportas de fundo". Ele também reconhece que por ser Itaúba uma barragem de terra, o esvaziamento levaria até três meses.

Sílvio Freitas ainda lembrou que, se estivéssemos em época de cheias, as comportas de pouco adiantariam. Mas o professor Arcy discorda: a eventualidade de falta de nergia devido à seca não passa de falta de programação. "Nada disso estaria acontecendo nos estados do Sul se as obras fossem construídas levando-se em conta essas estiagens e as grandes cheias. Afinal, também devido à moderna tecnologia é possível o cálculo das necessidades e capacidade em casos extremos. Também é bom lembrar que a irrigação poderia evitar a perda das lavouras e o prejuízo causado numa hora dessas. Mas aqui, quando se constrói uma barragem, ela só deve ter uma única utilidade. Não é nosso costume racionalizar os projetos, prevendo sempre o desenvolvimento integrado".

Elaine Lerner

A "REBELIÃO" QUE FALTAVA

O acontecimento que aguçou a crise militar e precipitou a Revolução de 64, reconstituído pelo repórter Adilson Martins, no Rio de Janeiro

Do Diário do general Olympio Mourão Filho, dia 27/3/64, Sexta-Feira Santa: "Os marinheiros (no Rio) foram soltos, o Cabo Anselmo é o líder da Marinha, o Aragão é bicho-papão e a Marinha está completamente desmoralizada. (...) Respondi (conversando com o então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto) perguntando: não acha que agora é o momento impossível de ser adiado?"

Do Diário do coronel Gustavo Borges, secretário da Segurança na Guanabara em 1964, apontado por David Nasser como um dos "grandes generais anônimos da Revolução"... em frente ao Sindicato (dos Metalúrgicos) os amotinados vociferavam, pelos alto-falantes, discursos subversivos". O coronel Gustavo Borges hoje é um homem de empresa. Na época ele armazenou armas, preparou redes de comunicação e organizou a contra-espionagem. O Diário prossegue:

— Em certo momento, cientificados por Hércules Correia (deputado e líder sindical na ocasião) de que nada lhes iria acontecer, alguns marinheiros se aproximam do coronel Ventura (responsável pela tropa do Exército deslocada para o local, já que o grupo da Marinha enviado ao Sindicato acabara aderindo aos amotinados), a poucos metros de sua tropa, a Polícia do Exército. De dedo em riste, gritam-lhe: "Covarde! Gorila! Vá embora!"

O mesmo Diário — a 29 de março, dois dias antes da eclosão do momento militar — observa: "O almirante Aragão desafia e desacata a oficialidade da Marinha. Os jornais também confirmam: quem manda agora no Exército são Assis Brasil (ex-chefe da Casa Militar), Darcy Ribeiro (ex-chefe da Casa Civil) e Valdir Pires (ex-procurador da República)".

Procurei o Darcy e o informei sobre atribuição tão relevante, principalmente por se tratar de um episódio tão rápido, como foi sua vida pública:

— Não. Não desejo ainda tratar de tais questões. Me reservo o direito de fazê-lo mais tarde. Quem é mesmo Gustavo Borges? Não estou me recordando...

— Ex-secretário da Segurança, no Governo Carlos Lacerda, homem de confiança do ex-governador.

— Ah, sim. Ele disse isso?

— Consta inclusive no diário dele - respondi.

E tantas foram as ambições, dissidências, antagonismos que o episódio da revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, pretexto maior que uniu diferentes facções em torno do Movimento Militar de 64, catorze anos depois é uma pálida memória de unidade. Consta inclusive que o coronel Gustavo Borges não foi ao enterro de Carlos Lacerda.

— Evidentemente o acontecimento teria um desdobramento político mas, na verdade, o que aqueles marinheiros queriam mesmo era não mais continuar amasiados nos morros sem poderem casar, melhor assistência médico-hospitalar, descer nas cidades onde ficassem seus navios em trajes civis e, principalmente, estudar. Se a comemoracao do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil na sede dos Metalúrgicos, virou levante, é porque outros interesses e propósitos naturalmente entraram em ação. Embora tenha presidido aquela reunião, acontecimento, decisivo na área militar para a derrubada do Governo João Goulart, enquanto estiver vivo não lhe autorizo a publicar este depoimento.

E com sorriso largo o ex-deputado federal (PSB) Max da Costa Santos, um dos líderes da extinta Frente Parlamentar Nacionalista, cassado em 1964, se despediu do repórter, numa quinta-feira da primeira semana de março deste ano. Com 56 anos, forte, empenhado ultimamente na lançamento de livros, esse era o terceiro encontro onde ele havia abordado o famoso levante dos marinheiros, que teve início em 25 de março de 1964 e durante dois dias mobilizou não só as Forças Armadas, como de resto, todo o País na ocasião.

Quatro dias depois — 8 de março — Max da Costa Santos falecia num hospital da Zona Sul do Rio, surpreendendo a todos, amigos e familiares.

Em 1963, quando o País se debatia numa crise político-institucional das mais graves em toda a sua história, o então chefe do Estado Maior do Exército, general Humberto Castelo Branco, foi procurado por um grupo de militares — os "coronéis da Sorbonne" — do qual, entre outros, fazia parte o hoje general João Baptista de Figueiredo. O general Castelo Branco teria aconselhado cautela, dado principalmente a gravidade da interferência das Forças Armadas em questões políticas. Os coronéis enfatizaram que se tratava, no caso, de defender o País contra uma conspiração comunista, que promoveria a dissolução das Forças Armadas.

O historiador Moniz Bandeira, no seu livro *Governo João Goulart — as lutas Sociais no Brasil — 1961/1964*, lembra que "Castelo Branco, porém, receava tomar a iniciativa de violar a legalidade, sem cobertura política, e ficar só. Queria fazê-lo apenas diante de um fato que comovesse as Forças Armadas, como a intervenção federal no Rio de Janeiro, Minas Gerais ou São Paulo, a convocação de greve geral pela CGT, ou outra rebelião de sargentos", conforme acontecera antes em Brasília. E este fato, hoje não há dúvida nenhuma, foi o levante da Rua Ana Neri: a famosa revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, no já então poluído Bairro de São Cristóvão.

O ex-deputado federal Adão Pereira Nunes, cassado, que também participou da reunião dos marinheiros e fuzileiros navais naquela Semana Santa de março de 1964, reside no Rio. Ele — que foi denunciado e absolvido por unanimidade pelo STM — conta que "tudo começou de forma até mesmo muito tímida".

— Dois ou três dias antes — lembra o agora médico Adão Pereira Nunes — um grupo de líderes sindicais da CGT e outros organismos de representação popular se reunira com deputados nacionalistas para debater as questões políticas com que se debatia a Nação. O assunto principal eram as reformas, o impasse militar e qual a posição das forças populares — estudantes, deputados nacionalistas e outros segmentos da esquerda brasileira. A conspiração, ninguém ignorava. O que não se sabia era sua extensão nos quartéis, nas ruas. E então, nessa reunião, entre os dias 22 ou 23 de março, um grupo de seis marinheiros apareceu. Recordo-me de alguns deles: José Anselmo dos Santos, Avelino Capitane, José Duarte dos Santos e Marco Antônio da Silva.

— Era um grupinho até muito tímido, naquele ambiente de parlamentares, líderes

AIB

A festa dos marinheiros que transformou-se em motim em 1964, no Rio

sindicais, estudantes. E lá estavam eles pedindo a palavra e não havia como introduzi-los naquela reunião, pois não haviam sido convidados nem tampouco sensibilizaram os presentes. Eu então insisti junto ao deputado Demóstocles Baptista, para que eles fossem ouvidos.

— No final do encontro, a palavra lhes é dada, quase que como um favor, um prêmio a tanta insistência. E um deles então se manifesta. Surpreendendo a todos, se exprime com clareza. Disse: "Nós não queremos mais continuar amasiados nos morros, queremos o direito de poder casar com nossas mulheres. Queremos permissão para estudar e também o reconhecimento, pelas autoridades, de nossa entidade".

Foram aplaudidos com moderação e não faltou quem dissesse: "Ora bolas, o País se debatendo em tamanha crise e esses marinheiros fazendo reivindicações para casar, enquanto a clase média busca vencer o impasse do casamento tradicional".

Dois dias depois (25 de março) a reunião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos não perseguia o motim nem a contestação, pelo menos para a maioria dos que compareceram. Era uma reunião de caráter reivindicatório, que iniciava as comemorações do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, num País evidentemente mergulhado numa crise político-econômica. No mesmo dia, à noite, o ministro da marinha, almirante Sílvio Mota, determina a imediata prisão de 40 cabos e marinheiros que organizaram a solenidade. O presidente João Goulart, o almirante Cândido Aragão — comandante do Corpo de Fuzileiros Navais — e o general Argemiro Assis Brasil — chefe da Casa Militar — convidados para a festa, não compareceram.

A crise na Marinha estava deflagrada. O marinheiro de 1ª classe José Anselmo, presidente da Associação e a grande figura de todo esse acontecimento não foi preso, como de resto nenhum dos outros marinheiros denunciados pelo ministro Sílvio Mota. Salvo os que já se encontravam detidos antes da reunião, isto é, seis membros da diretoria da entidade. Às 10h do dia 26, em plena Semana Santa, 100 militares do Serviço de Segurança do Corpo de Fuzileiros Naveis chegam à Rua Ana Neri para cercar o sindicato dos Metalúrgicos, dissolver a reunião e dar cumprimento à medida de prisão do ministro Sílvio Mota.

Iniciada no dia 25, a festa havia se transformado numa assembléia-geral permanente. Uma proposta fora apresentada, no sentido de que toda a marujada ali presente, contando já com a participação de cabos, soldados, líderes sindicais, saísse em passeata e fosse até o Ministério da Marinha protestar contra a prisão dos seis marinheiros que estavam detidos na Ilha das Cobras.

Era mais que uma provocação. Houve ebulição total. Então o marinheiro Cláudio de Souza Ribeiro surge com outra proposta: permanecer em assembléia permanente, devendo todos apresentarem-se só na segunda-feira — depois da Semana Santa — às autoridades da Marinha. A proposta torna-se vitoriosa e com ela começa então a cair o Governo João Goulart, com o chamado Movimento Militar de Março de 64 entrando na etapa final.

A tropa destinada a esvaziar a reunião dos marinheiros chega ao local sem o almirante Cândido Aragão, que se recusara a cumprir a missão. Os amotinados a recebem cantando. Das janelas do Sindicato, quepes, divisas e golas de fardas são jogados no meio da tropa. A partir desse momento, um grupo que integrava a tropa repete os gestos, lançando ao chão os capacetes e as divisas e jogando nas calçadas as armas que conduziam.

O grupo rebelado, formado de cinco sargentos e 24 soldados, è recebido aos gritos de "Vitória, Vitória" no interior do Sindicato. Do lado de fora, o resto da tropa permanece perplexa. Às 11h30min, chega um contingente da Polícia do Exército em carros abertos. São mais de 200 homens armados de metralhadoras, bombas de gás lacrimogênio, sob o comando do coronel Domingos Ventura.

No interior do Governo a crise se alastra. No dia 27, João Goulart, nomeia um novo Ministro da Marinha, almirante Paulo Mário Rodrigues, aceita a demissão do almirante Sílvio Mota e todos os marinheiros e fuzileiros amotinados são postos em liberdade por tropa do Exército, que os conduz para o Quartel do 1º Batalhão de Guardas. No mesmo dia, o novo Ministro da Marinha confirma a permanência do almirante Cândido da Costa Aragão, no comando do Corpo de Fuzileiros Navais.

A partir desse episódio, a conspiração, que até então encontrava resistência no sentimento legalista dos maiores setores das Forças Armadas, ganha impulso decisivo. Logo após, os generais da Armada lançavam um manifesto advertindo "à Nação, ao Congresso, às Assembléias, aos governadores, aos chefes militares e a todos os cidadãos: alertamos o povo para o golpe aplicado contra a disciplina da Marinha, ao admitir-se que minoria insignificante de subalternos imponha a demissão de ministros e autoridades navais e se atreva a indicar substitutos". Mais adiante o manifesto lembra que "os amotinados que se abrigaram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos infrigiram rudemente o código penal militar, cometendo, portanto, crimes, e não apenas transgressões disciplinares".

Ao mesmo tempo surge o manifesto do Clube Naval enfatizando que "um ato de indisciplina, praticado por um grupo de militares, foi acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia, fundamental em qualquer organização, principalmente as militares". Naquela Semana Santa, os mais de três mil marinheiros inicialmente envolvidos numa manifestação reivindicatória viam-se mergulhados num dos momentos mais turbulentos da vida brasileira, quase o estopim de uma guerra civil.

O marinheiro da 1ª classe José Anselmo dos Santos, presidente da Associação, não pode ser dissociado do desdobramento dessa questão militar. Tornado célebre como Cabo Anselmo, o seu discurso, na festa do segundo aniversário da entidade, era, no mínimo, um documento emocional, uma provocação. Diante de um auditório inflamado, o Cabo Anselmo afirmava:

— Quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros navais, os sargentos e os oficiais nacionalistas, como também não são os operários, os camponeses e os estudantes. A verdade deve ser dita: quem tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um Presidente ao suicídio, outro à renúncia e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das reformas de base.

O Cruzeiro

O almirante Aragão sendo entrevistado em meio à crise na Marinha

"Foi apenas o estopim"

A última entrevista de Max da Costa Santos — dois dias antes de ser hospitalizado e morrer numa clínica do Rio — abordando os episódios da reunião dos Marinheiros:

Naquela festa, você com a responsabilidade de um mandato popular, podia imaginar as conseqüências?

— Certamente. O momento era extremamente delicado. O Governo Goulart, dado o seu compromisso com as reformas de base, lei da remessa de lucros para o exterior, nacionalização das refinarias, estava sob a alça de mira de forças poderosas. Quando aceitamos, eu e outros deputados, o convite para assistir à solenidade, sabíamos de todos os riscos. Nossa presença tinha o sentido de não permitir que aquele encontro, de sentido nitidamente reivindicatório, fosse utilizado como provocação.

Mas isso não terminou acontecendo?

— Não concordo com essa versão. O movimento militar para derrubar o Governo já estava montado, apoiado pelo Governo norte-americano, conforme revelaram os documentos publicados depois pelo *Jornal do Brasil*. Então, o movimento dos marinheiros foi apenas o pretexto, o estopim que faltava.

E o papel do Cabo Anselmo nessa história toda? Você concorda que ele atuou como agente provocador?

— Naquele episódio é difícil responder. O discurso dele foi inflamado mas não foi o único. O momento era de muita efervescência e meu papel não era policiar ninguém. Mais tarde, não tenho dúvida alguma, ele se tornou um agente, se é que já não era.

E o episódio de seu encontro com ele aqui no Rio?

— Estava sendo encenada a peça do Chico Buarque e Paulinho Pontes, *Gota d'Água*. Decidi assisti-la. Ocorre que não sabia com precisão onde ficava o teatro e terminei me perdendo na Praça Tiradentes. Ao atravessar o perímetro asfaltado que a cerca, dei de cara com o Cabo Anselmo. Fitei-o, ele abaixou a cabeça e prosseguiu, às pressas.

Em que ano foi isso?

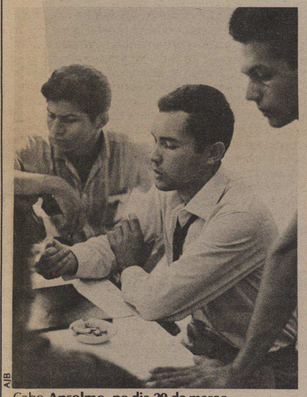
— Na ocasião do lançamento da peça. Creio que 1974 ou 1975.

Tem certeza que era ele? Assim como dois e dois são quatro?

— Bom, com essa precisão só se tivesse pedido a carteira de identidade dele. O que nem assim me garantiria em quase nada. Depois a fuga, com as regalias que gozava para um preso da importância dele, também nos leva à reflexão.

O fato de ele se encontrar no Brasil nada depõe contra ele. Muito pelo contrário. É prova de sua coerência política, já que podia muito bem ter permaneceido no exterior, sem risco de aqui vir a morrer, se fosse descoberto...

— Bom, todos os que com ele estiveram em Cuba e retornaram para atuar na clandestinidade, foram presos e eliminados. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) acusou-o de ser um agente infiltrado, responsável pela prisão e morte de Aloísio Palhano, Eleni Guariba, Yoshitame Fugimore e outros que não me recordo o nome. Os jornais dessas organizações denunciaram isso, pelo menos umas duas vezes.



AIB

Cabo **Anselmo, no dia 29 de março**

Na festa, uma proposta radical

Em 1964, Newton Cordeiro era o advogado da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Nessa condição, ele participou da assembléia de março. A sua interpretação dos fatos:

— Eu era remunerado e contratado por essa associação. Não só eu, como o hoje brilhante Alcione Pinto Barreto. Eu já era advogado do Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha. Nessa época também defendi os sargentos envolvidos no episódio de Brasília. Meu pai era uma ex-marinheiro, que foi fundador do Clube dos Sargentos da Marinha, e tudo isso me deixava muito à vontade junto à classe.

E o episódio da reunião no Sindicato dos Metalúrgicos? Qual a razão da reunião?

— A única e exclusiva razão era a comemoração do segundo aniversário da associação. Claro que isso permitira que se levantasse uma série de reivindicações. O presidente era o marinheiro de 1ª classe José Anselmo dos Santos, que fora eleito em razão de um impasse. Houve disputa entre duas correntes e ele surgiu como solução de consenso. Era um rapaz fluente, simpático, mas sem liderança.

Voltemos à reunião...

— Uma surpresa todo o desdobramento. Um membro da diretoria me telefonou cobrando minha presença na festa de aniversário. Cheguei cedo, estava tudo vazio. Conversei com o Cabo Anselmo, ele me levou a um canto e disse: "Olha, doutor Newton, as coisas estão um pouco complicadas. Há muita tensão. Ontem (24/03/1964) foram presos seis membros da associação. Eu mesmo, pelo que soube, também fui punido. Mas vamos realizar a reunião".

— As coisas transcorriam normalmente até que um associado, um cabo da Marinha, pediu a palavra. Propôs que todos os presentes saíssem em passeata em direção à Ilha das Cobras, em solidariedade aos marinheiros que no dia anterior haviam sido presos. Foi uma intervenção inoportuna, imprevista. O Anselmo vira-se para mim e, dirigindo-se ao Alcione e ao Max da Costa Santos, observa: "Que bananosa..."

Qual foi a reação da Assembléia?

— Uma confusão. Chegamos junto ao Anselmo e alertamos: "Você tem que esvaziar essa proposta. Isso é indisciplina". Então o Anselmo, com habilidade, disse que não discordava da proposta mas que a considerava inoportuna naquele dia, propondo que a passeata ocorresse depois da Semana Santa. Qual não foi nossa surpresa quando surgiu uma outra proposta, mais radical, e que se tornaria vitoriosa. A partir daí o tumulto foi geral.

Quem fez essa proposta?

— Um cabo, do Corpo de Fuzileiros Navais. Propôs que todos deveriam permanecer em assembléia permanente, enquanto estivessem marinheiros presos na Ilha das Cobras. O Alcione, muito prudente me chama de lado e diz: "Newton, não podemos fazer nada. A hierarquia está quebrada".

E a reação dos líderes?

— Todos estavam contra aquilo. O Alcione, eu, o Max e o próprio Anselmo. O nome do ex-marinheiro José Anselmo dos Santos se tornou maldito junto aos setores progressistas desse País. Mas nessa reunião garantiu que sua atitude foi de moderação, equilíbrio. Oswaldo Pacheco, que era o único representante da CGT, foi também levado a aderir.

E o que se fez a partir daí?

— Terrível. O lençol, que cobria a mesa, foi retirado às pressas e nele lançadas centenas de carteiras de identidade. E aí a situação se tornou diabólica. A proposta dizia que todos aqueles que concordassem com a assembléia permanente deveriam colocar suas identidades dentro do lençol. E todos foram assim cadastrados, identificados e mais tarde licenciados, expulsos, punidos — num total de mais de três mil homens da Marinha. O maior blefe que se se tem notícia em toda a história dos movimentos populares.

Quantos marinheiros foram atingidos — afastados, expulsos, condenados — em razão dessa revolta?

— Mais de três mil. Eles foram abandonados antes e depois da vitória da Revolução. Veja bem: podemos até punir toda a diretoria. Agora, por que punir aqueles que foram ao Sindicato dos Metalúrgicos para a festa de aniversário da Associação? Erramos todos nós. Eu errei, certamente. Só nesse episódio mais de três mil foram alijados de suas carreiras, perderam suas famílias muitos deles e hoje moram em favelas, barracos. É difícil encontrar um marinheiro que esteja reintegrado socialmente. Quinze anos depois é portanto a hora do perdão. As autoridades precisam aprender a virtude do perdão.

E o Cabo Anselmo?

— O Anselmo era um carismático. Um homem envolvente, fluente e de cultura mediana para sua atividade. Muito vaidoso. Diria até mesmo narcisista. E foi talvez essa razão que o levou a aceitar o cargo de presidente. Dizem que ele pertencia aos quadros do Cenimar. Dizem mais: agente da CIA. Acho grave essas acusações. Não se pode acusar ninguém em sua ausência. A liberdade que defendemos não permite que formemos juízo dessa natureza.

As palmas se sucediam. No meio de toda aquela gente surge a figura de João Cândido, um negro imenso, gaúcho, naquela ocasião com mais de 80 anos. Em 1910 ele comandara a famosa Revolta da Chibata, cujo primeiro assustou o então primeiro presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, que no dia 22 de novembro daquele ano ouvia uma ópera de Wagner. O motivo da revolta era um pedaço de corda de linho, atravessado de agulhas de aço, que servia para castigar os marinheiros punidos.

Descoberto no meio da marujada, João Cândido é conduzido sob vivas e cumprimentos. Um orador se levanta e propõe:

— Companheiros! Quando terminar essa reunião, todos nós sairemos em mutirão, e vamos concluir a casinha de João Cândido.

Configurado o motim nas horas seguintes, o projeto do mutirão foi esquecido.

Um encontro paranóico

— Tudo que você tá gravando e fotografando, depois você mostra prás autoridades, não é? Jornalista não é useiro e vezeiro em proceder assim

A entrevista com Miguel Bispo, 42 anos, ex-cabo MR (Manobras e Reparos), licenciado da Marinha por sua participação nos episódios de 1964, é o que se pode chamar de um encontro paranóico. Mesmo assistido por um advogado seu amigo, durante todo o tempo tratou o repórter como se fosse um policial. Ele sobreviveu, como a maioria dos três mil punidos nesse episódio, fazendo biscates — "aos trancos e barrancos", usando uma expressão dele mesmo.

Se houvesse uma anistia, você gostaria de retornar à Marinha?

— (Respondendo devagar, olhando para os cantos) Não sei, não sei. Preciso me orientar. Talvez isso venha a me favorecer. Como vou saber? Estou há 15 anos fora da Marinha. Fui afastado em 23 de dezembro de 1964. Um terrível presente de Natal. Nunca fora punido durante toda minha vida de marinheiro.

Você faz o que hoje?

— Sou eletricista. Aprendi essa profissão depois de deixar a Marinha. Tudo o que eu tinha, lá ficou, quando fui afastado.

Então foi um golpe terrível esse afastamento?

— Não. Geralmente a gente que vive a vida operária tem que *tá* sempre preparado *prás* coisas como essa. Eu não conto com anistia. Vejo nos jornais, nas revistas essa palavra. Bonita, muito bonita, mas não conto com ela. Ela virá, mas não para o marinheiro, o operário. Guariba sobe, guariba desce, que é o povo quem padece...

Você não tem esperanças?

— Torço por ela, mas não acredito.

Você teve dificuldades para arranjar emprego?

— No início, sim. Principalmente por não dispor de profissão. Mas a gente vai levando, vai levando. Tentei tirar um curso. É difícil. Ou bem a gente trabalha ou bem estuda. Depois, conduzi no lombo ter sido afastado da Marinha. Isso amedronta as pessoas, amedronta muito. E como não amedrontar?

E essa história que você é considerado morto, isto é, sua mãe recebe uma pensão correspondente a um militar falecido?

— Isso é o que consta. Mas eu continuo vivo. E provei. Fui afastado da Marinha, sobrevivi, estou concluindo o curso básico para entrar num curso técnico. Não sou inútil. Minha mãe recebe pelo montepio e montepio é pra quem morreu. Mas eu estou vivo, muito vivo.

Você pertenceu, como delegado local, à diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais...

— É verdade, mas não me sinto culpado.

Como você se sente hoje?

— Carregando um enorme fardo, um pesado fardo. Doutor, a democracia, para nós, é muito pesada.

Anselmo: agente da provocação?

Os jornais do dia 28 de março de 1964 noticiavam, em suas primeiras páginas, que o almirante Paulo Mário Rodrigues, novo ministro da Marinha, logo após a sua posse solicitara a presença do marinheiro José Anselmo dos Santos, presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. O presidente João Goulart, no seu último pronunciamento antes de ser deposto, na Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, tinha a seu lado o marinheiro José Anselmo dos Santos. Corria a noite agitada do dia 31 de março de 1964.

Aquele garotinho magro, recém-chegado do Nordeste, nos últimos tempos da década de 40, com nove ou 10 anos, se tornara conhecido junto aos ouvintes das rádios cariocas. Comparecia aos programas de minigênios, respondendo sobre diferentes assuntos. Nessa ocasião, revelam seus amigos, mostrava um arraigado sentimento de vaidade, quase "uma obsessão narcisista".

Quinze anos depois, esse nordestino seria a personagem central de um dos episódios mais dramáticos de todo o movimento militar de 64. Preso, fugiu em 1966. Esteve em Cuba, no México e hoje, desaparecido, é um enigma sua atuação política. Ouvidas 20 pessoas que estiveram envolvidas nos acontecimentos da época e que conheceram o Cabo Anselmo, a opinião é unânime: "Um agente provocador".

Preso, em 1965, indo depor num IPM

O historiador Muniz Bandeira, no livro Governo João Goulart — As Lutas Sociais No Brasil,, *afirma que o subchefe da Casa Militar de João Goulart, Comandante Ivo Acioly Corseuil, alertou o Governo que Cabo Anselmo era agente do serviço secreto, provocador e que trabalhou para a CIA. O ex-governador Miguel Arraes, em depoimento recente a um jornalista brasileiro, emite conceito semelhante.*

Preso logo após a queda de João Goulart, dois anos depois — exatamente no dia 31 de março, aniversário da revolução — o Cabo Anselmo foge do comissariado da Quinta da Boa Vista, sede da 4ª Subseção de Vigilância, onde estava por força de três mandados de prisão preventiva. Antes de ser preso em 64, asilou-se na embaixada do México, no dia 9 de abril. Abandonou o asilo para se esconder num apartamento em Laranjeiras, ainda no Rio, de onde preparou um manifesto conclamando os marinheiros a nova revolta.

Foi preso em seguida — 23 de maio — por agentes do DOPS, quando ensaiou uma exagerada ousadia: "O importante é arriscar", disse, talvez se justificando. Ao fugir do comissariado da Quinta da Boa Vista, saiu pela porta principal. Mais tarde, o inquérito sobre a fuga revelaria que ele gozava de situação privilegiada na prisão, onde exercia funções de escrivão e atendia telefones.

Reapareceu em Havana, na I Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), quando, entre outras palavras, alertou: "A luta armada é a forma superior de luta". E completou condenando a União Soviética por não ter rompido as relações diplomáticas com o Governo Brasileiro.

Uma música para os revoltados

A única homenagem que se tem notícia da música popular brasileira aos marinheiros revoltados, partiu da dupla Aldir Blanc/João Bosco. Mas esta homenagem — que se relacionava a três revoltas (Fortaleza, Salvador e Rio) — não chegou a ser completa e bem entendida pelo público. A censura não deixou. Em 1973, os dois compositores, em cima de uma pesquisa, fizeram um samba, chamado *O Dragão do Mar*. No dia 16 de novembro, a censura devolveu com um carimbo de vetado.

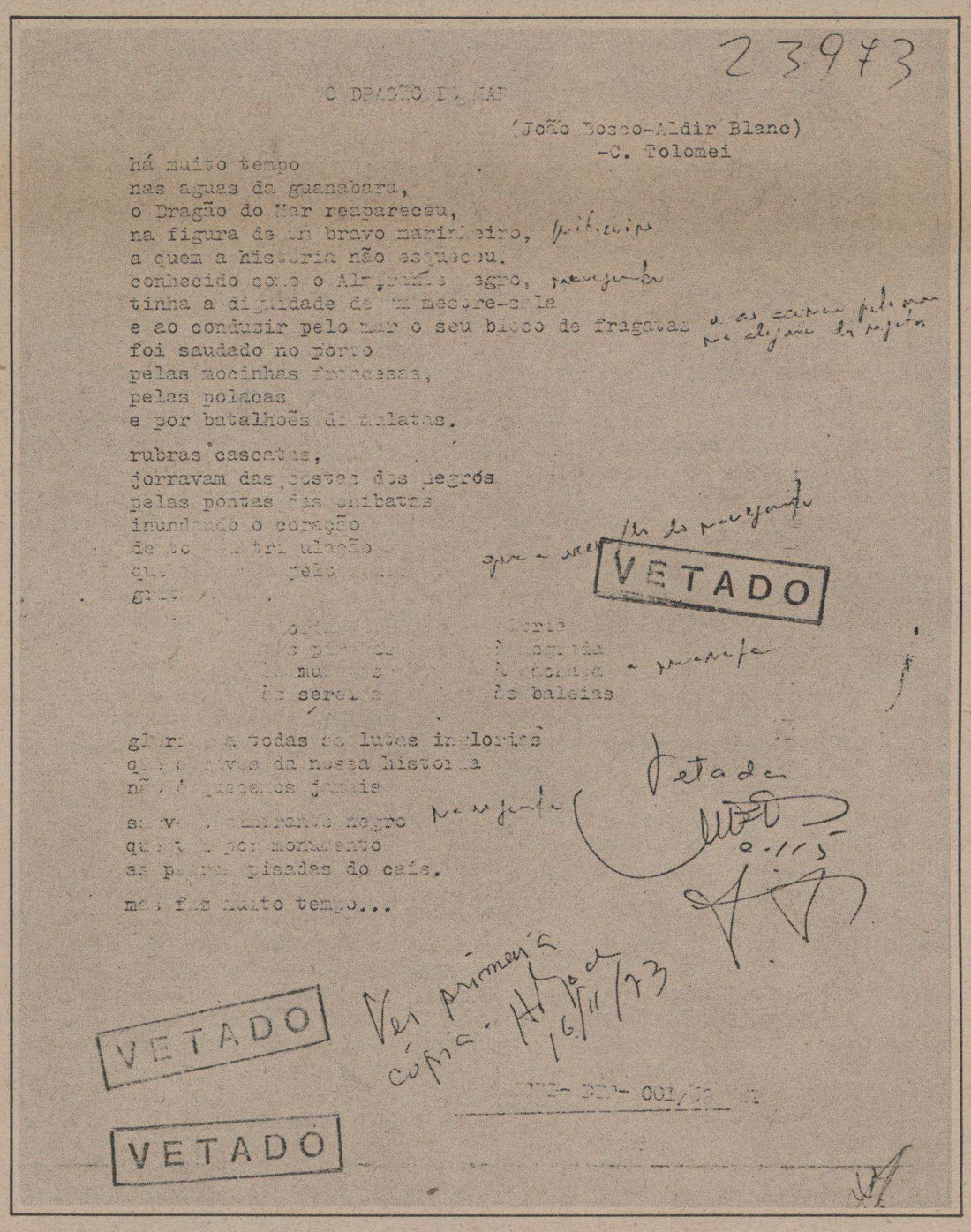
Junto exigia-se a substituição das palavras marinheiro (por feiticeiro), almirante (por navegante), cachaça (por marafa, como se chama a bebida em terreiros de umbanda), além de um verso inteiro — "e ao conduzir pelo mar o seu bloco de fragatas" (por "ao encenar pelo mar na alegria das regatas").

Em 26 de dezembro do mesmo ano, os compositores enfrentaram o segundo veto. Desta vez, a censura não aceitava a palavra negrada, que acabou substituída por farofa e que permitiu a volta da cachaça e a palavra negro, substituída por santos. Também exigiram a troca de nome do samba, que virou *O Feiticeiro dos Mares*. Mas o dragão do mar permaneceu no terceiro verso.

Finalmente, depois de seis meses de idas-e-vindas ao Palácio do Catete, no Rio — onde funcionava o Departamento de Diversões Públicas na época — foi liberado *O Mestre Sala dos Mares*, um samba que o público brasileiro começou a ouvir na voz de Elis Regina e que todos perguntavam a qual enredo de escola de samba pertencia. Não pertencia a enredo nenhum. Tratava-se, na verdade, de uma homenagem aos marinheiros revoltosos, mutilada pela censura que, no entanto, não se preocupou com a Chibata nem com os versos mais importantes, considerados pelo autor Aldir Blanc — "glória a todas as lutas inglórias, que através da nossa história, não esquecemos jamais".

Durante os seis meses em que esteve sendo examinado pela censura, este samba foi vítima de uma das piores fases da repressão intelectual. Embora houvesse o veto de mais de um censor — dizem que em um deles havia uma dissertação com colocações históricas, alertando para o perigo da letra que lembrava um movimento de insurreição, indisciplina — não havia critérios estabelecidos para a ação da censura. Lembra Aldir: "Nessa época, a censura cortava qualquer palavra, qualquer verso que pudesse sugerir ao ouvinte a idéia de prostituição ou de embriaguês. Palavras como cachaça, hotel, qualquer coisa desse tipo eram sumariamente cortadas".

Gilberto Pauletti



23973

O DRAGÃO DO MAR

(João Bosco-Aldir Blanc)
-C. Tolomei

há muito tempo
nas águas da guanabara,
o Dragão do Mar reapareceu,
na figura de um bravo marinheiro,
a quem a história não esqueceu.
conhecido como o Almirante Negro,
tinha a dignidade de um mestre-sala
e ao conduzir pelo mar o seu bloco de fragatas
foi saudado no porto
pelas mocinhas francesas,
pelas polacas
e por batalhões de mulatas.

rubras cascatas,
jorravam das costas dos negros
pelas pontas das chibatas
inundando o coração
de toda tripulação
que [illegible] pelo
[illegible]

[illegible]
[illegible] mulheres
[illegible] as baleias

glórias a todas as lutas inglórias
que através da nossa história
não esquecemos jamais

salve o almirante negro
que tem por monumento
as pedras pisadas do cais.

mas faz muito tempo...

VETADO

Vetada
0.1173

Vetada
16/11/73

VETADO

VETADO

A música que mudou de nome, rasurada pelas anotações dos censores

Do Potemkin à Revolta da Chibata

Além da revolta dos marinheiros de 1964, no Brasil são conhecidos e particularmente célebres pelo menos mais dois motins, um na União Soviética — Revolta do Encouraçado Potemkin, 1905 — e outro aqui — Revolta da Chibata, 1910.

Sergei Eisenstein, talvez a figura mais relevante do cinema neste século, tornou famosa a revolta da tripulação do encouraçado russo Potemkin. Transformou o episódio em filme — *O Encouraçado Potemkin* — e revelou ao mundo, com os recursos escassos do cinema da década de 20, um exemplo clássico de motim. Este filme chegou a ser exibido, numa promoção do Ministério da Educação, aos marinheiros brasileiros, no Governo João Goulart.

Nas proximidades do porto de Odessa, um grupo de marinheiros do Potemkin descobre que a carne que lhes seria servida estava repleta de vermes. Revoltados, denunciam: "A carne contém vermes".

— A carne está boa para ser cozida — respondeu o médico do navio russo.

Cozida e servida, os marinheiros recusam ir à mesa. O comandante reúne a

tripulação no tombadilho e indaga, ameaçador, quem não estava satisfeito com a comida. Poucos se adiantaram confirmando a insatisfação, pois toda a tripulação estava aterrorizada. Identificados os descontentes, o comandante ordena que sobre eles seja lançada uma imensa lona do barco. Incontinenti, é formado um pelotão de fuzilamento.

O padre do encouraçado aparece com um crucifixo, cumprindo os ritos de fuzilamento. Um grito ecoa por todo o tombadilho do encouraçado. A ordem de fogo é dada com firmeza e autoritarismo. Ninguém ouve o estampido. Inicia-se uma luta corpo a corpo, selvagem, entre marinheiros e oficiais. Lançado ao mar o último oficial, uma bandeira vermelha começa a se erguer no mastro principal do Potemkin. É justamente com essa bandeira vermelha, substituindo assim a bandeira tzarista, sinônimo de autoritarismo e intransigência, que o Potemkin se dirige ao porto de Odessa, conduzindo o líder Vaculinvhuc morto. Em Odessa, a população transforma o Potemkin em símbolo de resistência à violência.

Arquivo Coojornal

João Cândido, o almirante negro

O marechal Hermes da Fonseca, novo Presidente da jovem república brasileira, ouvia Wagner, tranqüila e docemente, às 22h do dia 22 de novembro de 1910. Um tiro de canhão interrompe esse doce enlevo e então o marechal se assusta. Um susto de um Marechal-Presidente repercute sempre no resto da Nação. Cinco minutos após, novo tiro. O susto agora se transforma em indagação.

O Marechal-Presidente é informado que a Marinha do Brasil — na época a terceira potência naval do mundo — estava rebelada e tudo fazia crer num movimento equivalente ao do Potemkin no porto de Odessa. João Cândido, negro, 30 anos, gaúcho, marinheiro de pré, era o chefe do motim. As guarnições já então sob o seu comando haviam tomado os encouraçados *Minas Gerais, São Paulo* e, depois, o *Bahia* e o *Deodoro*.

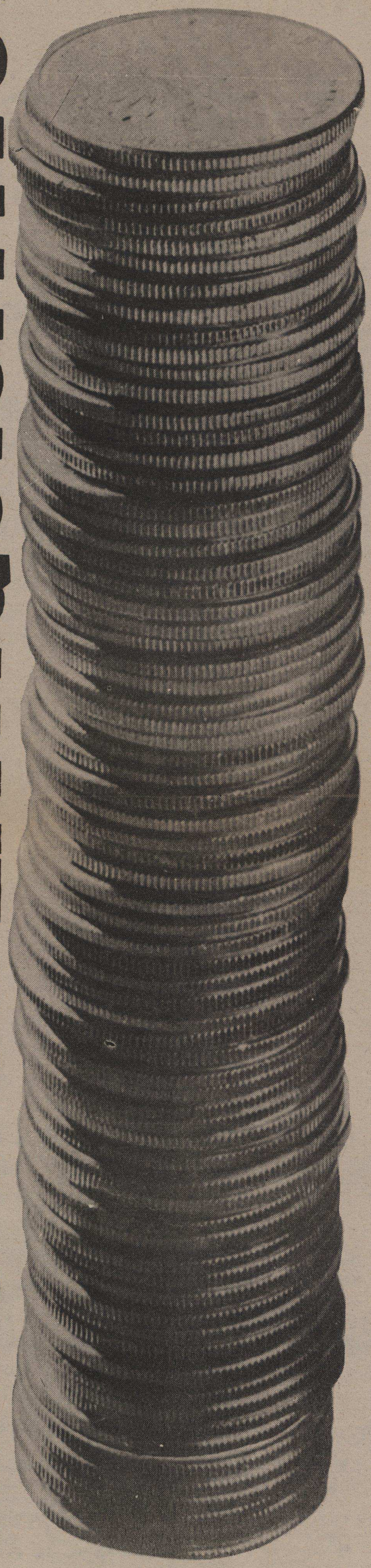
O motivo da revolta não era agora uma coxa de carne tomada por vermes e sim um pedaço de corda de linho, atravessado de agulhas de aço, transformado em chibata e cujos golpes eram dilacerantes quando aplicados em marinheiros faltosos. Desde a República (1889), a chibata havia sido eliminada por lei, mas o seu uso, nos navios, era corrente.

O *Minas Gerais* e o *São Paulo* eram praticamente inexpugnáveis, equipados com canhões de 12 polegadas. A primeira mensagem foi captada: "Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao ministro da Marinha, ao Presidente. Queremos uma resposta já. Senão as cidades e os navios que não se revoltarem, serão bombardeados". O Catete, sede do palácio da República, entrou em pânico.

João Cândido, da torre do *Minas Gerais*, no seu corroído uniforme branco e lenço vermelho ao pescoço, dirigia o comitê geral revolucionário. A causa última do levante fora o castigo de 250 chibatadas no marinheiro Marcelino Rodrigues. Enquanto prosseguia o levante no mar, polêmicas, atritos, discussões envolviam os que se encontravam em terra.

Na Câmara e no Senado, os debates se tornaram acalorados. O senador Rui Barbosa apresentou um projeto de anistia. Três dias após o início do levante, a 25 de novembro, o projeto de Rui Barbosa foi aprovado na Câmara. Naquele mesmo dia, contrariando uma ordem do marechal Hermes da Fonseca, a Marinha desistira de atacar os rebeldes. Vencera a tolerância.

PODER AQUISITIVO ALTO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

RÁDIO UNIVERSAL FM STEREO

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

Páginas para a História: como morreu Opinião

"O major Braga tinha na mesa um anúncio que havíamos feito e leu em voz alta os nomes de todos que iriam escrever no Opinião. **Quando foi lido o nome de Paulo Francis, uma moça que estava na sala e fazia parte da equipe que censurava o** Pasquim, **comentou:**

— É preciso cuidado com este Paulo Francis, porque é um homem muito traiçoeiro. Escreve bem, a gente gosta do que ele escreve, mas, no fundo, a gente não percebe bem o que ele está querendo dizer, acabamos aprovando a matéria e terminamos suspensos. É um sujeito ruim: fez com que vários colegas daqui perdessem o emprego. Gente que tinha família, filhos e precisava do emprego."

Este é um dos muitos episódios sobre a censura narrados no livro *Opinião Versus Censura — A luta de um jornal pela liberdade,* que a L&PM Editores, de Porto Alegre, lança na segunda quinzena deste mês.

A história da censura nos últimos anos no País está para ser contada. Este livro, que contém o depoimento do jornalista Fernando Gasparian sobre *Opinião,* é um primeiro passo, pois narra em detalhes a história da destruição do jornal: das 230 edições levadas às bancas, num total de 10.548 páginas, 5.796 foram censuradas.

O livro, com 160 páginas (Cr$ 80,00), de autoria de J.A. Pinheiro Machado, historia as dificuldades do jornal frente à censura, ao boicote comercial e até as perseguições aos editores e repórteres. A seguir, alguns trechos do livro.

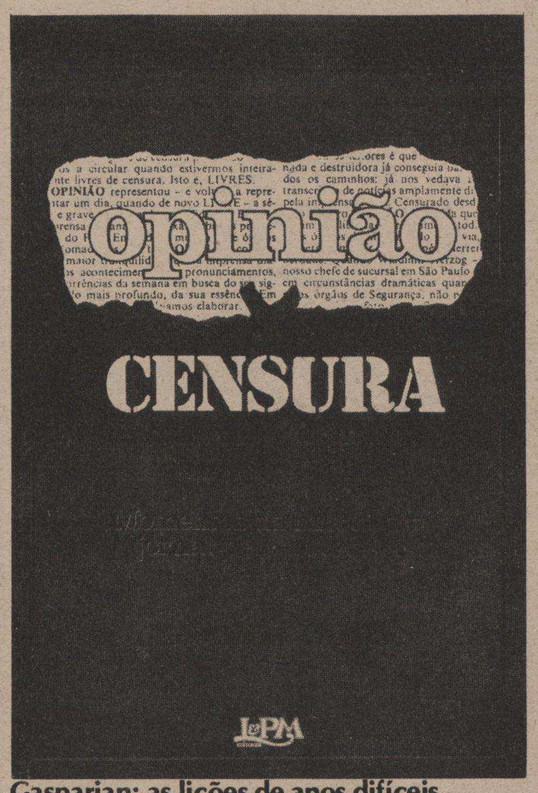
A CENSURA SECRETA

A censura começou a ser sentida em *Opinião* em novembro de 1972, antes de circular o seu número zero, número experimental, espécie de ensaio geral que sai antes do primeiro número de um jornal. Alguns jornais do Rio e São Paulo noticiaram que estava sendo preparado um semanário, escrito por intelectuais e jornalistas conhecidos, divulgando alguns nomes. Foi o que bastou para que o diretor responsável, Fernando Gasparian, fosse chamado à Polícia Federal.

Naquela época, não existia um serviço de censura política formalmente estabelecido. Apenas um serviço de censura de diversões públicas, que era o único tipo de censura legal existente. A censura política era inconstitucional. Por isso, o chamado foi do Sigab — Serviço de Imprensa do Gabinete do Diretor da Polícia Federal — que fazia censura de fato e Gasparian foi recebido pelo major Braga. Seu relato:

"Não havia legislação que autorizasse a censura política, e o major Braga começou a falar com certa cautela:

— O senhor vai publicar um jornal. Espero que dê tudo certo. Eu quero avisar o senhor que aqui no Brasil não existe censura prévia, a não ser por problemas morais. O senhor pode publicar o que quiser. Mas eu queria sugerir que o senhor colaborasse para evitar problemas.



Gasparian: as lições de anos difíceis

Depois de um bom preâmbulo, ele acabou me mostrando uma lista que a Imprensa em geral obedecia. Alguns por imposição de censura prévia, outros porque se autocensuravam. A lista continha 10 itens. Solicitei uma cópia e disse que iria julgar se era de minha conveniência ou não seguir a lista.

—O senhor não pode levar esta lista, porque ela é secreta.

Perguntei como iria saber o que era permitido ou não ser publicado. Queria vê-la. Não que o jornal fosse acatar as proibições, mas apenas para conhecer as regras do jogo.

— Orá, não diga isto. Não há regra nenhuma, afinal a Imprensa é livre.

Enfim, foi uma conversa bastante *kafkiana.* Mas eu me lembro de alguns pontos: não era permitido fazer campanha sistemática contra o AI-5; podia-se fazer críticas ao Governo, 'mas não ao regime'; proibidas críticas ao sistema habitacional; proibidas críticas à Bolsa de Valores e ao sistema financeiro — era considerado 'terror financeiro'; proibida propaganda do homossexualismo e do amor livre; proibido incitar movimento político dos estudantes; proibida qualquer referência à existência de racismo e a problemas raciais no Brasil ou no exterior; proibido falar nas divergências da Igreja com o Governo. Esses são os itens que recordo. A lista não me foi entregue apesar de várias tentativas que fiz para conseguir uma cópia."

FREUD E O HOMOSSEXUAL

Opinião decidiu constituir como seu procurador Adauto Lúcio Cardoso, que tinha sido Ministro do Supremo Tribunal Federal (...) e renunciado espetacularmente ao cargo. (...)

Adauto Lúcio Cardoso iniciou sua sustentação oral repetindo o que já dissera ao pessoal do *Opinião:* tinha prometido a si mesmo só voltar a Brasília quando alguém tivesse a coragem de lhe outorgar um mandato para sustentar um mandado de segurança como aquele. Na crítica que fez aos descritérios da censura, que diziam ser feita pelo chefe de gabinete do Ministro, Leonardo Greco, em Brasília, citou uma matéria traduzida do *New York Review of Books,* que foi mutilada. A matéria lembrava estudos que Freud havia feito sobre grandes figuras da história, onde discutia a possibilidade de que diversos militares, filósofos, pintores, escritores tivessem sido homossexuais. A palavra "militares" foi cortada. Mais adiante, entre os artistas que possivelmente tenham sido homossexuais, Freud citava Leonardo da Vinci. Adauto foi implacável: "Então, o doutor Leonardo Greco, não sei por que razões, toda vez que apareceu o nome de Leonardo da Vinci, cortou o *Leonardo.* Gargalhada geral na sala de sessões.

(...) O relator votou a favor de *Opinião.* Um dos juízes pedlu vistas e o julgamento foi interrompido. Na sessão seguinte, reiniciada a votação, o Procurador da República tentou falar, dizendo que tinha uma carta do Ministro da Justiça, onde este afirmava que a censura era feita por ordem do Presidente da República, com base no AI-5. Adauto impugnou lembrando o Regimento do Tribunal: estava em regime de votação e ninguém mais poderia apresentar provas. Os ministros do TFR decidiram não ouvir o Procurador e, no exame do mandado, por seis votos contra cinco, decidiram que a Polícia Federal não podia fazer censura prévia em *Opinião* porque isto feria a Constituição.

Gasparian voltou de imediato para a redação, no Rio:

"Foi uma festa.

Em seguida, começamos a preparar um jornal sem censura. Mas, a polícia telefonou:

— Olha aí, vocês não publiquem o jornal sem censura porque nós temos ordem de apreender.

Respondemos que, neste caso, pediríamos intervenção federal no Rio, porque havia uma decisão do Tribunal Federal de Recursos que precisava ser cumprida.

Na manhã seguinte, o general Médici baixou o AI-5 contra o *Opinião".* (...)

O EPISÓDIO BNDE

Foi quando chegou-nos às mãos um documento interessantíssimo.

Uma carta dirigida pelo presidente do BNDE, Marcos Viana, ao ministro do Planejamento, Reis Velloso. Estávamos em plena campanha da grande imprensa contra o estatismo. A carta sugeria uma fórmula de desestatização da economia, extremamente favorável a alguns grupos econômicos.

Era um documento inacreditável. Ele propunha que as empresas controladas pelo Estado — inclusive através do BNDE — fossem vendidas para alguns grupos afortunados que eram citados um a um. A forma de pagamento sugerida era que a empresa adquirida fosse paga com seu próprio lucro. Se a empresa não desse lucro nunca, não pagava nunca.

Publicamos toda a história sem ter enviado à censura. Houve uma repercussão enorme. Até o deputado José Bonifácio, líder do Governo, comentou a reportagem na Câmara, se colocando contra a "fórmula de desestatização". (...)

NÃO MEXAM COM A CIA

A Editora José Olímpio fez um contrato para anunciar no valor de Cr$ 60 mil em *Opinião.* Inesperadamente, interromperam os anúncios. Quisemos saber o que tinha acontecido. Eles estavam muito constrangidos:

— Não tem problema, o contrato está feito, a gente paga se for preciso. A dificuldade é que estamos esperando um empréstimo do BNDE e esses anúncios não estão sendo vistos com bons olhos. Nós temos que parar com eles. (...)

Eurico Amado, diretor da Editora Inúbia, que editava o jornal, tinha relações com um diretor da Fundação Getúlio Vargas, ligou para ele:

— Está havendo um problema da Fundação com o nosso jornal. Mandaram inserir os anúncios, temos autorizações assinadas. Achamos que devemos receber o dinheiro dos anúncios publicados. Nós poderíamos exigir tudo, mas só vamos exigir o que foi publicado.

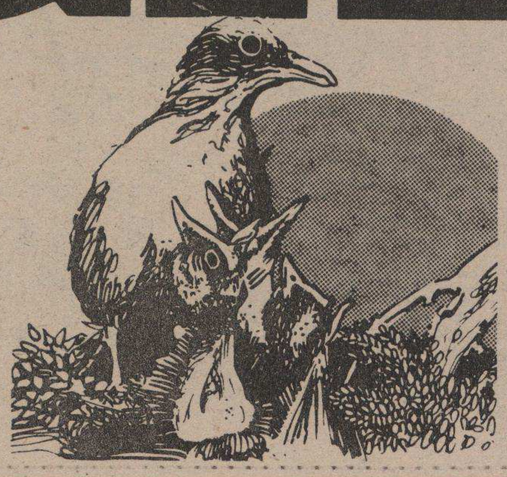
O diretor da Fundação disse que tinha sido "um erro" do funcionário que autorizara os anúncios:

— Não podemos anunciar num jornal que critica a CIA.

Colaboração: Alltype, Bärwinkel, Germano e deste jornal.

AGAPAN

A VIDA SEMPRE EM PRIMEIRO LUGAR!



A cada ano que passa milhares de animais são maldosamente destruídos. Enormes áreas verdes são abatidas. Toneladas de lixo e dejetos são jogadas aos rios e mares.
E fantásticas quantidades de veneno são destinadas às lavouras.

Esta total ausência de visão e carência de sensibilidade está nos conduzindo ao caos.

Apesar de todo este obscurantismo, nós ainda acreditamos na inteligência e na vida.

Venha lutar junto conosco! E creia: este será um dos maiores presentes que você estará dando a você mesmo e a todos aqueles que viverem no amanhã.

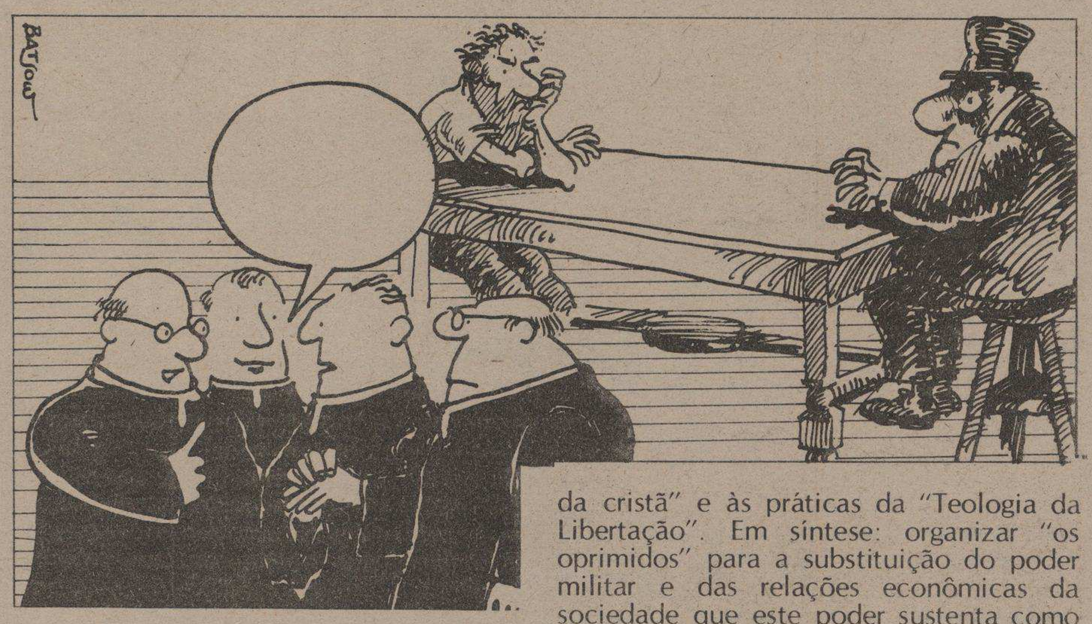
FIQUE DO LADO DA VIDA. ASSOCIE-SE, HOJE MESMO, À AGAPAN.

AGAPAN
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
Andradas, 932 - 1.º andar
Cx. Postal 1996 - Porto Alegre
Reuniões: 2.ªs feiras, às 20 horas.

A Igreja, a elite e os oprimidos

A coexistência da Igreja com os regimes militares na América Latina, discutida no Documento de Puebla

Por Jefferson Barros



A permanência ou não dos militares no Poder na América Latina por um prazo histórico longo é a questão crucial que o episcopado discute no chamado "Documento de Puebla". Discretos excessivamente, como é tradição na política eclesial, os bispos criticam, rejeitam ou aceitam a formulação básica do texto, de responsabilidade principal de Dom Alfonso Lopez Trujillo, secretário-geral do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano).

No entanto, se internamente as conferências nacionais discutem a substância do documento, em suas manifestações externas somente aparecem as restrições adjetivas, tais como "é vago". "um retrocesso em relação a Medellin", "elitista", ou "não considera a realidade". Essas expressões revelam apenas a timidez aparente das críticas e encobrem a radicalidade das distensões em relação à nova orientação pastoral prometida para Puebla, no México, onde se reunirá a Celam (Conferência Episcopal Latino-Americana), em outubro próximo.

Talvez por vir de uma diocese distante, de repente valorizada pelo Planalto, que foi buscar em seu território (Palmeira das Missões) o futuro governador do Rio Grande do Sul — o bispo de Frederico Westphalen, Dom Bruno Maldaner, foi o primeiro a colocar o núcleo de debate exposto: "A Igreja já se preocupou nos últimos dez anos com os marginalizados, é preciso uma pastoral para as elites", disse ao *Jornal do Brasil*, no mês passado. A referência crítica à linha de Medellin, onde se realizou o último Celam, em 1968, não podia ser menos indiscreta, em termos de linguagem episcopal.

O bispo de Frederico Westphalen acrescentou que "só no Brasil o episcopado desenvolve essa linha". Poderia ter concretizado (um verbo tão ao gosto do clero moderado) e citado o caso da arquidiocese no Rio de Janeiro, na qual o Cardeal Eugênio Sallles desenvolve um trabalho junto a políticos e militares, ou a própria diocese de Santa Maria, cujo pastor é secretário-geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter. Dom Ivo, numa antecipação prática de Puebla, busca aproximar a Igreja dos empresários e políticos, distante da velha formulação de que "os padres só devem se preocupar com as coisas da alma", mas também distante das audaciosas práticas da "Teologia da Libertação", segundo a qual só através dos oprimidos caminha a esperança de salvação.

Pragmáticos e apocalípticos

A questão em debate no documento preliminar de Puebla é exatamente sobre a precedência da "Pastoral das elites" em relação à dos oprimidos. Precedência apresentada até como necessária para que esta, que visa a "libertação dos oprimidos", possa ser eficaz. Esta precedência se baseia, paradoxalmente, numa tese do padre José Comblin, o mais luminoso e profético "Teólogo da Libertação". Segundo ele, os regimes militares na América Latina não são de transição, mas na realidade um novo tipo de estado estável, com um tipo de doutrina solidificada, a da segurança nacional.

A tese, em seu livro *Pouvoir Militaire Dans L'Amerique Latine* (lançado há dias no Brasil pela Civilização Brasileira com o título *Ideologia da Segurança Nacional*), pretende dar base teórica à "esquerda cristã" e às práticas da "Teologia da Libertação". Em síntese: organizar "os oprimidos" para a substituição do poder militar e das relações econômicas da sociedade que este poder sustenta como único esteio sólido. Segundo a versão de Comblin, no entanto, a Igreja enquanto hierarquia — isto é, bispos e sobretudo conferências episcopais — não pode assumir essa posição, até por sua pertinência enquanto elite, ou, se preferirmos um termo técnico, "aparelho ideológico do Estado atuando na sociedade civil".

Se a hierarquia não pode assumir a conclusão — que é pratica apenas de alguns bispos — assumiu, no entanto, a tese. E se os poderes militares na América Latina têm uma permanência histórica longa, é preciso encontrar um termo de "Coexistência". É exatamente esse o vocáculo escolhido pelo arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Duarte, para concluir sua análise da doutrina da segurança nacional e sugerir que "o mínimo que a Igreja deve manter com seu adversário é a possibilidade de dialogar".

Aqui, a nova orientação de Puebla — ênfase na "Pastoral das Elites", ou "Grupos de Influência" como preferem os autores do documento — e a tese de Comblin confluem. A permanência dos regimes militares na América Latina por prazo longo leva a Igreja a definir como ação a busca de influência junto a estes regimes no sentido de conseguir aberturas democráticas possíveis, respeito mínimo aos direitos humanos, inclusive aos sociais — como aliás é enfatizado pelos próprios dirigentes militares. Uma espécie de "supermissão Petrônio Portela" em termos continentais.

A promoção dos marginalizados do sistema deve ser conseguida pela influência sobre as elites decisórias do sistema.

Neste ponto os "apocalípticos" protestam, criticam e se rebelam. Segundo essa linha, fundada na "Teologia da Libertação", a libertação dos "oprimidos" nasce dos próprios oprimidos e não das concessões das elites. E acrescenta: o sistema só busca o cristianismo como seu legitimador, como o "aparelho ideológico". Na tese de Comblin são os vocáculos (e tão somente os vocábulos desencarnados de concretude) "cristianismo", "ciência", "democracia" e "ocidente" que legitimam os poderes militares na América Latina.

Conquistas Democráticas

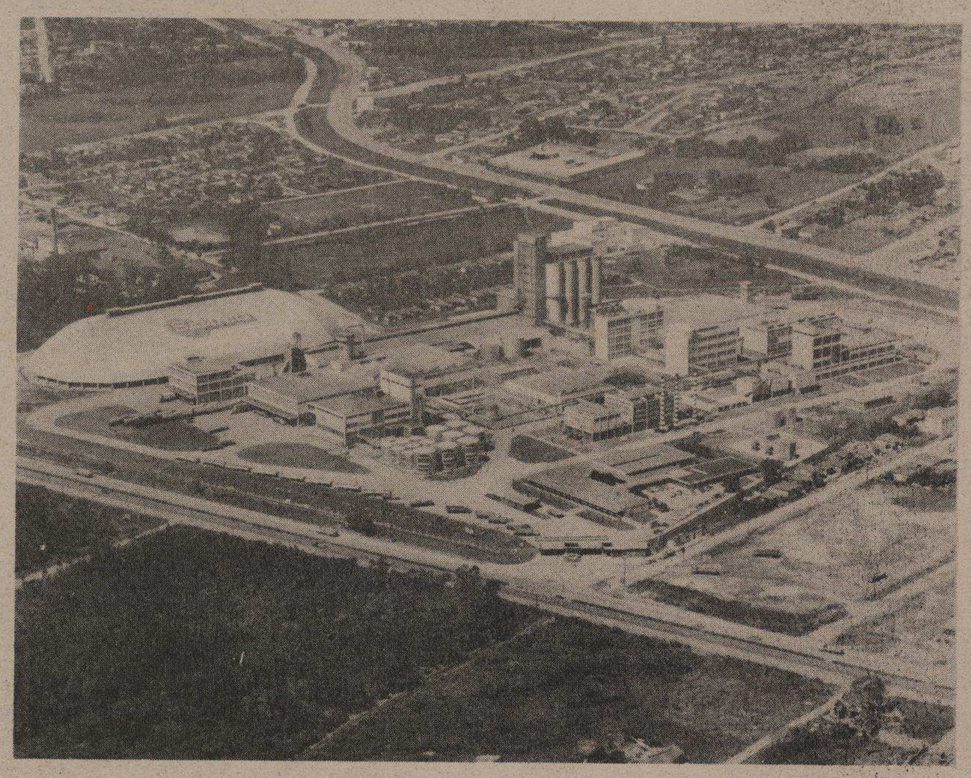
Diante desta situação, o setor progressista do clero insiste em seu "otimismo libertador" e nega aos poderes e ao sistema global a legitimação da Igreja. Segundo essa corrente não se trata somente de uma questão política, mas da necessidade de alterações nas relações econômicas, que fundam, afinal (e isto já se sabe desde 1853) as relações políticas.

O debate não é tão novo como parece. E ao analista envolvido fica evidente que ele peca por sua base teórica. Assim como nos anos 30, na Europa, a esquerda assustava-se com o fascismo como uma nova forma de Estado estável e a "única" permanente dentro das relações capitalistas de produção, hoje repete-se o mesmo erro de enfoque em relação aos regimes militares latino-americanos.

A opção nunca foi "socialismo ou fascismo" — com sua decorrência lógica de radicalismo inconseqüente — mas a possibilidade de assegurar conquistas democráticas de base ainda dentro de relações econômicas capitalistas. Talvez Comblin e todos os "Teóricos da Libertação", justamente por não serem marxistas (e a acusação mais burra que é lançada contra essa corrente é de sua submissão ao marxismo), não percebem as mediações da dialética histórica e pensem ainda, dentro de uma inefável tradição patrística, em dicotomias: "preto e branco", "bom e mau", "socialismo e capitalismo".

De qualquer forma, a Igreja brasileira na Assembléia da CNBB em Itaici no fim de abril também comprovou sua distância em relação à análise marxista da sociedade. Não só por aprovar críticas ecléticas ao "Documento da Puebla", mas por levar o ecletismo até a formação de sua delegação ao Celam: dos 34 bipos eleitos, 16 são do grupo reformista pragmáticos, isto é, que aceitam em princípio a nova linha de Puebla; oito são tradicionalistas, isto é, que criticam Puebla pela direita e os outros oito, apocalípticos, que o criticam pela esquerda.

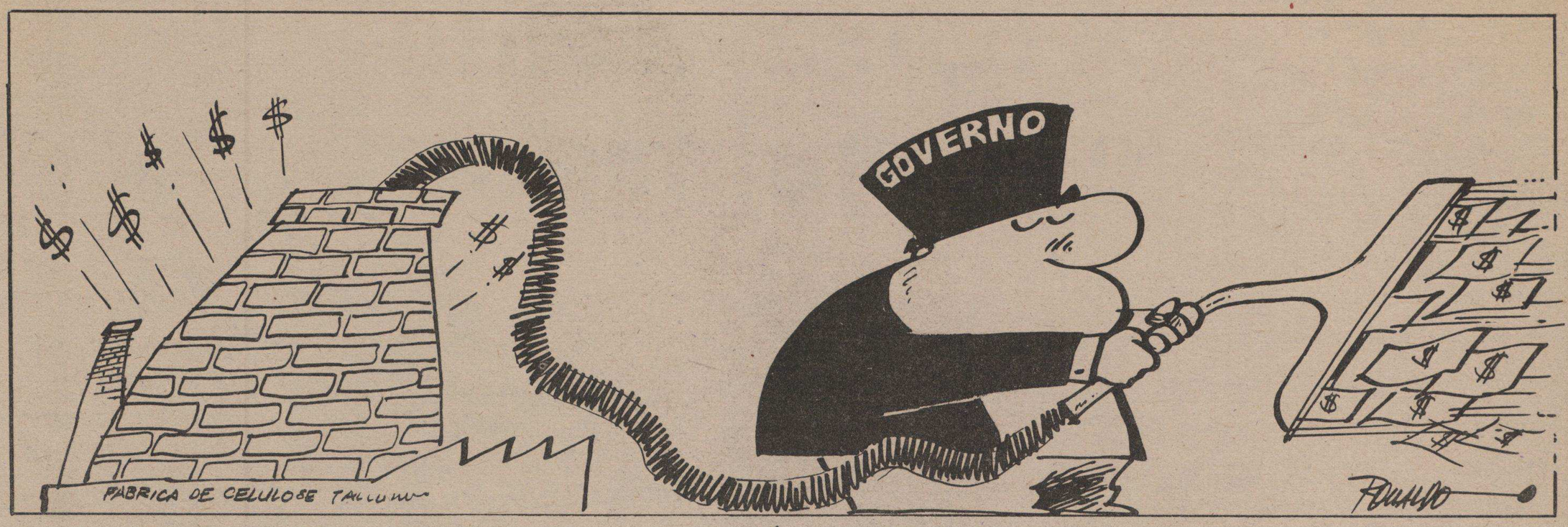
O SEGUNDO PAÍS MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO TINHA QUE TER O MAIOR PARQUE INTEGRADO* DE PROCESSAMENTO DE SOJA DA AMÉRICA LATINA, VOCÊ NÃO ACHA?



Em Esteio. Rio Grande do Sul. Aliás, desde 1929, a Samrig não pára de crescer, processando trigo e depois soja, fabricando alimentos e produtos de qualidade insuperável para milhares e milhares de brasileiros. Com muito carinho. E responsabilidade.

SAMRIG
S.A. MOINHOS RIO GRANDENSES

(*) Na mesma fábrica, a soja entra, por um lado, e saem, já transformados, por outro: óleo comestível, margarinas vegetais, gorduras hidrogenadas, lecitina, farinha, farelo, proteína concentrada e proteína isolada.



Onde vai o nosso dinheiro?

Volta a ser celulose...

Apesar dos muitos riscos, o Governo investe milhões para salvar fábricas de celulose cuja sobrevivência é duvidosa

Por José Casado

O Governo Federal já é o principal investidor do programa nacional de celul papel e de reflorestamento. Nos últim anos, quase Cr$ 40 bilhões saíram cofres públicos para financiamentos de projetos desse setor. Portanto, ao assumir o controle da Companhia Rio Grande de Celulose do Sul (Riocell, ex-Borregaard), de Porto Alegre, o Governo apenas está consolidando uma posição já alcançada.

Se o contribuinte — cujos impostos foram, em última análise, as principais fontes de recursos que sustentaram o andamento dessa indústria de produtos florestais — se detiver no exame dos resultados alcançados pelos órgãos do Governo na gerência dessas operações de investimentos, certamente vai ter algumas surpresas.

A primeira delas é a de que o capital votante das empresas do setor continua, na verdade, em poder de grupos privados (nacionais e estrageiros); houve, portanto, o emprego maciço de capital estatal na forma de *subsídio* à chamada "iniciativa privada". A segunda: no caso dos projetos de produção de celulose, onde a exigência de capital fixo é bem maior, o Estado está sendo responsável por 50 e até 90% do investimento global previsto.

Somente nos três maiores projetos de celulose, o montante de recursos públicos investidos, até março, alcança a Cr$ 9,1 bilhões. Todas essas empresas — Riocell; Aracruz Celulose, no Espírito Santo; e Celulose Nipo Brasileira, a Cenibra mineira — estão altamente endividadas e ainda não têm seu cronograma de implantação concluído. Pior: a Riocell e a Cenibra apresentaram elevados prejuízos no passado e estão com dificuldades para colocar sua produção no mercado exterior.

Os Cr$ 9,1 bilhões investidos aí equivalem à metade do que o Governo já gastou na "cobertura" de prejuízos dos estouros do mercado financeiro. E representam apenas uma parcela do total já investido, a título de socorro, em empresas que não estão exatamente operando, mas sobrevivendo, e com perspectivas não muito favoráveis.

Há detalhes bastante curiosos em algumas das operações de investimentos relizadas pelo Governo no setor. Ao chamar o Montepio da Família Militar (MFM) para assumir o controle da ex-Borregaard, a União preteriu um consórcio privado de produtores de papel que se candidatara — conforme contam empresários e o próprio general João B. de Figueiredo.

E mais: na época o Governo decidiu que o BNDE financiaria 100% do negócio e dos encargos decorrentes. Quem conta esta história é o senador arenista Jarbas Passarinho, membro da diretoria do Banco Sulbrasileiro, controlado pelo MFM.

"ALTÍSSIMO RISCO"

Na Bahia, há poucas semanas, surgiu um novo caso. As agências governamentais de financiamento serão responsáveis por 90% do investimento global (Cr$ 1,6 bilhão) do projeto da Companhia de Celulose da Bahia S.A., empresa cujo capital votante é controlado pelo grupo Newton de Castilho.

A fábrica está sendo instalada no Pólo Petroquímico de Camaçari, em Salvador, e vai utilizar o sisal como matéria-prima de celulose fibra longa, própria para papel-moeda. O custo desse projeto já é 240% superior ao estimado no início de sua implantação, em 1975. Em outras palavras, significa que, em apenas 22 meses, o volume de recursos necessários passou de Cr$ 500 milhões para Cr$ 1,7 bilhão. De recursos próprios, o grupo privado — principal acionista — somente deverá entrar com Cr$ 160 milhões.

O próprio BNDE considera a Celulose da Bahia um projeto "de altíssimo risco", mas toca em frente. O banco vai dar total garantia à tomada de empréstimos no exterior. Mas as perspectivas não são favoráveis à Celulose da Bahia: não há mercado interno para seu fino produto e, lá fora, já existe capacidade ociosa entre os tradicionais produtores da Europa e da América do Norte.

DÍVIDAS, DÍVIDAS

Nos próximos 20 meses o Governo terá que mobilizar cerca de Cr$ 4,7 bilhões, no mínimo, para garantir a regularização parcial da situação da Celulose da Bahia, Riocell e Aracruz. Sem isto, a indústria baiana e a capixaba não conseguiriam concluir seus cronogramas de implantação e a gaúcha continuaria sem mercado interno, porque não viabilizaria a implantação da sua unidade de branqueamento, etapa essencial ao projeto, programada desde o tempo do Montepio.

Em todos os projetos de produção de celulose, nos quais o dinheiro público foi maciçamente aplicado, a margem de manobra econômico-financeira é muito limitada não só pelas condições de mercado — há 1,5 milhão de toneladas de celulose estocadas nos principais países produtores — como também pelo altíssimo nível de endividamento das empresas.

Os balanços contábeis, referentes ao exercício de 1977, apresentam o seguinte quadro: Aracruz, dívidas a curto e longo prazo no total de Cr$ 5,1 bilhões; Cenibra, Cr$ 3 bilhões; e Riocell, Cr$ 1,6 bilhão. Um dado interessante é que tanto a Aracruz quanto a Riocell tomaram empréstimos e créditos em estabelecimentos estrangeiros com base em moedas estáveis — francos suíços, coroas suecas e marcos alemães. Financeiramente, isso lhes é extremamente desfavorável numa conjuntura de desvalorização do dólar.

No caso da Riocell, além de estar em débito com seu ex-proprietário, a *Borregaard AS* (dívida de 38 milhões de dólares), tem compromissos assumidos em francos suíços com o *Christiana Bank of Kreditkasse* e com o *Den Norske Credi-bank*. Esses empréstimos — 6,4 milhões em francos e 6,2 milhões em dólares — foram tomados por volta de 1974, com o compromisso de amortizações semestrais até 1981 e obedecendo a um rígido critério: juros anuais de 2,5% acima da taxa interbancária de Londres, o que, somados ao ajuste cambial, tornou essas operações caríssimas.

DISTORÇÕES

Do ponto de vista econômico, esses marcroprojetos deixam um saldo negativo paralelo: ameaçam promover uma distorção no setor, porque, às vésperas de atingir sua plena capacidade (1979) de forma conjunta, ainda não se uniram para montar uma estratégia de *marketing*, que lhes permita algumas facilidades na abertura de mercados no exterior, até agora controlados pelos produtos escandinavos, como um cartel. No momento, existem na Europa pelo menos três produtores brasileiros vendendo celulose a preços diferentes.

No aspecto social, as distorções causadas são evidentes. Em Porto Alegre, implantou-se uma usina de celulose em local tecnicamente impróprio, provocando-se desnecessariamente um conflito entre a política urbana e o processo de industrialização, que nem mesmo a eficiência tecnológica dos filtros antipoluição consegue solucionar.

Já no Espírito Santo, a implantação da Aracruz e da Flonibra acelerou o processo de desagregação do meio rural, pois grande parte da área agricultável do estado foi ocupada por eucaliptais, liberando-se mão-de-obra agrícola para os centros urbanos e o Norte do país (150 mil capixabas vivem hoje em Rondônia)

Em termos de economia regional, esses projetos são, na verdade, enclaves porque não oferecem perspectivas de integração com o parque industrial instalado e prejudicam o desenvolvimento de uma indústria turística, nos caos da Bahia e Espírito Santo. Sem deixar de observar que existem outros agravantes: para se instalar, a Aracruz marginalizou uma população indígena, remanecesten dos Tupininquins.

Esses projetos, seus investimentos e distorções provocadas, nada mais são do que o resultado de uma excessiva centralização das decisões, em qualquer nível, na política e na economia do País. Os critérios de avaliação dos empreendimentos e dos recursos que neles estão sendo aplicados não sofrem nenhum questionamento, simplesmente porque não há consulta aos setores envolvidos — contribuintes, inclusive.

Shart. FOTOGRAFIA
R. Cristovão Pereira 402/c.203/I:41-1727 - P. Alegre

Carlos Salzano V. da Cunha
— ADVOGADO —
OAB 2927 CPF 007648680
Andradas, 1560 — CONJ. 112 (GAL. MALCON)
Das 14 às 16 horas — FONE 21-82-82

Escala

Pra indicar bem os caminhos daqui do sul, uma locadora de veículos tem que entender muito dessa terra.

A Auto Locadora Gaúcha é a maior e mais antiga empresa de locação do Brasil. E é gaúcha.

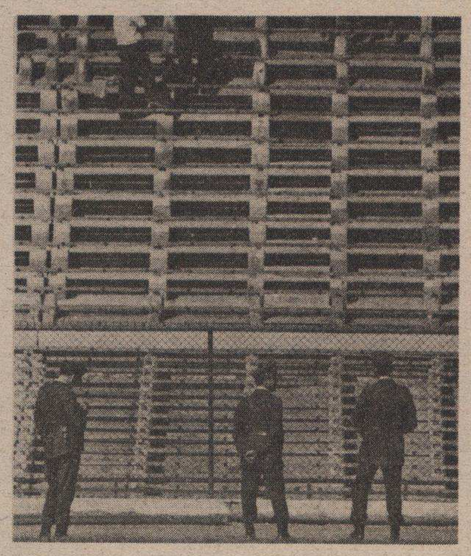
AUTO LOCADORA GAÚCHA

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.

Loja 1: Conceição, 364 - fones (PABX) 21-3333, 21-5555 e 24-5166 - Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja 2: Av. América, 211 - fones 22-4510 e 22-2121 Horário: 7 às 22h inclusive domingos e feriados. Loja Aeroporto: fones 42-4510 e 42-5363 Atendimento Permanente.

Tudo sob controle no Jornalismo chileno

As dificuldades de dois repórteres que foram cobrir jogos de futebol



Só credenciado pela Junta de Gobierno **J. B. Scalco pôde fotografar nos estádios e ruas do Chile**

O jornalista estrangeiro desembarca no aeroporto de *Pudahuel,* em Santiago do Chile, e já é chamado à responsabilidade. Recebe um folheto no qual a Junta do Governo manifesta sua esperança de que ele só vai fazer reportagens honestas mostrando um País que trabalha em paz e harmonia. Pelo folheto, fica-se sabendo que a imprensa chilena é livre. No fim do texto, um convite para o visitante comparecer à sede da Junta, para se identificar.

Não é bem um convite. Um funcionário da Polícia Federal adverte que só depois de identificado o jornalista poderá exercer a sua atividade, mesmo que isto seja uma simples cobertura esportiva, como era nosso caso. Se for surpreendido fazendo perguntas ou fotos sem essa identificação, o jornalista poderá sofrer as sanções da lei.

Assim, munidos de fotos 5 x 7 como se exige, repórter e fotógrafo vão ao edifício *Diego Portales,* onde está instalada a Junta enquanto se restaura o *La Moneda*, bombardeado em 1973. Para que a *Dirección de Informaciones de Gobierno* (ex-Dina) quer fotos grandes e nítidas? E o número de identidade, endereço particular, telefone, etc.? Talvez para uma eventual visita de cumprimentos no caso de reportagens honestas.

Os jornalistas chilenos, é óbvio, estão dispensados dessas formalidades. Afinal, eles são facilmente encontrados nas redações dos cinco jornais da cidade — *El Mercúrio, La Crônica, Últimas Notícias* (todos pertencentes a uma mesma empresa), *El Cronista* e *Notícias Populares*. Segunda alguns repórteres, de vez em quando acontecem buscas — e recolhimentos — a profissionais que, digamos, fizeram mau uso da liberdade de informar. É o caso, por exemplo, de repórteres que ousaram burlar os cuidados dos editores incluindo fatos políticos em suas matérias.

Fatos (os políticos) de tamanha responsabilidade, cochica um repórter, são tarefas exclusivas dos jornalistas que dão expediente no Gabinete de Imprensa do Governo. Eles escrevem lá mesmo, recebem o visto e, no fim da tarde, entregam as matérias nos jornais. "Isso, no entanto, não significa que não haja Liberdade de Imprensa no País", defende-se Bartolomeo Bertoloni, *jefe de informaciones* do *El Cronista,* jornal de uma editora cuja maioria acionária pertence ao Governo. "Simplesmente tudo marcha em ordem e não haveria motivos para atacar o regime. Mesmo assim", acrescenta Bertoloni, "há quem faça oposição". Ele cita *Notícias Populares* e a revista *Ercilla*.

Talvez oposição significasse apenas não elogiar o Governo. Na época, o fiscal americano Eugene Propper acompanhava, em Santiago, o andamento do processo que envolve os chilenos Michael Townlei e Fernando Larios no assassinato de Orlando Letelier. Os outros jornais davam destaque a argumenmtos oficiais que inocentavam Pinochet. Enquanto isso, *Notícias Populares,* fiel a seu público, seguiu a linha de explorar assaltos e assassinatos dos bairros de Santiago.

Evidentemente, nenhum jornal teve a ousadia de especular que talvez a presença de Propper fizesse parte de um esquema de pressões dos Estados Unidos — pressões que resultariam, no mês seguinte, em decretos de Pinochet anistiando presos políticos e praticamente acabando com o toque de recolher. (Bertoloni preferia afirmar que o povo adorava o "toque de queda", que teria acabado com as facilidades dos ladrões: "O Chile é o único País do mundo em que se pode dormir com as janelas abertas". Um exagero que os chilenos contestavam temendo que Pinochet pretendesse bater o recorde mundial de toque de recolher, como se o País vivesse em guerra).

Quanto ao "oposicionista" semanário de informação *Ercilla,* não é exatamente o que se pode chamar de uma revista liberal. Naquela semana a matéria sobre o caso Letelier enfatizava, na abertura, em negrito: "Nova versão assinala que os supostos Williams e Romeral nada têm a ver com o crime". E seus colunistas se esmeravam na defesa de conceitos da democracia relativa, por sinal, bem conhecidos em outros lugares.

Jaime Guzmán, atacando os democrata-cristãos, escrevia: "Muito diferente é o enfoque de quem, como nós, crê que a democracia necessita fórmulas profundamente renovadas para garantir hoje, simultaneamente, a liberdade, a segurança pessoal e do Estado e o desenvolvimento econômico e social". Terminava perguntando se a Itália, com seus terroristas e comunistas, seria mais democrática que o Chile. Juan de Diós Carmona, magoado com Jimmy Carter denunciava: "A campanha pelos direitos humanos só pressiona Governos da América Latina, sem usar a mesma energia contra africanos, asiáticos e os do bloco comunista".

E Pablo Huneeus, relembrando os tempos da Unidade Popular, soltava a língua: "Naquele tempo, a difamação era necessária para construir uma sociedade de ódio. O Jornalismo defecatório deu o tom à época e a reação maciça contra tal processo foi, em grande parte, um desejo de limpar tanta sujeira do ambiente social". Hoje em dia não se notam reações da Imprensa — a de fato oposicionista está proibida. Muito menos reações maciças — o povo não vota e os sindicatos estão controlados, observando em silêncio as maquinações para o fim da estabilidade e do salário mínimo.

O que causa, no mínimo, ansiedade. Um espanhol dono de um bar no centro da cidade, orgulhoso da abertura política em seu País, desabafa: "Se pudesse, 90% do povo votaria na democracia cristã. Os outros 10% são os burgueses, os capitalistas". A única vez que os chilenos votaram durante o Governo da Junta foi no plebiscito de janeiro, quando tiveram que escolher entre o apoio a Pinochet ou uma moção da ONU condenando a violação dos direitos humanos no País. Na realidade, revela um funcionário público, explicando a pretensa vitória do Governo, as pessoas escolheram entre duas bandeiras impressas na cédula: a do Chile e uma em negro, com a sigla da ONU.

A proporção de que fala o espanhol possivelmente aumentasse, em caso de eleições. As multidões de desempregados que perambulam por essa capital de três milhões de habitantes, por certo teriam o apoio de pequenos industriais falidos. Estes continuam fechando suas fábricas, forçados por uma economia que reduziu o poder aquisitivo da população a níveis mínimos. A ditadura perde adeptos em todos os setores.

Análise objetiva da situação econômica também não é o forte da Imprensa. Nem seria, se quisesse — as barreiras até a informação são intransponíveis. Numa entrevista com o ministro da Fazenda, Sérgio de Castro — matéria de capa — o repórter de *Ercilla* pergunta, presume-se que timidamente: "Existem algumas informações sobre o surgimento de novas indústrias, grandes ou médias?" E o ministro, evasivo: "O que indica que isso está ocorrendo é o aumento da produção industrial em geral, que foi de 10 a 11% em 1977".

Quanto à desvalorização do peso chileno, a melhor cobertura é mesmo a do *El Cronista*. Diariamente, ao lado do logotipo, o jornal estampa dois pequenos títulos em letras góticas: "O tempo" e "O dólar". Fica-se sabendo que amanhã vai chover (ou não) e que o dólar (certamente) custará mais.

Divino Fonseca

ASSINE DE FATO

Nome _____
Profissão _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____
CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP-30 000

Assinatura anual
$ 100,00

Agentes Universitários

O COOJORNAL está selecionando representantes para colocação de assinaturas nas Faculdades da capital e interior.

Tratar na Com. Coruja, 372 - Porto Alegre - RS

"As armas são impotentes contra a Liberdade"

Há 200 anos nasceu na província argentina de Corrientes aquele que seria um dos maiores heróis latino-americanos, José de San Martin. Praticamente desconhecido no Brasil, onde uma das raras homenagens é o nome de uma rua no Rio que os cariocas pronunciam como se fosse francês (San *Martan*...), San Martin é hoje reconhecido como o *Libertador do Chile, Protetor do Peru* e um grande estadista argentino.

Sua história começa na Espanha, para onde foi aos 10 anos e tornou-se oficial do exército do rei, com ativa participação na guerra contra Napoleão. No regresso à Argentina, aos 33 anos, colocou-se às ordens do primeiro Governo independente, para "consolidar a liberdade de minha pátria, livrando-a do jugo dos espanhóis".

Por causa de sua experiência militar recebeu a tarefa de formar o primeiro regimento organizado da Argentina (o atual Regimento de Granaderos a Cavalo General San Martin), com o qual obteve sua primeira vitória contra os espanhóis, em San Lorenzo, que pôs término ao domínio que a frota hispânica tinha no Rio da Prata e seus afluentes.

Negou-se a participar das disputas internas existentes na Argentina, preferindo empenhar-se na tarefa de organizar o Exército Libertador, destinado a cruzar a Cordilheira dos Andes e acabar com o domínio espanhol no Chile e Peru. Em 1817, depois de dois anos de preparativos, San Martin iniciou a travessia dos Andes, com quatro mil homens. Parte da travessia ele fez numa maca, atormentado por uma asma e reumatismo.

Em 12 de fevereiro daquele ano entrou vitorioso em Santiago do Chile e recusou qualquer honra para permitir o estabelecimento de "um Governo que emanará da vontade geral", que elegeu o herói Bernardo O'Higgins, chefe supremo do Chile Ali mesmo ele armou a segunda parte de seu plano: libertar o Cone Sul da América e completar o cerco que Bolívar estendia desde o Norte do continente aos espanhóis.

No Chile, San Martin recusou um presente de 10 mil pesos em ouro, que doou para a formação de uma biblioteca em Santiago. "A instrução é a chave mestra que faz feliz aos povos. Eu desejo que todos se instruam nos sagrados direitos que formam a essência dos homens livres", dizia em sua justificativa ao Governo Chileno.

Com a ajuda do Chile sitiou a cidade de Lima durante quase um ano, até que os espanhóis se retiraram, em 14 de julho de 1821. Declarado "Protetor do Peru" pelo congresso provisório criado, o general recusou o título, acrescentando-lhe uma palavra: "Protetor da Liberdade do Peru".

Assim governou o Peru, terminando com as tropas espanholas no interior do país, até 20 de setembro de 1822, quando deu por cumprida sua missão, passando seu exército a Simon Bolívar. Retirando a faixa de "Protetor", San Marin falou ao Congresso peruano:

— A partir deste momento está instalado o Congresso soberano e o povo reassume o poder supremo. A presença de um militar afortunado, por mais despreendimento que tenha, é temível pelos Estados. Por outro lado, estou cansado de escutar que quero fazer-me soberano. Não é isso que quero. O que eu quero é entregar a seu povo um País livre e independente.

Um mês depois foi para a Bélgica, para educar sua filha, mas com o projeto de regressar à Argentina para "terminar meus dias em Mendoza, junto à Cordilheira dos Andes". Seu retorno à pátria foi patético. Era 1829, a Argentina estava em plena convulsão interna, numa guerra de caudilhos do interior contra o poder central de Buenos Aires.

Foi procurado pelos dois grupos, que o queriam presidente. "Aceito ser para todos, mas minha espada nunca se colocará a serviço de uma luta entre irmãos", disse,e foi incompreendido: o ódio entre argentinos era maior que qualquer tentativa de pacificação. San Martin retornou à Europa no mesmo navio, sem nem desembarcar em Buenos Aires.

Morreu aos 72 anos, na pobreza de seu desterro voluntário na França, em companhia apenas de sua filha, no dia 17 de agosto de 1850. "A generosidade de um amigo impede que eu morra em um hospital", disse na última carta que escreveu a sua família.

A seguir, algumas de suas idéias.

Justiça e Liberdade

"Ao homem honrado, não lhe é permitido ser indiferente ao sentimento de justiça." — Memórias.

"A liberdade, ídolo dos povos livres, é ainda desprezada pelos servos, pois ainda não a conhecem." — Numa circular aos professores da província de Cuyo, hoje Mendoza, onde organizou o Exército que combateu os espanhóis no Chile e Peru.

Deveres dos militares

"A pátria não faz o soldado para que ele a desonre com seus crimes, nem lhe dá armas para que cometa a baixeza de abusar dessas vantagens, ofendendo aos cidadãos com cujos sacrifícios se sustenta. A tropa deve ser tanto mais virtuosa e honesta quanto é criada para conservar a ordem dos povos, assegurar o poder das leis e dar força ao Governo para executá-las e fazer-se respeitar pelos maus, que seriam mais insolentes com o mau exemplo dos militares." — Código de Deveres Militares e Penas para seus Infratores, realizado para reger o Exército a seu mando.

"Cada um de vocês tem pertencido à causa dos povos, cada um pertence à humanidade, os deveres não podem alterar aquelas fortes obrigações da natureza. Os soldados da pátria, fiéis no caminho da honra como do triunfo, apenas podem ser terríveis para os inimigos da liberdade." — Proclamação ao povo peruano explicando o papel do Exército que teve que governar interinamente depois da derrota dos espanhóis.

Abusos e procedimentos

"**O luxo e as comodidades e**(dos militares) **devem envergonhar-nos como um crime de traição contra a Pátria e a nós mesmos** (...). **A pobreza da caixa desta província** (Mendoza) **não alcança a seus compromissos. Desde hoje nossos salários ficam cortados pela metade."** — Ordem do Dia durante a organização do Exército Libertador.

"Ambas gestões (iniciativas do Congresso e do equivalente ao atual executivo para promovê-lo de tenente-coronel a general e de general a brigadeiro-general) **têm mortificado-me, estamos numa revolução... Comprometo-me, em nome da independência da minha pátria não admitir jamais maior graduação que a que tenho nem obter emprego público."** — Carta ao Governo das províncias unidas do Rio de La Plata.

"Minas necessidades estão mais do que suficientemente atendidas com a metade do salário que gozo." — Carta ao governante de Mendoza que lhe ofereceu aumento de ordenado, rejeitando a oferta e devolvendo metade de seu salário.

"A tropa está provida de uma disciplina rigorosa e respeito que deve à religião, à propriedade e à honra de todo cidadão. Não é de nossa alçada entrar no exame das opiniões. (...) **O menor insulto será severamente castigado. Prometo a mim mesmo que não se cometerá crime algum debaixo das bandeiras americanas. Se tal acontecer, o arrependimento será tardio e sem recursos."** — Proclamação ao povo chileno antes de chegar com seu Exército através da Cordilheira dos Andes, explicando a conduta de seus soldados.

Repressão e Liberdade

"Querer conter com a baioneta a torrente da opinião universal da América é como tentar escravizar a Natureza. (...) **Examine Vossa Excelência com imparcialidade o resultado dos esforços do Governo espanhol em tantos anos e, sem deter-se nos triunfos efêmeros das armas do rei, descobrirá sua impotência contra o espírito da Liberdade."** — Carta ao Vice-Rei de Lima, Joaquin de Pezuela, comunicando-lhe a derrota do Exército espanhol e analisando a repressão, as reivindicações, o que finalmente levou à guerra da independência.

"A humanidade recusa-se a aumentar o conflito de nossos semelhantes e fico compadecido da existência de uns miseráveis bastante castigados com o desengano do seu orgulho impotente." — Carta ao Vice-Rei Pezuela, propondo a libertação de prisioneiros.

Constituinte e autodefinição

"Minha glória está completa quando vejo instalado o Congresso Constituinte. Nele transfiro o mando supremo que tomei por absoluta necessidade e contra os sentimentos do meu coração, o qual tenho exercido com tanta repugnância." — Discurso empossando o primeiro Congresso soberano do Peru.

"... Um general que, pelo menos, não tem feito sua Pátria derramar lágrimas." — Carta a seu amigo Vicente Chilavert.

A Central de Serviços da Coojornal está à venda

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.
A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística. É uma experiência com mais de quatro anos e quase 30 clientes.

Conte com a Coojornal em:

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Serviços gráficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.
Artes,*lay-outs* e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc.

Serviços industriais
Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão *off-set* de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.
A Central de Serviços está à venda. Aproveite.

COOJORNAL
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 366/372
Fones: 24.0951 e 21.8984 — Telex (051)1605
90000 — Porto Alegre — RS

QUEM TEM MEDO DO GENERAL MOURÃO ?

Bastaram trechos nos jornais para começar a confusão. Agora, o Diário do General que deflagrou a Revolução de 64 pode não chegar às livrarias

Previsto inicialmente para maio, já foi transferido para outubro de 1978 o lançamento do livro *A Verdade de um Revolucionário,* baseado nas anotações do *diário* secreto do general Olympio Mourão Filho, que deflagrou o Movimento Militar de 31 de março de 1964.

O adiamento, anunciado à Imprensa pelo historiador Hélio Silva — depositário pessoal do *Diário* — é a conseqüência concreta mais palpável de um jogo de pressões e interesses, surgidos imediatamente após a divulgação, em abril, pelo *Coojornal* e vários jornais e revistas brasileiros, de alguns trechos mais polêmicos das memórias do general Mourão, que começou a encher seus cadernos em 1955, só parando por volta de 1971, quando seu estado de saúde foi ficando mais grave (ele morreu em 1972).

Por causa da linguagem surpreendentemente livre, irreverente e, às vezes, ácida do *Diário,* onde o General narrava fatos e fazia apreciações pessoais sobre políticos e militares envolvidos nas conspirações para derrubar o Governo de João Goulart, o historiador Hélio Silva recebeu diversos telefonemas de pessoas atingidas pelas *memórias* de Mourão. Mais de uma vez foi aconselhado a suspender a publicação do livro, entregue à L&PM Editora, de Porto Alegre.

É possível que o livro de Mourão permaneça ainda inédito por mais tempo. Afinal, desde fins de 1971, quando o general Mourão chamou-o ao hospital e o fez prometer que se empenharia em publicar o livro *A Verdade de um Revolucionário,* o historiador Hélio Silva vinha tentando editá-lo, convencido da importância histórica do depoimento pessoal de Mourão, o único chefe militar do movimento de 1964 a registrar o dia a dia das conspirações, do Golpe de Estado e dos atos dos primeiros Governos militares até entrar na década de 70. Antes que a L&PM Editora resolvesse, em março passado, publicar o livro, os originais foram examinados por outras três editoras do Rio de Janeiro, sem que surgiu um "caso" agora e não há quatro anos? Por que somente agora apareceram pessoas temerosas e magoadas com certos comentários de Mourão? Uma análise da questão, a partir do resumo inicial publicado dia 12 de abril pelo *Coojornal,* revela que muita gente não gosta, não aceita e não está preparada para coisas como a linguagem livre e dura do general Olympio Mourão Filho.

O *Coojornal* nº 27, que começou a circular nas bancas do país dia 12 de abril passado, dedicou seis de suas 32 páginas a um resumo do *Diário* do general Olympio Mourão Filho. Na introdução ao resumo, informava-se que os originais do diário haviam sido entregues pelo historiador Hélio Silva à L&PM Editora, de Porto Alegre, que estava providenciando o lançamento de um livro de 400 páginas ainda no mês de maio. Embora o *Diário* compreenda o período que vai de 1955 a 1971, o resumo concentrou-se principalmente no período 1961-64, mostrando o dia a dia da conspiração contra o Governo de João Goulart. Além de episódios, o *diário* de Mourão contém inúmeros comentários pessoais a respeito de políticos e militares contrários ou favoráveis ao Governo constitucional. Na conceituação de Mourão, por exemplo, o marechal Castello Branco vacilava em conspirar; o general Costa e Silva era "rombudo politicamente", a tal ponto que, mesmo tendo sentimentos democráticos, era incapaz de distinguir um regime democrático de um regime de exceção; o general Médici era um "obscuro general de Cavalaria, o mais apagado dentre os oficiais generais do Exército"; Leonel Brizola e João Goulart não eram comunistas, mas apenas dois ambiciosos em busca do Poder; José Maria Alkmin, "um safado"; Magalhães Pinto, oportunista; a si próprio, Mourão atribuía a condição de idealista disposto a morrer para salvar a Pátria do comunismo.

Nos dias seguintes ao resumo inicial, outros jornais e revistas do país publicaram também trechos do *diário* do general Mourão. Dia 14 de abril, por exemplo, o *Jornal do Brasil,* além de reafirmar o que fora publicado no *Coojornal,* apresenta um trecho inédito segundo o qual o ex-governador carioca Carlos Lacerda, o general Pery Bevilacqua e o próprio general Olympio Mourão Filho, entre outros, constavam da lista de personalidades que, a mando do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, chefe-de-gabinete do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello, deveriam ser jogados de avião ao mar pelo pelotão de especialistas do Para-Sar, em meados de 1968. Assim, por coincidência, juntavam-se os dois assuntos históricos mais polêmicas surgidos na Imprensa brasileira em 1978: o caso Para-Sar, que voltou à ordem do dia em fevereiro, graças a uma palestra proferida na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, pelo general aposentado Pery Bevilacqua, e o *diário* do general Mourão. Não por coincidência, mas pela importância do tema, a Imprensa brasileira veria o *diário* do general Mourão transformar-se num "caso", antes mesmo de sair em livro.

General Mourão: "Queriam me atirar no mar"

que qualquer uma delas ousasse bancar a edição, em virtude do conteúdo "delicado" das confissões do General.

A antecipação jornalística de alguns trechos do diário, em abril passado, simplesmente confirmou a vocação polêmica das memórias de uma das figuras centrais do movimento militar de 1964. O próprio general Mourão, antes de baixar ao hospital, em 1971, tentou infrutiferamente publicar seu livro. Nem tudo que nele está é inédito: muita coisa apareceu há quatro anos no livro *1964 — Golpe ou Contragolpe?*, de Hélio Silva, que cita Mourão frequentemente, em especial no capítulo 24. Por

Dona Laurita: "Desaprovo veementemente"

O lance seguinte do "caso" Mourão ocorreu dia 20 de abril, quando o *Jornal do Brasil* anunciou o surgimento de divergências entre o historiador Hélio Silva e a filha do general Mourão, Dona Laurita Lourdes Linhares Mourão de Irazabal, residente nos Estados Unidos. Em carta ao jornal carioca, a filha do general Mourão faz os seguintes reparos à públicação do *diário* de seu pai:

1) "A senhora Maria Tavares Bastos, por não ter sido esposa legítima de meu pai, não teria a meu ver autoridade nem qualquer direito legal para conservar e muito menos dar acesso aos arquivos de meu pai a qualquer um."

2) "A menção no mesmo jornal de que meu pai teria entregue os arquivos ao sr. Hélio Silva durante a internação na Casa de Saúde Dr. Eiras não parece corresponder aos fatos reais. Desde o momento em que sofreu o derrame cerebral e foi internado naquele hospital e até o falecimento, meu pai perdeu não somente o uso da palavra como ficou completamente paralisado e aparentemente sem lucidez, como podem atestar os doutores Ackermann e Paulo Niemeyer, seus médicos."

3) "Durante toda a doença, estive hospedada em sua residência (Avenida Atlântica, 3210, 4º andar) e posso afirmar que os arquivos permaneceram no lugar de sempre sem terem sido tocados por ninguém até sua morte."

Na conclusão de sua carta ao *Jornal do Brasil,* com cópia para o historiador Hélio Silva, Dona Laurita apresenta suas posições. Em primeiro lugar, desaprova veementemente a publicação do livro de memórias. Em segundo, a julgar pelo resumo publicado nos jornais, não considera o resto do livro intérprete fiel do pensamento de seu pai.

Dr. Hélio Silva: "Contesto que se censure"

Às explicações e a defesa do historiador Hélio Silva surgiram no mesmo dia 20 de abril, no *Jornal do Brasil* e *O Globo.* Em seu depoimento, bastante longo, o historiador faz os seguintes esclarecimentos:

1) Seu relacionamento com o general Mourão data de muito antes de sua última doença; em ocasiões anteriores, já recebera documentos do general para seus livros.

2) Num dos seus encontros com o General, antes da doença, o historiador recebeu seis pasta contendo o *diário* de Mourão. Lendo o material, Hélio Silva ficou impressionado com a villência da linguagem em certas passagens. O general concordou em fazer uma revisão, cortando e riscando trechos, "como constatei quando as pastas vieram definitivamente para as minhas mãos" — esclareceu o historiador.

3) Como médico e professor de Medicina por 50 anos, Hélio Silva afirma que, ao receber o diário de Mourão no hospital, na presença de sua segunda mulher Maria Tavares Bastos, o general estava lúcido e ficou emocionado e grato quando obteve a promessa de que o historiador se empenharia em publicar o livro.

4) O anúncio do livro, a sua significação a doação do *diário* são fatos públicos há pelo menos quatro anos, quando saiu o livro *1964 — Golpe ou Contragolpe?* de Hélio Silva. A edição do livro de Mourão só foi encaminhada em 1978 porque, segundo o historiador, houve um "abrandamento das restrições que pesam sobre o jornal e o livro".

5) É inconstestável o valor histórico do livro do general Mourão. "Não há outro documentário que o substitua. Ele vem, de fato, preencher uma lacuna. Não será possível no futuro escrever ou estudar o movimento de março de 1964 sem considerar a contribuição do general Mourão", afirma Hélio Silva.

6) O que suscitou toda a polêmica atual foi, segundo Hélio Silva disse ao *O Globo*, "uma precipitação jornalística": o resumo

Mourão, o novo "caso" para os jornais

do *Coojornal*, feito com base numa cópia sem revisão dos originais do livro, "acabou incluindo texto e termos que nem sempre estão no original revisto por Mourão"

7) Os que foram criticados por Mourão no resumo e os que, sem conhecer o texto final do livro, receiam ser criticados, estão fazendo crítica apriorística equivocada. O mais importante do *diário* de Mourão não são os detalhes, os episódios ou os ataques pessoais, "mas o depoimento do dia a dia, a cada momento, de um homem que lutou por um ideal e que na vida mereceu de seus companheiros a promoção ao último grau do generalato e que foi ministro do Supremo Tribunal Militar".

Em seu depoimento a propósito da carta de protesto da filha do general Mourão, o historiador Hélio Silva diz esperar que ela, ao se informar melhor sobre os antecedentes do caso, não negue a seu pai o direito de legítima defesa. E, numa profissão de fé, Hélio Silva afirma: "Homem de liberdade, defensor intransigente dos direitos humanos, contesto que alguém, mesmo um descendente direto, tenha a prerrogativa de censurar aquilo que seu pai escreveu e destinou à publicidade." Quanto aos direitos autorais do livro, Hélio Silva diz que não os aceita porque, como era desejo do general Mourão e vontade de sua mulher Maria, eles devem ser destinados a uma entidade filantrópica, possivelmente de Juiz de Fora, onde foram escritas muitas páginas do *diário*.

Dona Maria Mourão: "Cumpra a sua promessa"

A doação do *diário* do general Mourão ao historiador Hélio Silva, não reconhecida por Dona Laurita, foi testemunhada por Maria Tavares Bastos, a segunda mulher do general. Certamente para não deixar dúvidas, em 23 de novembro de 1973, Dona Maria escreveu uma carta ao historiador, reafirmando a doação que presenciara. Disse ela no final da carta: "Incumbe-lhe dar cumprimento à promessa assumida, providenciando a publicação do livro e do diário que o acompanha, comprovando sua atuação no preparo do movimento de que foi, verdadeiramente, o iniciador. Agora, ou quando puder. O livro lhe pertence porque seu autor o quis, confiando em sua inteireza moral e no amor à verdade que tem sido o escopo de sua obra, que meu marido tanto admirava".

Na hipótese de uma contestação judicial aos direitos de Hélio Silva pela posse dos originais do livro do general Mourão, a carta de Dona Maria Tavares Bastos poderia constituir peça fundamental da defesa. Alguns juristas foram consultados sobre a possibilidade de Hélio Silva perder a posse dos originais. Heleno Fragoso, um dos juristas mais conceituados do País, assegura que a posição do historiador é absolutamente tranqüila. Fora a questão do direito de posse dos originais, não pode ser afastada a hipótese de embargo judicial da publicação do livro de Mourão. Se alguma pessoa se julgar prejudicada pelas críticas de Mourão, pode solicitar à Justiça que embargue o livro. Mas, nesse caso, a decisão é do juiz. Outra hipótese é de que, publicado o livro, a editora responsável seja acionada por pessoas que se sintam prejudicadas pelo conteúdo do livro. A hipótese derradeira, fora dos canais normais da Justiça, é a ação da Censura, que pode apreender o livro. Qualquer uma dessas medidas, para que o livro não seja publicado, seria desfavorável para a História do Brasil, sem esquecer que contraria o desejo final do general Mourão e fere o direito à informação.

General Guedes: "Mourão era um doente"

O capítulo mais importante do "caso" Mourão não é o protesto à distância da filha do general, mas a reação das pessoas citadas no *diário*. Um resumo mais detalhado dos fatos ocorridos dia 31 de março de 2964, por exemplo, publicado nos dias 22 e 23 de abril últimos pelo *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*, deixa uma imagem pouco favorável ao ex-governador mineiro Magalhães Pinto.

Dia 20 de abril passado, quando foi a Salvador para a instalação do núcleo baiano do Comitê Brasileiro pela Anistia, o historiador Hélio Silva admitiu ter recebido telefonemas de pessoas que consideram "inoportuna" a publicação do livro de Mourão — mas recebeu "conselhos" ou "pedidos", não "ameaças". Nesses telefonemas, Hélio Silva tem aproveitado para explicar aos seus preocupados interlocutores que os resumos dos jornais foram feitos com base no *diário* cru, enquanto o livro tem um texto revisado, onde foram cortados por Mourão os palavrões e os comentários pessoais mais chocantes sobre personalidades políticas ou militares.

A verdade, porém, é que as reações não ficaram ao nível dos telefonemas ou pedidos ao historiador responsável pela publicação do *diário:* sugiram artigos em jornal contestando Mourão. Dia 23 de abril, no *Correio do Povo,* de Porto Alegre, o general Augusto Cezar Moniz de Aragão, que servia no IV Exército (Recife) em 1964 e foi ministro da Educação no Governo Castello Branco (1964-1966), assinou um longo comentário onde conclui que, se escreveu mesmo o *diário* e autorizou sua publicação tal como saiu na "amostra" dos jornais, o general iniciador do movimento de 31 de março de 1964 estava privado de equilíbrio psíquico.

Além disso, analisando alguns trechos do *diário* de Mourão, o general Moniz de Aragão, hoje na reserva, preocupou-se em corrigir e contestar as "agressões a companheiros falecidos, tão violentas quanto injustas". Quanto ao general Costa e Silva, por exemplo, a quem Mourão atribuiu "sesquipedal ignorância", o general Moniz de Aragão afirma que, "apesar de seu 'jeitão' gauchesco, era um cidadão inteligente e lúcido, que desde os bancos do Colégio Militar de Porto Alegre, do qual foi comandante-aluno, realizou todos os cursos com muito brilho".

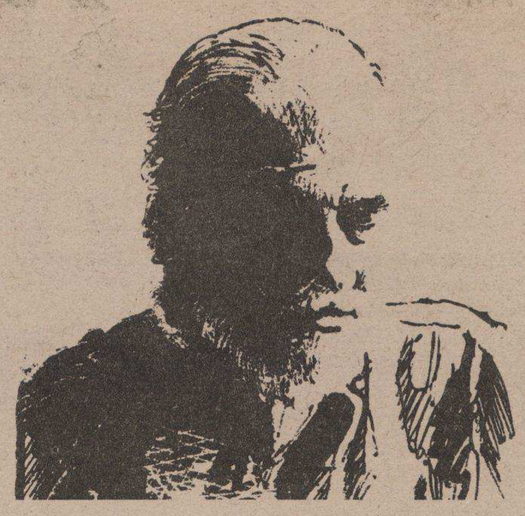
Quanto ao general Emílio Garrastazu Médici, definido por Mourão como apagado e obscuro, o ex-ministro da Educação de Castello Branco lembra que não há demérito na função de chefe do SNI, mas na má forma como se realiza a função e afirma que Médici foi instrutor da Escola de Estado-maior, diretor de ensino e comandante da Academia Militar de Agulhas Negras e chefe da comissão militar mista Brasil-Estados Unidos, em Washington.

Para Moniz de Aragão, que confessa nunca ter sido amigo de Mourão, muitos trechos do diário do general revelam leviandade, jactância, presunção, vedetismo, distorção da verdade e traços de insanidade mental.

Na realidade, Moniz de Aragão não está sozinho em seus comentários sobre o desequilíbrio psíquico do general Mourão. O general Carlos Luis Guedes, que servia em Minas em 1964 e foi um dos principais chefes militares do movimento contra o Governo de João Goulart, escreveu em 1974 uma carta ao historiador Hélio Silva, fazendo restrições à versão dos fatos apresentada pelo general Mourão. Trechos da carta foram publicados no dia 1º de maio passado pela *Folha da Manhã,* de Porto Alegre, que obteve uma cópia do tenente-coronel Carlos Alberto Guedes, um dos sete filhos do general Carlos Luis Guedes, falecido em 1976, em Londres, num acidente de trânsito, deixando ainda inédito o livro *Tinha que ser Minas*, a respeito do movimento militar de 1964. Segundo a carta do general Guedes, o *diário* de Mourão, que deveria ser mais apropriadamente chamado de "recapitulação", tem uma redação confusa, total falta de sincronismo, misturando realidade e fantasia.

Sobre os problemas psíquicos de Mourão, diz a carta: "Mourão, na confidência de seu médico assistente, que me visitou pouco tempo depois de haver mudado para São Paulo, era um doente. E sua moléstia afetava-lhe principalmente o cérebro, tornando-o muitas vezes quase irresponsável por atos que praticasse ou juízos que emitisse".

Vitória, depois de pressões e perseguições



O escritor gaúcho Josué Guimarães ganhou, em março passado, uma causa contra o Estado que até ele mesmo considerava perdida. Vai receber Cr$ 2 milhões e 500 mil em salários atrasados e mais a readmissão imediata nos quadros administrativos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Funcionário do TC desde 1944, foi demitido em 74 por "abandono de cargo", num período em que sofreu perseguições por motivos políticos. Inconformado com a decisão, nomeou Antônio Pinheiro Machado Neto seu advogado e depois de três anos de trâmites legais, conseguiu vencer.

Ironicamente, no período que durou o processo, Josué consólidou a sua carreira de escritor, iniciada em 1970 com *Os Ladrões*. O livro de maior sucesso, *É Tarde para Saber*, lançado no final do ano passado, já está em quinta edição. Depois vêm *Tempo de Solidão* e *Tambores Silenciosos*, ambos em quarta edição. Com milhares de examplares vendidos, é consagrado pelo público e crítica como um dos maiores escritores gaúchos.

Josué, hoje com 57 anos, considera sua vitória principalmente moral "porque cometeram uma grande injustiça comigo. Fui vítima de vinditas pessoais e político-partidárias". A seguir, o seu depoimento a José Onofre e Marina Wodtke.

Tudo começou numa época que hoje me parece muito longínqua, *o início da década de 60. Em 61, com a deposição do Jânio Quadros, o Jango assumiu a presidência. Eu era amigo pessoal do Jango desde rapazote e tinha sido seu oficial-de-gabinete quando ele foi Secretário da Justiça do Rio Grande do Sul. Assim, Goulart me nomeou diretor da Agência Nacional. Acabei não assumindo a Rádio Nacional, porque aquilo era um saco de gatos. Na época trabalhava no Tribunal de Contas como relator de atas, trabalhinho fácil. Ia lá apenas duas ou três vezes por semana. Quando o Jango assumiu a presidência fui colocado à disposição do MInistério da Justiça e depois do golpe de 64 fui obrigado a fugir.*

Até dia seis ou sete de abril fiquei escondido no Rio de Janeiro. *Numa madrugada, um amigo foi buscar-me de jipe e me levou para uma fazenda em Campinas. Permaneci nesta fazenda durante dois dias. A polícia bateu e tive de fugir para Santos.*

Troquei de nome e por dois anos morei nesta cidade. Por uma dessas ironias da vida, me mantive vendendo apólices do Montepio da Família Militar. Pelos jornais e televisão, sabia que estava sendo procurado pelo DOPS no Rio e São Paulo e ainda pelo I e II Exército. Vendia as apólices dentro dos quartéis e nas guarnições militares e quem as assinava era um general. Em Santos tive ainda uma pequena livraria com amigos de São Paulo.

Depois fiquei por mais de um ano trabalhando em São Paulo para a Editora Abril. *Recebi uma proposta para ir ao Rio. Assim vivi mais um tempo até que este escritório fechou e eu recebi a notícia de que havia sido transferido para Porto Alegre pela mesma esmpresa. O convite me deixou inquieto, porque sabia que no Sul estava marcado. Mas antes mesmo de me decidir, fui preso.*

Com os conhecimentos adquiridos na época da venda das apólices *do Montepio, pude responder o processo em liberdade. O delegado da Polícia Federal, Luiz Carlos Reis Freitas, era diretor de uma empresa que foi lançada pela firma onde eu trabalhava e havia trabalhado com ele diariamente, assim facilitou-me bastante as coisas. A polícia não encontrou nada contra mim e fui liberado. Voltei a Porto Alegre e, naturalmente, a primeira coisa que fiz foi apresentar-me no Tribunal de Contas.*

Nesse ponto tem um retrocesso que quero fazer. *Em 64, quando fui para Santos, preocupei-me com uma possível demissão do Tribunal de Contas, assim redigi um pedido de licenciamento para tratamento de interesses por dois anos, sem vencimentos. Pensei que agindo desta maneira ganhava tempo e, em dois anos, a situação do País já teria mudado. No que me enganei redondamente. O Tribunal aceitou o pedido e, em 66, apesar de ainda refugiado em Santos enviei um requerimento afirmando que não estava em condições de assumir minhas funções, pois não tinha liberdade e nenhuma garantia. Afirmei que posteriormente reivindicaria meus direitos. O requerimento chegou a seu destino através do desembargador Osny Duarte Pereira, posteriormente cassado pelo AI-5. O Tribunal rejeitou o documento, dizendo não ter fundamento jurídico e abriu uma comissão de inquérito para estudar o caso.*

Esta comissão ficou dois anos parada. *Era formada de funcionários da casa e quando eu retornei a Porto Alegre, em 69, ela ainda estava em aberto. Tiveram de formar outra e eu prestei um longo depoimento, esclarecendo que queria voltar. Francisco Juruena, presidente do Tribunal, afirmou que o meu pedido não poderia ser aceito porque eu estava sob comissão e porque meu cargo havia sido extinto no ano anterior. Argumentei que se fora extinto, a Constituição mandava colocar-me em disponibilidade remunerada, até posterior aproveitamento em outro cargo. Mas a Comissão de Inquérito acabou por arquivar meu processo porque nada encontrou contra mim e concluiu que eu deveria reassumir.*

Em 74 pretendia viajar a Portugal. *Ia diariamente ao Tribunal e pedia ao presidente Trindade Neves que o meu caso fosse defintivamente julgado. Todos os conselheiros, com exceção do Luciano Machado, disseram para eu viajar que meu caso teria um resultado favorável. Luciano Machado não gostava de mim, desde a época em que era Secretário da Agricultura, no Governo de Ildo Meneghetti. Na época eu tinha uma coluna chamada* Dom Chicote, *no* Diário de Notícias *e na* Hora, *e fiz diversas críticas ao Luciano que não gostou. Chegou inclusive a ameaçar invadir a redação e de dar um tiro na minha cara. Deve ter pensado melhor porque não fez nada disso.*

Diante das repetidas juras de amizade *do Trindade Neves, Francisco Juruena, Alfredo Hoffmeister e do Raul Cauduro, que chegou a afirmar que votaria a meu favor, viajei tranqüilo. Houve a votação e, casualmente nesse dia, meu amigo Raul Cauduro não compareceu. Teve problemas em sua casa em Torres ou doença em família. Mas a votação acabou saindo e todos foram unânimes em demitir-me por abandono de cargo. O parecer do Conselheiro Luciano Machado foi um primor de ataques pessoais, infâmias. Disse que eu havia calculado tudo friamente, que eu era um subversivo, que estava enriquecendo com trabalhos pessoais e que não iria perder tempo no Tribunal de Contas, enquanto os demais funcionários estavam trabalhando religiosamente pelo engrandecimento do Brasil. O parecer nada tinha de jurídico, pois ele não é um jurista e teve o aplauso dos demais conselheiros, medrosos de seu passado político, como foi o caso de Trindade Neves, nomeado pelo ex-governador Leonel Brizola.*

Agora, mudando um pouco de assunto, acho que a minha vitória *foi de extrema importância, principalmente dentro do atual contexto político. Na verdade, politicamente, o Governo sabe o que eu penso. Sou contra o sistema brasileiro de Governo. Eu pertencia ao Governo passado, o que absolutamente quer dizer que concordava com tudo o que era feito na época. Mas eu era apenas o diretor da Agência Nacional e não tinha voz ativa. Poderia falar hoje de coisas que não concordava. Mas acho deselegante, pois poderia parecer que estaria querendo eximir-me de uma parceria antiga. Eu pertencia ao Governo passado e sofri com a Revolução de 64. Tive dificuldades em conseguir trabalho. Não tenho, atualmente, condições de trabalhar na minha profissão em Porto Alegre. Nenhum jornal local me quer, pois eles sabem que poderão sofrer pressões políticas, militares e outras.*

Durante 20 dias trabalhei na TV Piratini em 1977 e demitiram-me sem a menor explicação. *Falava sobre buracos, praças públicas, ecologia. Nenhum assunto polêmico, apesar de estar me violentando naquilo que penso. Outro exemplo está no lançamento de* Tambores Silenciosos, *que recebeu o prêmio Erico Veríssimo da Editora Globo em janeiro de 1976. A Riocell (ex-Borregaard) tinha feito um contrato de compra de três mil exemplares do primeiro colocado. Quando souberam que o autor era eu, através de pressões do Tribunal de Contas __ um funcionário do Tribunal é irmão de um diretor da Riocell __ exigiram que a Globo não publicasse o livro. Mas a editora negou-se. Então, a Riocell resolveu comprar edições do segundo colocado, o Moacyr Scliar. Mas como ele teria de dar autógrafos na fábrica e é médico sanitarista, recusou-se. Eles também desistiram da compra, furiosos.*

Na verdade, Tambores Silenciosos **tem uma história curiosa.** *Não sei por que cargas d'água, o presidente do Tribunal de Contas, Francisco Juruena, descobriu que um dos personagens deveria ser forçosamente o conselheiro Luciano Machado. Inclusive, chegou a declarar ao repórter Luiz Cláudio Cunha, da revista* Veja, *textualmente, que ele tinha notado que o personagem __ Lúcio Machado __ havia sido calcado na figura do conselheiro Machado. Há, de fato, uma semelhança de nome. Mas os nomes não podemos inventar, estão todos na lista telefônica. Mas é só isso, porque, primeiro, não conheço a vida do conselheiro Machado. Sei que é de Palmeira das Missões e me parece que é casado e, pelo que me disseram, não tem filhos. Mas é só isso.*

O meu personagem é um crápula completo, é um miserável, *um pobre-diabo, um capacho de Prefeito de uma cidadezinha do Interior em 1936. Acredito que o presidente Juruena, pelas declarações que fez, tem uma péssima opinião de seus companheiros. Acho, até, que ele cometeu uma tremenda gafe. Isso tudo fez com que meu livro fosse para a censura no Rio e eu fui chamado à Polícia Federal. Exigiram que eu não diexasse sair o livro. Mas* Tambores Silenciosos *já havia sido premiado e estava editado. A Editora Globo resistiu bravamente às pressões. Ninguém apreendeu o livro e ele deverá entrar agora na sua quarta edição. Além disso, assinei mais um contrato com a Globo para mais 25 mil exemplares paradidáticos. O livro está saindo na Espanha e deverá ser lançado, em breve, na Itália.*

ASSINE
coojornal
12 EDIÇÕES: Cr$ 110,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 110,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
☐ Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

Nome: _____
Profissão: _____
Endereço: _____
CEP: _____ **Cidade:** _____ **Estado:** _____

O Brasil viveu quatro séculos do trabalho de escravos. Eles chegaram a representar a metade da população do País e nenhuma outra Nação do Novo Mundo teve um regime escravista tão amplo e duradouro como o nosso. Neste relato, o historiador Décio Freitas (*) mostra que os 90 anos de abolição, comemorados neste mês de maio, não apagaram as marcas deixadas pela escravidão. Elas estão muito mais vivas do que se crê

O peso de uma escravidão de 4 séculos

O tráfico de escravos constituiu a mais gigantesca migração forçada da História da humanidade. No Brasil não existem documentos sobre o tráfico. Rui Barbosa mandou incinerar a documentação que existia nas alfândegas, sob o pretexto de apagar essa mancha da História nacional. Fala-se que a mortalidade na travessia atlântica era em torno de 40%. Nos arquivos de Montevidéu e Buenos Aires eu li manifestos de navios negreiros e verifiquei que a mortalidade era entre 60 e 70% na travessia atlântica. Então, computando os mortos em todas as etapas e os que chegavam vivos, há historiadores que admitem que 400 milhões de africanos tenham desaparecido neste holocausto. E os que conseguiram chegar aqui vivos, pode-se imaginar, constituíam uma elite biológica. Foi a extração dessa elite biológica que tanto enfraqueceu a África Negra.

A importância que a escravidão teve na formação histórica brasileira pode-se medir pelo fato de que em quase cinco séculos de existência quase quatro séculos foram vividos no regime de escravidão. Também se mede pelo fato de que o Brasil foi a maior nação escravista do Novo Mundo — pela extensão do território que abarcava, pelo número de escravos, pela variedade de produtos que dele se extraíam, pela sua solidez e coesão internas e, finalmente, pela sua longevidade. Foi o mais longo regime escravista do Novo Mundo, o último a ser abolido e se arrastou até quase o fim do século XIX. Com isso se pode dizer que a escravidão modelou e condicionou toda a História Brasileira. Economicamente, o Brasil veio a ser um País subdesenvolvido e atrasado porque o regime escravista era de molde a impedir uma acumulação de capital que conduzisse a transformações num nível superior de desenvolvimento. Praticamente produzíamos para comprar a força de trabalho que era importada, ou seja, o africano. Para se ter uma idéia, Humdboldt diz que metade do ouro das Américas saiu do Brasil, produzido com força de trabalho escrava, importada da África.

O que é que ficou no Brasil, em Minas Gerais, deste caudal de ouro? Ficaram algumas igrejas e alguns casarões, para encanto de turistas e amantes de coisas antigas. E, sobretudo, um estado com população muito pobre e atrasado. Este mesmo ouro, entretanto, foi financiar a Revolução Industrial Inglesa e estimular a Revolução Francesa. A burguesia francesa enriqueceu de tal modo que adquiriu força para fazer uma revolução. Daí por que, com toda a razão, Albert Soboun — que é, para mim, o melhor historiador da Revolução Francesa — tenha dito que a Revolução Francesa foi preparada no fundo das minas do Brasil e do México.

No século XVII, o Nordeste, sobretudo Pernambuco, era a região mais rica do mundo. O que é que ficou disso? Para mim, a explicação é uma só: a de que o sistema funcionava no sentido de comprar a matéria-prima, a riqueza colonial, com força de trabalho. É isso que explica o tráfico de escravos africanos. Eu refuto a tese de que não pudesse ter havido cativeiro de indígenas. Os argumentos de que ele era infenso ao trabalho, que ele morria não têm fundamento, conforme provaram as missões jesuíticas. Foi tudo uma jogada de *marketing* do colonialismo. O escravo índio era apropriado aqui dentro. O custo dele era de um quinto ou um sexto do escravo africano. Mas esse escravo nada rendia à coroa, aos traficantes, aos mercadores, ao fisco.

Se se desenvolvesse uma economia baseada no trabalho indígena, seria preciso que o mercantilismo europeu adquirisse as matérias-primas coloniais com dinheiro representado por metais preciosos — ouro e prata. Ao ocorrer isso, haveria acumulação de capital aqui e não na Europa, como ocorreu. Daí que era preciso proibir o cativeiro de indígenas, como fizeram as coroas ibéricas com o apoio entusiasta dos jesuítas e de outras ordens religiosas. Não foi por acaso que Bartolomé de Las Casas, o apóstolo da luta contra o cativeiro de índios, sugeriu ao cardeal Cisneros a exploração de africanos quando este lhe perguntou: "... e com que se trabalhará nas Américas?" E Cisneros, imediatamente após assinar a proibição ao cativeiro indígena, assinou o primeiro *assiento* concessivo do tráfico para as Índias Ocidentais.

A Igreja se interessava em proteger os índios porque ela queria esse rebanho para si. Mas ela tinha consciência, eu acho, de que estava atendendo a certos interesses. Não se pode pensar o contrário, tanto mais considerando-se que os grandes arautos foram os jesuítas, que eram a ordem mais culta e mais politizada que havia. O padre Vieira, que tanto combateu o cativeiro indígena e que tanto apoiou o cativeiro de negros, era homem ligado ao mercantilismo ibérico e até mesmo ao mercantilismo judaico-holandês. O escravo, nesse sentido, funcionava como moeda, barata e não-metálica. Essa moeda, o negro, comprado barato nas costas da África, permitia comprar matérias-primas coloniais. Foi o mecanismo usado e desenvolvido pelo mercantilismo europeu, para adquirir matérias-primas coloniais a preço baixo, sem dispêndio de moeda metálica.

Recentemente, fiz um cálculo com base em informações do Tollenare, um comerciante francês que viveu em Pernambuco no começo do século passado e que foi testemunha ocular da Insurreição Pernambucana de 1817. Ele calcula que os escravos produtivos, excluídos portanto, os domésticos, representavam 40% ou talvez até 45% do valor de um engenho, incluídas as terras, as máquinas, as plantações. Isto, economicamente. Socialmente, a escravidão condicionou à História Brasileira pelo fato de que sendo o trabalho próprio de escravos, era repugnante a homens livres. Isso criou no brasileiro uma profunda aversão a todo trabalho manual.

A Independência é outro fato importante que mostra como a escravidão condicionou a História Brasileira. A Independência se inscreve no ciclo das revoluções anticoloniais do Novo Mundo, em que cada colônia assumiu características diferentes. Mas em todas elas, essas revoluções anticoloniais foram lideradas, empreendidas e aproveitadas pelas classes que internamente já eram dominantes no terreno econômico e social, aspirando assumir o poder político, que exigia a ruptura do *status* colonial. Agora, na sociedade escravista mais importante do Novo Mundo, o Brasil, a Independência foi obra exclusiva da classe dos senhores de escravos, que era efetivamente a única apta a realizar a Independência. Ela vacilou muito para empreender a jornada. E vacilou porque estava dominada pelo medo de que a luta se transmudasse numa revolução social. Os perigos sociais inerentes a uma prolongada guerra contra a metrópole, tal como aconteceu nas colônias espanholas, eram eloqüentes.

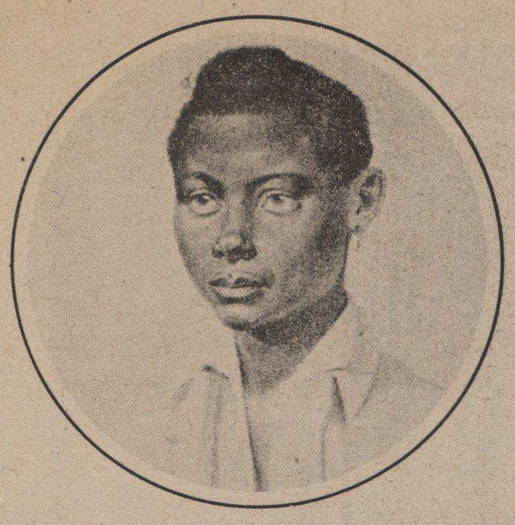
Basta citar um fato, o de Simon Bolívar. Quando ele iniciou a luta da independência da Venezuela, da Colômbia e de outros países, teve contra si a massa de escravos, que formaram com as tropas legalistas. Por que isto? Porque Bolívar e os que o apoiavam pertenciam à classe internamente dominante, os chamados *mantuanos*, que eram a aristocracia *criolla*. Para o negro, o escravo, o inimigo visível e odioso, por isso, era a aristocracia *mantuana*, à qual pertencia Bolívar. Eles pensavam: quem fosse contra os *mantuanos*, estava com eles. E Bolívar, premido por necessidades táticas, aboliu a escravidão.

Vários historiadores que eu menciono no livro que estou terminando — *Os Guerrilheiros do Imperador* — falam neste temor generalizado de uma prolongada guerra contra a metrópole, que ensejasse irrupções escravas. E há muitos que falam na recordação de Palmares, que estava viva e fresca na memória dos potentados nordestinos, os quais não se esqueciam de que a República Palmarina tinha sido possível em conseqüência de uma guerra, a guerra contra os holandeses. Tratava-se, portanto, para eles, de fazer a Independência sem este risco. A solução consistiu em aplacar e neutralizar a metrópole entronizando ninguém menos do que o filho do Rei de Portugal, Pedro I. É por isso que tivemos uma Independência praticamente incruenta, salvo o breve e efêmero conflito da Bahia, onde a burguesia lusitana, mobilizando a guarnição militar, sustentou uma luta de nove meses.

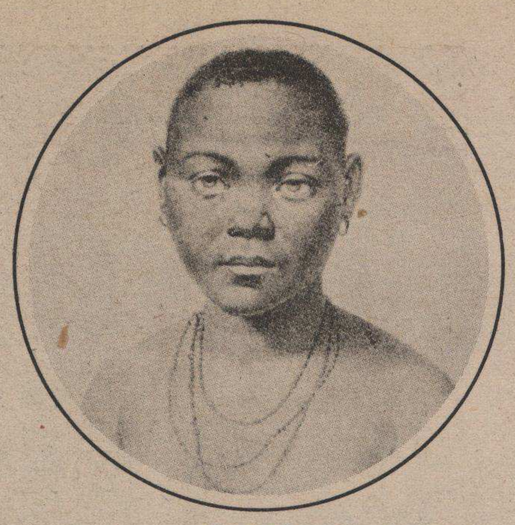
E a Independência brasileira teve, por

Estes três escravos foram capturados por traficantes britânicos e revendidos em 1880 na África Central

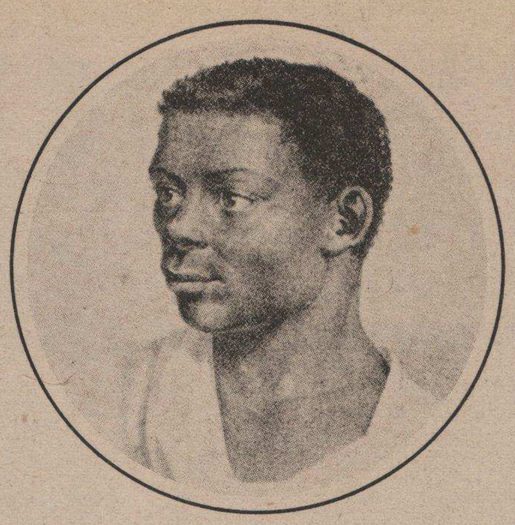
(*) *Décio Freitas, advogado e historiador gaúcho, se dedica há mais de 10 anos à pesquisa e análise da escravidão. Escreveu três livros* — Palmares: La Guerrilha Negra (*editado em Montevidéu*), Palmares: A Guerra dos Escravos, Insurreições Escravas e Escravos e Senhores de Escravos — *está concluindo um quarto* — Os Guerrilheiros do Imperador — *e publicou 87 ensaios em jornais e revistas sobre o assunto. A matéria destas três páginas, foi condensada de uma longa entrevista a Rosvita Saueressig e Marco Antônio Schuster.*



BENGUELA

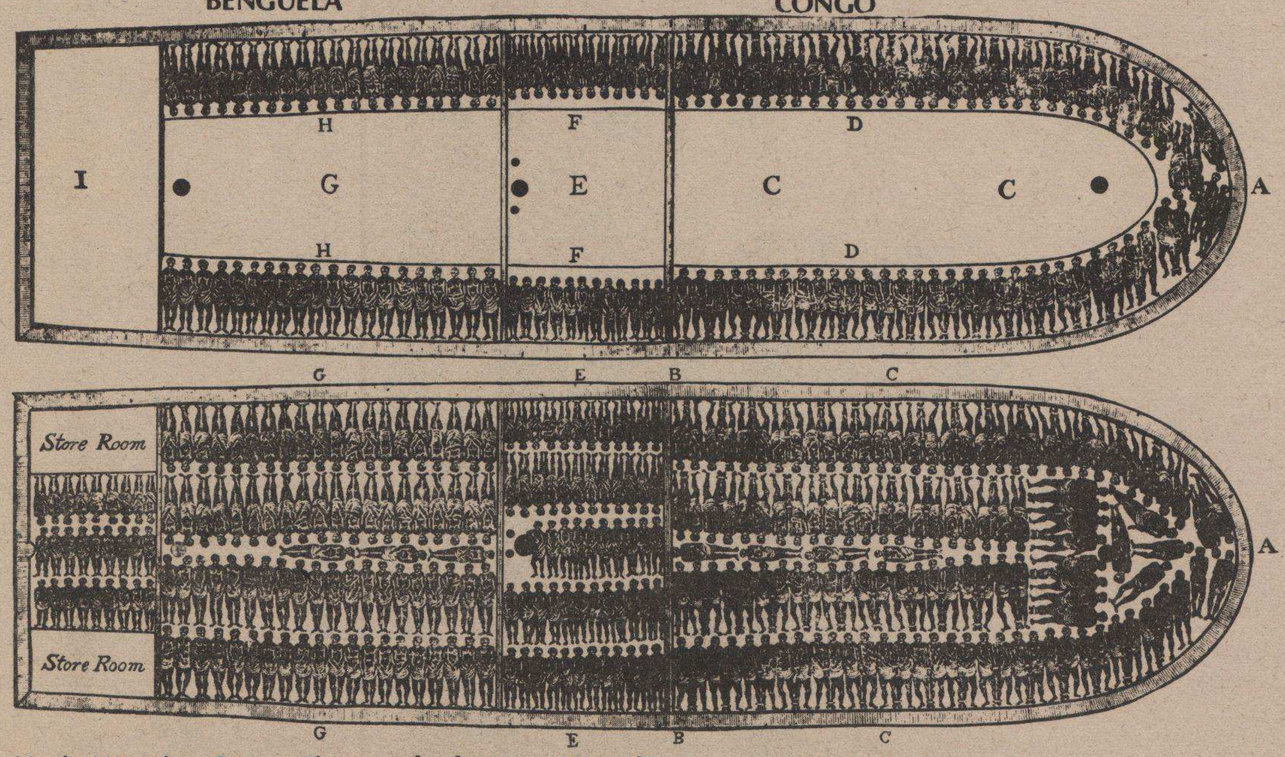


CONGO

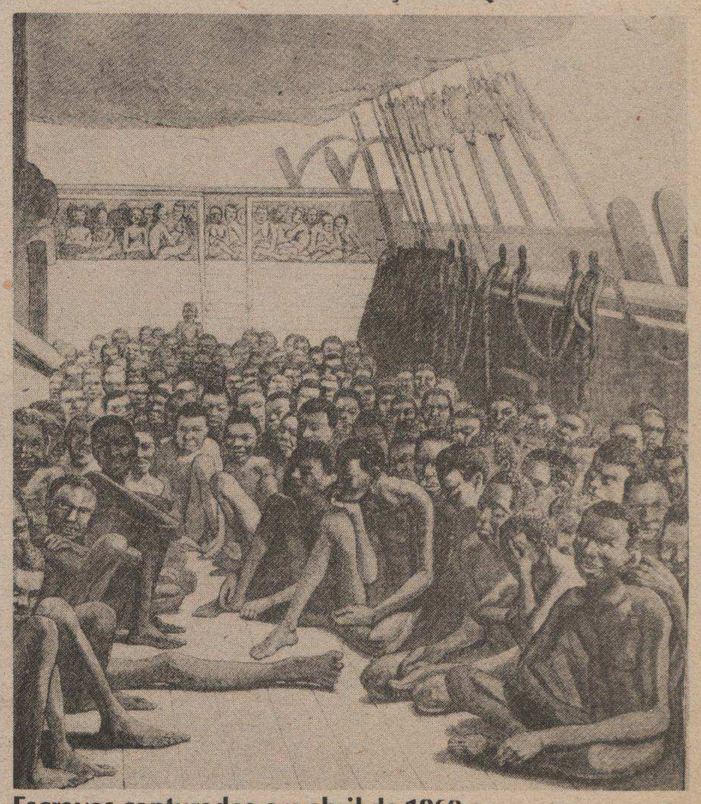


QUILOA

MOÇAMBIQUE



Navio Negreiro. Compartimento dos homens (C), à direita; compartimento das mulheres (G), à esquerda e das crianças (E) ao centro. A ilustração superior mostra uma plataforma onde os escravos eram colocados como livros em prateleiras e não tinham nem espaço suficiente para ficarem sentados.



Escravos capturados em abril de 1860 e transportados no navio Wildfire

isso, um cunho contraditório e trágico: excluiu toda a sua massa de trabalhadores da nacionalidade. A nossa primeira Constituição, de 1824, excluía da nacionalidade os escravos. Isto é, embora estivessem aqui há várias gerações, não eram brasileiros. "São brasileiros todos os homens livres nascidos no Brasil", dizia. O que excluía escravos. O negro forro era brasileiro também, mas ainda assim com direitos políticos limitados. Ele podia participar das eleições paroquiais, não do colégio de eleitores, por causa do sistema censitório de votar. Para ser eleitor, era preciso ter determinada propriedade ou determinada renda. Isso explica a indiferença dos escravos em relação ao evento da Independência: eles não se interessaram por ela, porque ele não se interessou por eles. Porque a Independência não alteraria — como em nada alterou — a sua condição de escravos.

A Independência não foi uma luta popular, como dizem historiadores populistas. Foi uma empresa da classe dos senhores de escravos. Então, com toda sua classe trabalhadora ecluída da nacionalidade, o Brasil, ao se tornar Nação, foi uma Nação inconclusa. Os escravos eram, nesse tempo, quase metade da população e em algumas regiões bem mais da metade. Em Salvador — na época o maior centro urbano da América — eram 75% da população. Era onde a burguesia portuguesa tinha maior capital empatado e por isso pegou em armas contra a Independência. Esse foi o Império liberal, o Império escravocrata. Império e escravidão são inseparáveis.

A abolição do tráfico pôs em crise o sistema

Entre a Independência e a Abolição a estrutura se mantém a mesma, mas entra imediatamente em crise. Entra em crise devido à própria reprodução do sistema. Nem nos tempos modernos, nem na antigüidade clássica, qualquer sistema escravista conseguiu se reproduzir através da natalidade, devido às próprias condições de vida dos escravos. O sistema escravista brasileiro entra em crise quando surge também o problema de reprodução, isto é, do tráfico negreiro. A Inglaterra, que durante todo o século XVIII havia monopolizado o tráfico de escravos e com ele havia feito uma enorme acumulação de capital, torna-se inimiga acérrima do tráfico. A mudança decorreu inicialmente da situação da Inglaterra face às guerras napoleônicas. A mais rica colônia francesa era Santo Domingo, que — pela fertilidade do solo, pela superioridade técnica e a abundância de força de trabalho — produzia açúcar a preços muito inferiores e de qualidade superior às ilhas açucareiras britânicas. Para eliminar essa concorrência, os ingleses iniciaram a campanha pela abolição do tráfico.

Ocorre que as ilhas açucareiras britânicas passaram a operar com força de trabalho livre, mais cara que a escrava. E o açúcar e outros produtos brasileiros, graças ao trabalho escravo, faziam concorrência aos produtos das ilhas britânicas. Quando o Império, através de Dom Pedro I, busca o reconhecimento — essencial para que o país pudesse ser reconhecido como Nação — da Independência brasileira, a Inglaterra condiciona inflexivelmente o reconhecimento à abolição do tráfico. Pedro I teria que submeter esse tratado a um parlamento formado por senhores de escravos e não se poderia esperar que eles aprovassem um tratado de abolição do tráfico negreiro. A solução foi um golpe de força, patrocinado e estimulado pelos ingleses: o fechamento de uma Assembléia, a autorga de uma Constituição e a assinatura do tratado.

Assinado em 1827, o tratado deveria entrar em vigor em 1831. Mas, por coincidência, no mesmo ano em que deveria entrar em vigor, Pedro I é deposto por um movimento da classe dominante, dos senhores de escravos, que então consolida sua posição. Sem repudiar o tratado, conseguem protelar a abolição do tráfico até metade do século passado, usando resistências diplomáticas e políticas à Inglaterra. Finalmente, não foi mais possível protelar. Houve um clamor da opinião mundial — isto sempre é importante — e se aboliu o tráfico. Pode-se dizer que a abolição efetiva do tráfico constiuiu o golpe de misericórdia no escravismo brasileiro, porque desde então ele ficou impossibilitado de efetuar a reprodução dessa força de trabalho Ainda assim, a sobrevivência do escravismo até 1988 é assombrosa e se explica, na minha opinião, pela solidez e coesão internas do sistema.

Não havia brasileiro não-escravo — inclusive negros forros — que não tivesse interesse na conservação do sistema, porque todos, direta ou indiretamente, viviam às expensas do trabalho escravo. Há exemplos: havia negros forros que eram proprietários de escravos; as irmandades negras eram possuidoras, geralmente, de grande número de escravos. Então há também negros forros e irmandades negras integrados no sistema escravista e isso conferia uma grande solidez ao sistema. Abolido o tráfico, há uma cisão na classe dominante. Os mais lúcidos vêem que não havia futuro no sistema, que era preciso substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. O que tinha se tornado possível devido ao grande crescimento da população livre. No começo do século XIX, nossa população era de 3 milhões e 500 mil, por ocasião da abolição era de 14 milhões. No começo do século o número de escravos era igual à metade da população, na época da abolição representava apenas 6%.

É quando se opera o tráfico interprovincial e depois se recorre à imigração de italianos e alemães, os quais são obrigados a trabalhar em condições semelhantes às dos escravos. O Império foi a expressão política do escravismo. Dom Pedro II — ou o Segundo Império — que passa por ser o promotor da abolição, foi, pelo contrário, o grande protelador. Ele, que passa por benemérito, foi um homem que tentou salvar o sistema escravista através de uma série de medidas reformistas. A Lei do Ventre Livre, a Lei da Alforria e a Lei dos Sexagenários constituíram vitória dos mais encarniçados escravistas brasileiros. Quando se estuda os debates parlamentares e a luta em torno dessas leis, verifica-se que elas foram sustentadas por senhores de escravos e tendentes a aplacar a Inglaterra, a inquietação da massa escrava e os abolicionistas mais entusiasmados.

Os negros saíram da escravidão de mãos vazias

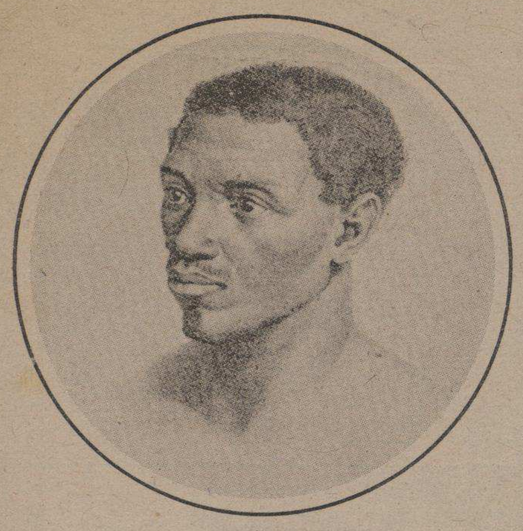
Pedro II passou sua existência concedendo títulos nobiliárquicos a quantos senhores de escravos havia no Brasil. Todo grande senhor de escravo era conde, barão, visconde. Gonçalves Martins, que era chefe de polícia em Salvador, em 1835 e que reprimiu barbaramente a insurreição escrava daquele ano, recebeu o título nobiliárquico quando Pedro II visitou a Bahia. Essas leis reformistas, tão decantadas pelos admiradores do Segundo Império, foram burlas colossais que a historiografia oficial propaga, a ponto de incluí-las na mitologia popular. Por exemplo, a Lei do Ventre Livre: por esta lei ficavam livres os filhos de mulheres escravas desde a data da lei. Mas até os 21 anos o indivíduo tinha que trabalhar gratuitamente para o senhor. O tempo de vida econômica do escravo empregado no trabalho produtivo era muito curto, de quatro a cinco anos e não mais. De maneira que quando atingia os 21 anos, já tinha dado tudo o que podia dar. Essa a famosa lei que constitui glória de estadistas do Império, entre os quais Rio Branco, que deu seu nome à lei.

A Lei de Alforria, que permitia ao escravo através de um pecúlio comprar sua liberdade, era na prática a legitimação da propriedade escrava. Na medida em que se permitia ao escravo comprar sua liberdade, estava-se legitimando e consagrando a propriedade escrava. Finalmente, a Lei dos Sexagenários, de 1865, para os maiores de 60 anos. Uma lei que em nada, absolutamente, prejudicou os amos. Pelo contrário, veio ao encontro de seus interesses, porque o escravo de 60 anos era uma boca inútil e era muito comum que escravos com menos de 60 anos fossem simplesmente jogados na estrada porque não serviam para mais nada. Para que se veja a mentalidade da época, é interessante apreciar o que se pensava da abolição e mais ainda das medidas reformistas.

Sobre a Lei do Ventre Livre, disse José de Alencar: "Sob a máscara da lei trará para o Brasil enorme calamidade social" e classificou o projeto de "iníquo e bárbaro". Outro estadista, Paulino de Souza, a classificou de "imoral, imprevidente e barbarizadora". O trecho a seguir também é de José de Alencar:

— Essa idéia do Ventre Livre é sinistra, senhores. Subvertendo os dogmas sociais, aniquilando a família, degradando a espécie humana ao nível do bruto, dos instintos mais nobres, os instintos do coração, crimes e horrores e cenas escandalosas se cometerão em conseqüência dessa idéia de libertação do Ventre.

Ainda de José de Alencar, sobre a Lei

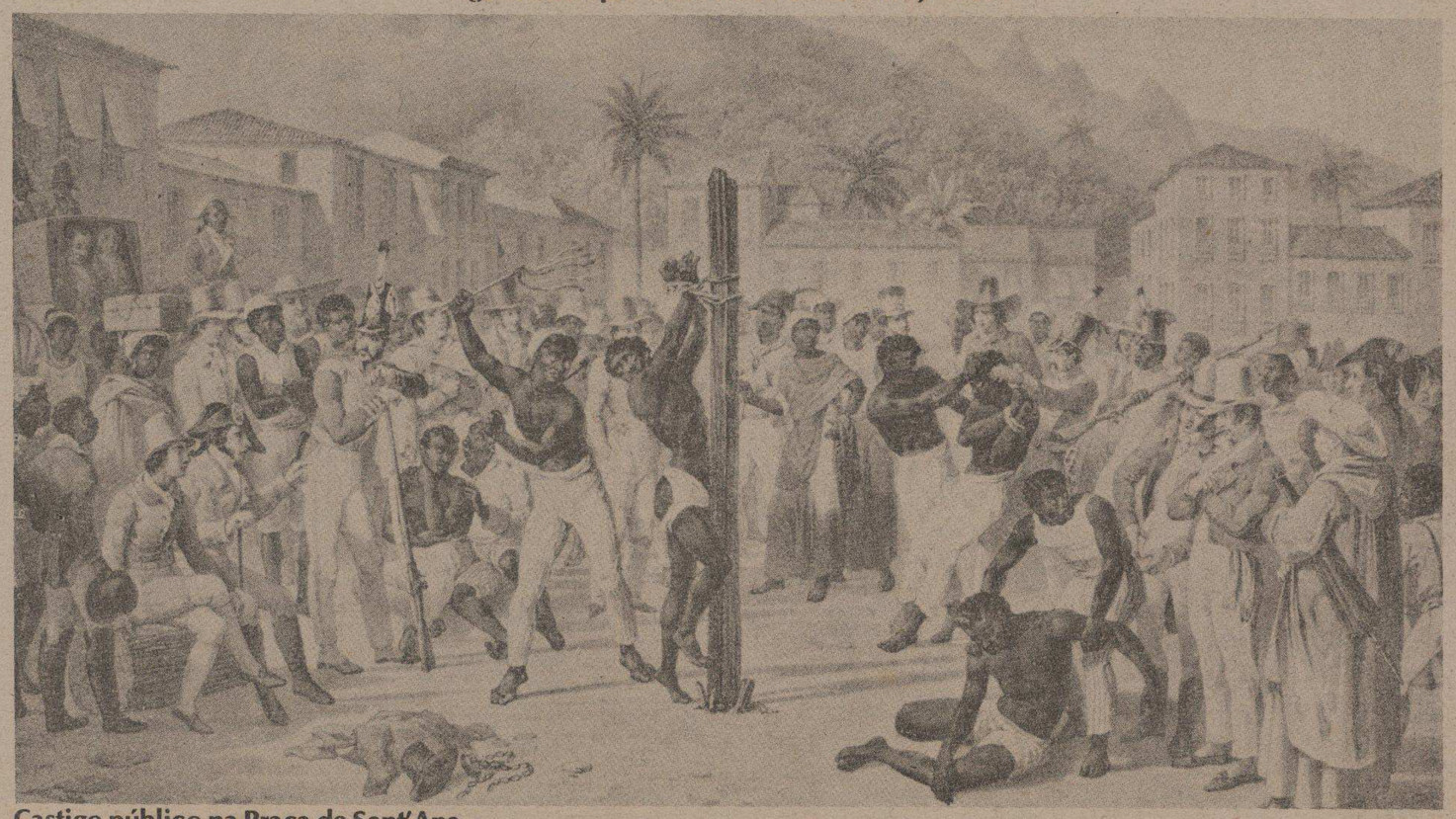


ANGOLA

CRIOULA

Na África inglesa escravos aprisionados e guardados por um soldado de Sua Majestade

Tipos raciais dos escravos brasileiros



Castigo público na Praça de Sant'Ana

dos Sexagenários: "A civilização, o cristianismo, o culto da liberdade, a verdadeira filantropia estão do nosso lado. Os abolicionistas são emissários da revolução, apóstolos da anarquia, heróis do extermínio". Rui Barbosa, no parecer favorável que deu ao projeto de abolição, documenta declarações de políticos com atuação no Parlamento, que diziam que a abolição introduziria o "comunismo" no Brasil.

A abolição significou uma revolução social, porque mudou as relações sociais, que deixaram de ser escravas para ser assalariadas. Mas foi uma revolução do tipo que eu chamo de arcaico, em que a classe dominada não chega ao Poder. Nas revoluções burguesas — holandesa, inglesa, francesa — a classe dominada tornou-se dominante. Nas revoluções socialistas também. Nesta revolução do tipo arcaico, como todas as que liquidaram com o escravismo, não há esta ascensão, a dominação dos oprimidos. Quer dizer, a abolição foi apenas uma extinção da instituição jurídica da escravidão e não teve um caráter libertário. Os negros que durante toda a História Brasileira haviam sido os únicos a trabalhar neste País e haviam sido agricultores durante séculos, saíram da escravidão de mãos vazias. Em todos os sentidos. No sentido econômico, porque não ganharam terras. No sentido social, porque viram bloqueadas todas as possibilidades de ascensão. No sentido cultural, porque saíram para a condição de homens juridicamente livres embrutecidos pelo trabalho escravo, pela ignorância e pelas desumanas condições de vida.

A família passa a ter um criado pago a prestações

Ao nascente capitalismo brasileiro interessava que houvesse uma massa de mão-de-obra barata para o desempenho de tarefas que antes eram dos escravos. Daí então que o escravo ou escrava se tornam criados, cozinheiros, carregadores. A família que antes precisava investir capital na compra de um escravo, passa a ter um criado a prestações, pagando um irrisório salário e às vezes dando simplesmente comida.

As insurreições escravas brasileiras, que foram ininterruptas e constantes, ainda não adquiriram o direito à História. A Historiografia Brasileira não as registra, a não ser como episódios marginais, dando-lhes um certo sentido folclórico. E, na verdade, durante todo esse tempo, os dois pólos da luta de classe são a luta de escravos e senhores de escravos. É certo que a luta dos escravos nem sempre se desenvolveu a nível político, o que só ocorreu em Salvador, na série de episódios que, a pequenos intervalos, explodem entre 1807 e 1835. Fora disso, ela se desenvolve a nível econômico, através dos quilombos ou mocambos que eram comunidades formadas por escravos que tinham se rebelado contra o cativeiro e que, fugindo, não tinham condições de se organizar. Em Salvador eles estavam concentrados. No início do século XIX, na população de Salvador apenas 28% de seus habitantes passavam por brancos. Cerca de 20% constavam como pardos e os restantes 52% eram negros. Na verdade, 72% eram considerados negros, porque a definição de pardo é muito ambígua.

Inclusive uma Historiografia que se propõe marxista vê a luta de classe nas insurreições de homens livres, a começar pela Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, de 1824, a Sabinada na Bahia, os Farrapos no Rio Grande do Sul, a Cabanagem, até determinado momento a Balaiada, e a Cabanada em Pernambuco e Alagoas. Excetuando estas três últimas, que tiveram conteúdo fortemente popular e são por isto colocadas à margem da História, as demais é que são celebradas e vistas como manifestações de luta de classe, vendo-se nos insurretos portadores de mensagens progressistas. Não é exato. O antagonismo político não traduz necessariamente antagonismo social. Tratava-se de conflitos intraclasse, dramas internos da classe dominante motivados por interesses divergentes.

Mas todos esses insurretos, muitos dos quais sacrificaram a vida, eram partidários da escravidão. Exemplos: Frei Caneca, que é um mártir da Revolução Pernambucana de 1824, em uma de suas obras considera a destruição de Palmares como uma das glórias de Pernambuco e deixa bem claro que era partidário da escravidão. Tiradentes, que era proprietário de pelo menos três escravos, num dos conciliábulos dos conspiradores manifesta sua oposição a que fossem engajados escravos na luta que eles iam travar e, mais do que isso, também manifesta claramente que era partidário da escravidão. Pedro Ivo, o herói da chamada Revolução Praieira, também era escravista — reprimiu a Cabanada, da qual participavam os escravos, e foi um incansável caçador de escravos fugidos. Quanto à preservação do sistema, havia unanimidade. As divergências deles eram adjetivas. Tanto assim que não aprofundavam as suas lutas internas pelo temor de que elas ensejassem revoluções das classes subalternas, sobretudo dos escravos, e em determinado momento eles ensarilhavam as armas e se anistiavam mutuamente. E esses movimentos não inscrevem em seus programas a abolição da escravatura, nem sequer a ascensão das classes subalternas, incluídos aí os livres-pobres.

A intelectualidade brasileira, durante este longo regime de escravidão, foi uma servidora do Poder e dos senhores de escravos, em diferentes facções. Nunca se viu um intelectual se passar para o campo dos dominados, dos oprimidos. E nesse sentido pode-se dizer que a intelectualidade brasileira tem uma multissecular tradição de servilismo, mesmo quando às vezes simula posições favoráveis às classes subalternas. E essa intelectualidade, durante o regime da escravidão e posteriormente, teve como papel principal o de colaboradora da ideologia dos dominadores e toda a sua produção cultural. Ela nunca se dedicou à elaboração de uma ideologia para os dominados, que por isso mesmo nunca tiveram condições de se emancipar.

A discriminação é um produto da ideologia

A herança do escravismo é, pode-se dizer, óbvia. É fácil imaginar como quase quatro séculos que se desenvolveram sob a égide da escravidão modelaram e condicionaram a sociedade — economicamente, socialmente, culturalmente, ideologicamente. Faz apenas 90 anos que no Brasil existe trabalho livre. E devido a esta tradição escravista o trabalho se viu sempre como algo destituído de valor econômico e, sobretudo, moral. Criou-se a tradição de explorar a força de trabalho até a exaustão e a morte. Temos ainda em relação ao trabalho humano uma ideologia escravista, que vê o homem que trabalha apenas como é o escravo, uma coisa falante. Inclusive nas classes médias, o raciocínio é que "eles" (os operários)" são vagabundos e preguiçosos, não gostam de trabalhar". Também o negro ficou com a fama de vagabundo. Decorridos 90 anos da abolição, a situação da massa negra no Brasil em nada se alterou. Continuam os negros a ocupar os escalões mais baixos da sociedade e continuam confinados aos guetos urbanos.

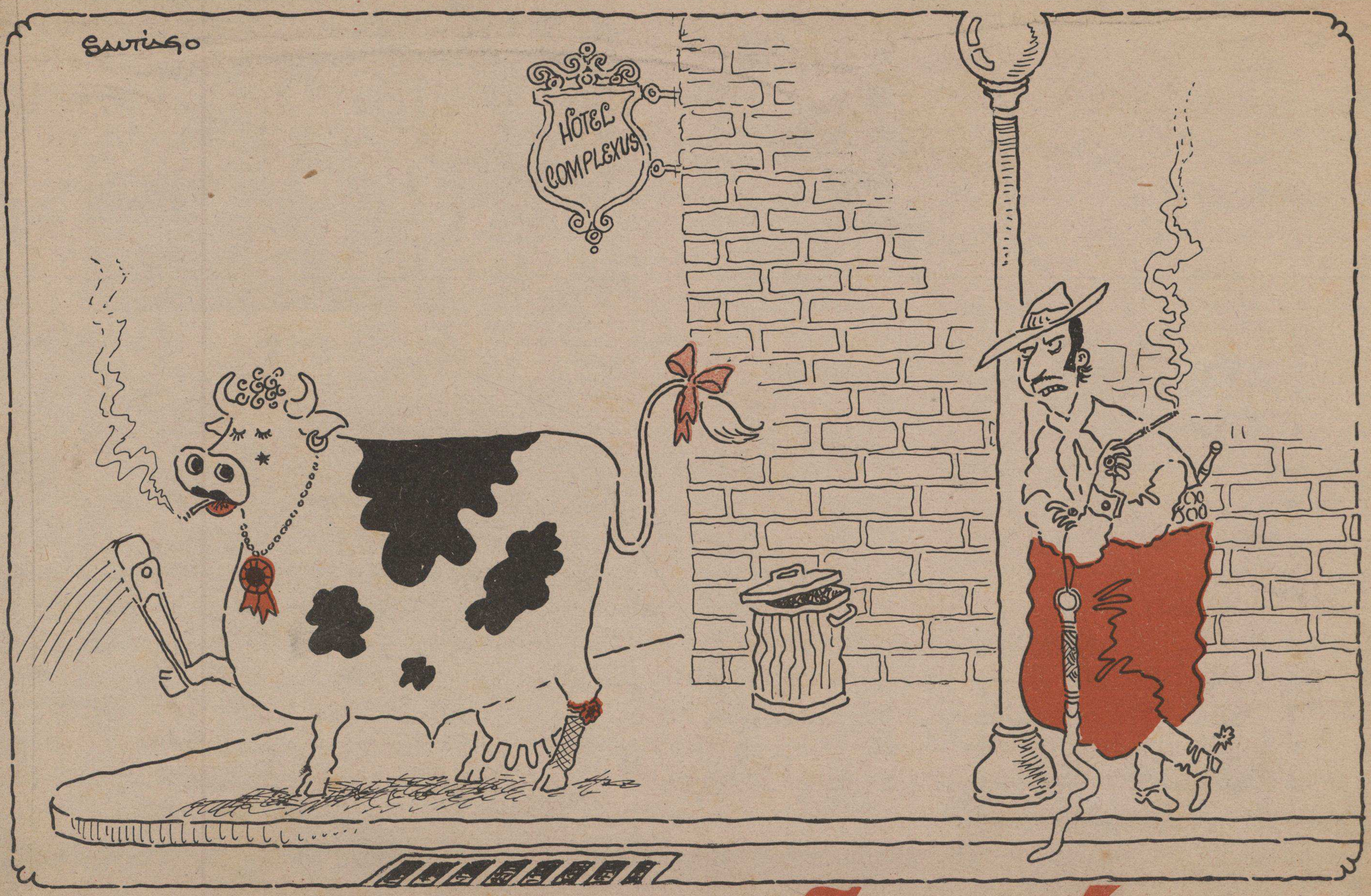
Atualmente, mal e mal começa a emergir uma classe média negra que busca apenas se integrar no sistema, branquear. A luta dela não é contra o sistema, é para se integrar. Então, mesmo a intelectualidade negra, que pela sua origem e pela sua história deveria formar com os da sua cor e com a massa de dominados em geral, cumpre aquilo que parece ser a característica da intelectualidade brasileira — a de servidora do Poder. A discriminação contra o negro não decorre exclusivamente de interesses econômicos ou mesmo sociais. É um produto ideológico. A ideologia é como certas estrelas que desapareceram há milhões de anos e continuam a brilhar. Isto é, ela sobrevive ao desaparecimento das estruturas econômicas. Desaparecida a estrutura escravista, a ideologia escravista permanece, como essas estrelas mortas.

Bibliografia das ilustrações

Viagem Pitoresca Através do Brasil — Por J.M. Rugendas, João Maurício Rugendas, austríaco, contratado como desenhista de uma expedição científica ao Brasil, separou-se dela e viajou pelo país por conta própria por volta de 1830. Seus desenhos foram publicados pela primeira vez em 1835 em Paris. Seus trabalhos mais famosos são a reprodução da vida dos escravos brasileiros e os tipos raciais que aqui viviam, sempre com inspiração do romantismo ao gosto da época.

Black Cargoes — (História do comércio escravo do Atlântico: 1518-1865) por Dabiel P. Mannix. Colaboração de Malcolm Cowley.

La Traite des Noirs — por George Kay.



E QUEM NÃO É?

LUIZ FERNANDO VERÍSSIMO

A gente não deve tomar as coisas ao pé da letra. Se você tomar "pé da letra" ao pé da letra vai começar a pensar bobagem. Que as letras têm pé mas só o "R" chuta, por exemplo. Quando disseram numa entrevista recente que gaúcho era gigolô de vaca, passou um tremor de indignação coletiva pela espinha do Rio Grande do Sul.

— Se dissesse na minha cara, levava um tiro.

— É a mãe.

Etc. levaram ao pé da letra. O que o entrevistado quis dizer é que muito gaúcho tem um plantel feminino tetudo se virando para ele na rua, faça sol ou faça chuva, enquanto ele só recolhe os lucros. Não quis chamar ninguém de gigolô.

• • •

Imagine se a frase é interpretada literalmente.

— Psst, ó conterrâneo. Um segundito.

— O que tem?

— Tu não tá interessado numa vaca? Terneirinha, coisa fina. As tetinhas recém aparecendo.

— Pois olha...

— Carinhosa que é um mimo.

— Quanto?

— Toda a noite ou só uma volta?

— Toda a noite.

— Duzentos. Por mais cinqüenta, ela vai de *baby doll.*

• • •

Dona Beti, tem um moço aí pedindo quarto.

— Grande novidade.

— Mas este é diferente.

— São todos iguais. Eles só vem aqui para uma coisa.

— Este trouxe uma vaca.

— E daí? Dá o quarto com a cama grande.

• • •

E teria o gaúcho empreendedor que montaria logo um vaqueiro.

— Vá entrando, forasteiro. Senta e espicha as bota.

— Lugar mais chique, sô.

— Le gosta? É novo. Abri *arrecém.*

— E as menina?

— Já vêm. O amigo não vai se arrepender. Hoje mesmo chegou uma. Holandesa. Ancuda que Deus me livre.

— Oigalê barbaridade.

— Toma alguma coisa antes? Mate ou Drury?

• • •

"Bibinha, você é a minha favorita. No começo você era apenas outra vaca para mim, Bibinha. Eu só queria a sua produção. Mas aos poucos fui me afeiçoando e hoje... Olha, Bibinha, eu não quero que você trabalhe mais. Você vem morar comigo na casa. A patroa vai resistir um pouco mas em casa mando eu. Se ela reclamar, mando ela limpar o seu esterco do quarto, Bibinha. Olha para mim, Bibinha! Eu não posso passar sem ver esses seus olhos castanhos. E pensar que, com tanta vaca no campo, fui me apaixonar logo por você... Você tem feitiço, Bibinha. É só piscar esses olhos e abanar essa cauda que eu me derreto feito banha no panelão e fico mais frouxo que bombacha de alemão. Olha aí, Bibinha, por sua causa estou até falando bonito!"

• • •

"Você não dá mais leite,não dá cria... O que hai? Não, 'mu' não. Não vem com 'mu'. Quero produção ou quero explicação. Você tem outro gaúcho, é isso? Está trabalhando pra fora, sua sirigaita. Olha que eu lhe marco outra vez, e a canivete!"

• • •

"O que é isto, um motim? Por que vocês estão me cercando? Vamo pará. Exijo obediência. Voltem ao trabalho. Parem! Vocês querem trabalhar menos, é isso? Está bem, concordo. Querem diminuir a minha parte? Certo, certo, mas parem com isso. Eu sei, todas querem ter o seu touro, filhos, um lar. Mas ninguém forçou vocês a serem vacas. Vaca tem que dar. E a proteção que eu dou a vocês? Os exames médicos quem é que financia? A comida. Suas mal-agrade... Parem! Socorro!"

• • •

"Fique calma, meu bem. É a sua primeira vez? Eu prometo que serei gentil. Confie em mim. Um cigarrinho? Não, claro. Terneira não fuma. Coma o seu pasto. Está ficando tontinha? É que eu misturei uma coisa no pasto, para você ficar mais à vontade. Olhe, você é o meu único amor, mas depois vou apresentar você ao resto da família. Você vai adorar suas irmazinhas. Sou como um pai para todas. Dá um beijinho..."

• • •

Esse negócio de dizer "gigolô" disto ou daquilo é contagiante. Poucas categorias escapariam da classificação.

O psicanalista é gigolô da angústia.

O encanador é gigolô da goteira.

O advogado é gigolô do impulso irreprimível.

O farmacêutico é gigolô da hipocondria.

E o pediatra da cólica.

O banqueiro é gigolô da crise.

Mas é melhor encerrar a lista antes de escrever o que não devo. Tem gente só cuidando o pé das minhas letras. São os gigolôs do longe demais.